

Redes insurgentes: como o movimento *Black Lives Matter* ajudou a reorganizar o sindicalismo estadunidense?

Ruy Braga*

RESUMO: A atual onda de agitação trabalhista nos Estados Unidos, evidenciada tanto pela criação de novos sindicatos em setores tradicionalmente desorganizados, quanto pelo aumento do apetite grevista dos trabalhadores sindicalizados, foi seguida por um súbito aumento dos protestos em defesa das vidas negras, em escala global, em decorrência do assassinato, no dia 25 de maio de 2020, de George Floyd pela política de Minneapolis. Embora a literatura que tem analisado a globalização do movimento *Black Lives Matter* tenha negligenciado a relação entre a luta antirracista e a revitalização dos sindicatos, existem muitos indícios capazes de revelar a referida intersecção. Neste artigo, pretendemos analisar um caso específico que aponta para uma íntima conexão entre a luta pela justiça racial e a luta pela justiça econômica: a criação do *Amazon Labor Union* (ALU), o primeiro sindicato da empresa Amazon do país.

Palavras-chave: precarização, racismo, redes sociais, sindicalismo, *Black Lives Matter*.

ABSTRACT: The current wave of labor unrest in the United States, evidenced both by the creation of new unions in traditionally unorganized sectors and by the increase in the strike appetite of unionized workers, was followed by a sudden increase in protests in defense of black lives on a global scale as a result of the murder in May 25, 2020 of George Floyd for Minneapolis politics. Although the literature that has analyzed the globalization of the Black Lives Matter movement neglects the relationship between the anti-racist struggle and the revitalization of unions, there is much evidence capable of revealing this intersection. In this article, we intend to analyze a specific case that points to an intimate connection between the fight for racial justice and the fight for economic justice: the creation of the Amazon Labor Union (ALU), the first Amazon union in the country.

Keywords: precariousness, racism, social networks, trade unionism, Black Lives Matter.

Resumen: La actual ola de malestar laboral en Estados Unidos, evidenciada tanto por la creación de nuevos sindicatos en sectores tradicionalmente no organizados como por el aumento del apetito huelguista de los trabajadores sindicalizados, fue seguida por un repentino aumento de las protestas en defensa de las vidas de los negros en un escala global a raíz del asesinato el 25 de mayo de 2020 de George Floyd por la política de Minneapolis. Aunque la literatura que ha analizado la globalización del movimiento *Black Lives Matter* descuida la relación entre la lucha antirracista y la revitalización de los sindicatos, hay mucha evidencia capaz de revelar esta intersección. En este artículo pretendemos analizar un caso específico que apunta a una íntima conexión entre la lucha por la justicia racial y la lucha por la justicia económica: la creación del *Amazon Labor Union* (ALU), el primer sindicato de la Amazon del país.

Palabras clave: precariedad, racismo, redes sociales, sindicalismo, *Black Lives Matter*.

Apresentação

Aqueles que passarem os olhos pela volumosa bibliografia a respeito da trajetória e do destino histórico do sindicalismo estadunidense produzida nos últimos 30 anos forçosamente chegarão à conclusão segundo a qual os grupos sociais racializados de trabalhadores conformam a principal força motriz da revitalização do movimento trabalhista desde a fundação do Congresso das Organizações Industriais (CIO) em 1935. Trata-se de uma interpretação bastante consolidada quando consideramos a correlação existente entre a sindicalização dos trabalhadores negros nos anos de 1930 e 1940 e o fortalecimento do pacto fordista no pós-Segunda Guerra. Força social igualitária, os trabalhadores negros estiveram ligados aos principais ciclos grevistas entre os anos de 1950 e 1970, além de participarem ativamente do movimento pelos direitos civis que colocou um fim nas leis de segregação racial no sul do país.

Em contrapartida, o colapso do modelo de desenvolvimento fordista a partir dos anos de 1980, com o subsequente enfraquecimento do sindicalismo industrial, manietou as comunidades onde vivem os trabalhadores racializados, inaugurando uma era de precarização do trabalho, cujo corolário foi a queda da agitação trabalhista, seguida pelo aumento das desigualdades raciais na América. Ao longo dos anos de 1990 e 2000, a capacidade dos movimentos sociais protagonizados por grupos racializados declinou, juntamente com o poder de negociação dos sindicatos. À ruína dos sindicatos seguiu-se a debacle das condições de subsistência dos bairros onde vivem os trabalhadores racializados (Wilson, 1997).

Há 10 anos, quando comecei a estudar comparativamente a mobilização de trabalhadores precários na África do Sul, no Brasil e em Portugal, percebi que a crise da globalização neoliberal iniciada em 2008 parecia sobrepor características dos dois principais padrões de agitação trabalhista identificados por Beverly J. Silver: as agitações “marxianas”, ou seja,

aquelas definidas pela formação de novas classes trabalhadoras a partir de conflitos nos locais de trabalho, estavam se entrelaçando às agitações “polanyianas”, isto é, aquelas impulsionadas pelo desmanche de velhas classes trabalhadoras que reivindicavam a proteção social dos governos (Silver, 2005).

A partir daí, aventei a hipótese de que um terceiro padrão poderia estar emergindo dos deslocamentos instigados pela crise da globalização neoliberal. Chamei o referido padrão de “thompsoniano”, a fim de não destacar nem o “fazer-se” marxiano, nem o “desfazer-se” polanyiano, mas sim o “refazer-se” das identidades coletivas dos grupos sociais subalternos no decorrer de uma grande transformação social (Braga, 2023).

Todavia, meus achados de campo limitavam-se exclusivamente a países semiperiféricos. A ideia de analisar as metamorfoses do padrão de agitação trabalhista nos Estados Unidos nasceu do desejo de testar a plausibilidade da hipótese “thompsoniana” em uma escala mais ampla. Neste artigo, recolhemos alguns indícios da recente sobreposição de características dos padrões “marxiano” e “polanyiano”, a fim de realçar a plausibilidade da hipótese “thompsoniana”, a partir de um caso localizado no norte global. Para tanto, iremos explorar a relação de afinidade eletiva existente entre a plataforma *Black Lives Matter* (BLM) e a exitosa criação do primeiro sindicato da empresa Amazon em Staten Island, Nova Iorque.

Ao identificarmos a afinidade entre o movimento BLM e algumas das principais campanhas de criação de novos sindicatos independentes, ressaltando importância do surgimento de uma geração de jovens ativistas sindicais cujas disposições políticas interseccionam identidades raciais e de gênero em torno da luta por justiça social nos locais de trabalho, argumentaremos que o atual refazer-se classista, impelido pela automobilização dos trabalhadores precários, floresceu “de baixo para cima”, contando com o flagrante apoio das redes sociais, em um contexto político e econômico marcado pela crise da globalização capitalista.

Twitter, Facebook e a nacionalização da luta antirracista nos Estados Unidos

Como é amplamente reconhecido pela literatura dos novíssimos movimentos sociais, as redes sociais (em especial, o antigo Twitter e o Facebook) são um fator-chave para compreendermos o ciclo de protestos populares que se seguiu à eclosão da crise financeira nos Estados Unidos em 2008 (Castells, 2013). Em 2012, por exemplo, o assassinato de Trayvon Martin desencadeou uma série de protestos na Flórida, inspirando a formação de diferentes organizações pelo país, que desempenharam um papel decisivo na formação da plataforma BLM.

O movimento *Black Lives Matter* começou como uma *hashtag* nas redes sociais em 2013 em resposta à violência do Estado e de vigilantes contra os negros. A história da origem da *hashtag* do Twitter *#BlackLivesMatter* foi bem documentada. Após a absolvição de George Zimmerman pelo assassinato do adolescente negro desarmado

Trayvon Martin na Flórida em 2012, a ativista de Oakland, Alicia Garza, como milhões de outras pessoas, ficou com o coração partido, frustrada e irritada quando escreveu o que chamou de uma carta de amor para pessoas negras, terminando com uma versão da frase '*Black Lives Matter*'. Ela então juntou forças com duas outras ativistas, Opal Tometi e Patrisse Cullors (agora Patrisse Khan-Cullors), para criar uma *hashtag* e uma plataforma de mídia social. Em agosto de 2014, o termo decolou no Twitter e no Facebook com o surgimento da ação coletiva em Ferguson, Missouri (Ransby, 2018, p. 5).

O levante de Ferguson que se seguiu ao assassinato de Michael Brown, um jovem de 18 anos, por um policial branco é usualmente identificado como o evento impulsionador da onda de protestos sociais que se espalhou pelo país. Na base da nacionalização do protesto, encontramos um sistema de solidariedades práticas, alimentado por um forte desejo de autodeterminação em favor da proteção das comunidades. Amiúde, procura-se conquistar a igualdade de tratamento em relação aos bairros brancos. E, apesar da brutalidade da repressão policial, é importante destacar que Ferguson não foi um movimento impulsionado pelo ódio à polícia: "Mesmo descrevendo a brutalidade policial como 'execuções públicas pagas com impostos', os manifestantes não diziam odiar a polícia. Em vez disso, eles queriam a mesma proteção assegurada aos brancos" (Boyles, 2019, p. 157).

Trata-se de uma questão realmente crucial: Ferguson foi um levante por justiça social que denunciou o rebaixamento das condições de reprodução do conjunto das famílias trabalhadoras pobres. Comunidades insurgentes que contavam com a participação de manifestantes brancos e latinos, inspiradas pela coalizão do Movimento pelas Vidas Negras, multiplicaram-se pelo país. Após 2014, a mesma dinâmica política pôde ser observada em cidades tão diferentes como Anaheim, Baltimore, Baton Rouge, Charlotte, Chicago, Milwaukee, Nova Iorque, Oakland e St. Paul. Até que, em 2020, o assassinato de George Floyd detonou uma onda inédita, atingindo 2 mil cidades em cerca de 60 países (Putnan, Pressma & Chenoweth, 2020).

De fato, no verão de 2020, especialistas estimam que entre 15 e 26 milhões de pessoas participaram das manifestações em defesa das vidas negras nos Estados Unidos, transformando a indignação contra o assassinato de George Floyd na maior onda de protesto social da história americana (Buchanan, Bui & Patel, 2020). Logicamente, a defesa das vidas negras contra a violência da polícia estadunidense era a motivação essencial. No entanto, uma reação internacional nessa escala só pode ser compreendida a partir de um marco mais amplo: a luta por justiça, cujo eixo estruturador é a denúncia da opressão racial.

Afinal, além do abuso da força, a expropriação política dos grupos racializados opera por outros meios: o déficit de moradias decentes, a dificuldade de acesso à comida fresca, o endividamento das famílias, as escolas de baixa qualidade e a falta de cuidados com a saúde, além do subinvestimento permanente em serviços urbanos essenciais, como o da limpeza urbana. Diante dessa variada gama de efeitos da opressão racial, percebe-se que a exigência da reforma das forças policiais era o ponto de partida; porém, não era o ponto de chegada do protesto negro.

A sobreposição de exploração econômica e expropriação política é a força motriz por trás da violência contra, sobretudo, os trabalhadores jovens. A concentração de empregos precários nos bairros brancos afasta ainda mais os jovens negros do trabalho formal. Além disso, a sedução do ilícito transforma a juventude em alvo preferencial da polícia. Ao fim e ao cabo, a precarização do trabalho coloca muitos jovens em rota de colisão com a violência policial. Na verdade, as comunidades negras são sempre as primeiras a experimentar a convergência devastadora entre assédio policial, condições subnormais de reprodução, criminalidade e encarceramento em massa (Boyles, 2019).

Além de enfrentarem os policiais nas ruas, os manifestantes em Ferguson protestaram em frente à prefeitura, organizaram marchas que demandavam mais e melhores serviços urbanos, participaram de fóruns e debates dedicados a impulsionar os investimentos em suas comunidades e mobilizaram igrejas e organizações comunitárias em favor da distribuição de alimentos e roupas. Iniciativas assim, voltadas para proteger a subsistência da comunidade em meio à escalada da violência policial, foram amplamente impulsionadas pelo princípio da igualdade racial.

Em Ferguson, a crise política –decorrente do atrito entre lideranças negras, militantes dos sindicatos, associações de moradores, policiais e representantes da prefeitura– produziu um acúmulo reflexivo, que posteriormente foi usado em outros conflitos pelo país. Lutar para que as comunidades consigam superar a crise socio-reprodutiva que as ameaça implica assegurar a reprodução normal das famílias trabalhadoras, por meio da abertura de supermercados, do incremento da limpeza pública, dos investimentos do poder público na melhoria das escolas e da revitalização das residências (Boyles, 2019).

O levante de Ferguson significou um momento excepcional da luta cotidiana por justiça social contra o desemprego, a falta de oportunidades, a repressão militarizada ao consumo de drogas, a segregação territorial e o subemprego nas comunidades negras americanas. Tal experiência, comum aos trabalhadores pobres da América, levou à formação de novas coalizões por justiça racial em um contexto político permeável à ação direta dos manifestantes. Politizando os territórios, a ação coletiva dos jovens precariados negros balizou a luta popular no país, trazendo para o centro da cena política o debate público a respeito da resiliência da opressão racial, mesmo sob uma administração federal gerida por um presidente negro.

A segregação territorial que oprime os bairros negros nos Estados Unidos sugere o entrelaçamento entre interesses econômicos e políticos. Afinal, as decisões de política urbana são definidas levando-se em consideração os interesses de bancos, empresas terceirizadas contratadas pelos municípios, incorporadoras imobiliárias e seguradoras. Assim, a expropriação urbana, reforçada pela prática dos bancos de negar sistematicamente empréstimos imobiliários aos trabalhadores negros, fortalece a opressão de suas comunidades, obrigando-os a permanecer em áreas decadentes e sistematicamente reprimidas pela polícia.

Como resultado, os bairros negros se transformam em territórios que repelem os investimentos imobiliários e desestimulam a abertura de novos negócios, recursos logicamente necessários para que os bairros superem sua condição degradada. O círculo vicioso se fecha e a reprodução subnormal das condições de produção da força de trabalho racializada

aprisiona os trabalhadores em territórios segregados, forçando-os na direção dos subempregos ou das ocupações marginais.

Neste sentido, a precariedade das vidas negras é politicamente fabricada pelo conluio entre governos e empresas. Além dos lucros auferidos pelo complexo industrial-prisional e pelo setor financeiro, que depende do endividamento das famílias trabalhadoras, o regime racializado de acumulação se beneficia dos baixos custos de reprodução da força de trabalho empregada em setores como comércio, cuidados médicos e pessoais, manutenção predial e serviços de limpeza. Assim, a violência policial, que mantém segregadas as comunidades de trabalhadores, desempenha um papel indiretamente econômico.

Quando identificaram a afinidade eletiva entre a economia e a política (ou seria a polícia?) do capitalismo racial, os ativistas e os intelectuais ligados à plataforma BLM começaram a defender a diminuição do financiamento das forças policiais como maneira de limitar o crescimento desmedido do complexo prisional-militar (Alexander, 2018). Os recursos poupados com a repressão seriam investidos nas comunidades racializadas. Paralelamente, floresceram temas como a ampliação dos direitos dos imigrantes, o aumento do salário mínimo, a criação de novos sindicatos e a eliminação das dívidas estudantis, como forma de revigorar a economia moral das comunidades racializadas.

Empurrada por levantes como o de Ferguson, a evolução política da plataforma BLM logrou articular, às práticas ativistas ligadas à proteção das vidas ameaçadas pela polícia, o trabalho afetivo daqueles que se dedicam a cuidar diariamente das comunidades. A combinação dessas duas formas de resistência à expropriação política (uma mais interna e cotidiana, outra mais externa e episódica) é o elemento crucial para compreendermos por que mais de 150 cidades no país registraram manifestações e protestos multirraciais liderados por negros no ano seguinte ao do assassinato de Michael Brown Jr. (Ransby, 2018).

Na condição de um movimento social emergente em escala nacional, a plataforma BLM começou a colher sucessivos apoios oriundos dos setores mais progressistas do sindicalismo estadunidense. Ao marchar ao lado dos ativistas de Ferguson em agosto de 2014, a presidenta do Service Employees International Union (SEIU), Mary Kay Henry, declarou: “Estamos com nossos irmãos e irmãs em Ferguson. E vamos com eles até a vitória” (Henry, 2014). Além disso, o SEIU financiou manifestações em tribunais em todo o país, a fim de exigir a condenação do policial que assassinou Michael Brown Jr.

Formando novas coalizões

A nacionalização dos protestos impulsionados pela plataforma BLM contou ainda com a marcante participação de uma rede formada por organizações militantes em Chicago, Los Angeles, Minneapolis, Oakland e San Francisco. No verão de 2015, em Cleveland, milhares de manifestantes marcharam pelas ruas e avenidas da cidade atrás de uma imensa faixa do movimento BLM. O protesto foi seguido pela criação de uma nova coalizão, formada pelos coletivos Blackbird, BLMGN, BYP100, Dream Defenders e Million Hoodies (Ransby, 2018).

De fato, o levante de Ferguson inspirou não apenas a mobilização política das comunidades negras. As comunidades latinas, engajadas no movimento pela ampliação dos

direitos de cidadania dos jovens indocumentados nascidos nos Estados Unidos, também foram atraídas pelo levante negro. Como consequência, a “unidade preto-marrom” passou a ser debatida entre diferentes ativistas em cidades onde as duas comunidades praticamente não se comunicavam (Ransby, 2018).

Trata-se de uma aproximação lógica, considerando-se que o assédio policial atinge as duas comunidades de forma semelhante. Vale lembrar que a Agência de Fiscalização de Imigração (ICE) é uma das principais instituições de investigação criminal dos Estados Unidos, com um longo histórico de detenções, que serve para alimentar o complexo industrial-prisional do país (Milkman, 2020). As experiências de formação de novas alianças evoluíram na direção de uma conferência, que reuniu milhares de ativistas negros de diferentes gerações no campus da Universidade Estadual de Cleveland, entre 24 e 26 de julho de 2015 (Ransby, 2018).

A agitação estudantil, impulsionada pela formação de novas coalizões, alcançou visibilidade nacional, com os protestos de 2015, ocorridos no campus da Universidade do Missouri, em Columbia. Além disso, protestos menores floresceram em aproximadamente 80 *campi* universitários localizados em diferentes cidades espalhadas pelo país, como os de Berkeley, Chicago, Nova Iorque, Oakland e San Francisco.¹

Surgiu naquele momento o Coletivo de Libertação Negra (Black Liberation Collective – BLC), uma rede nacional de ativistas estudantis negros, com marcante atuação entre estudantes do ensino médio, que se aproximou também de sindicatos progressistas e internacionalizou suas iniciativas, rumo ao Canadá. Após a decepção de parte considerável dos ativistas do movimento negro com os governos de Barack Obama, a formação de novas coalizões revelou uma reaproximação da luta antirracista em relação à resistência anticapitalista.

Um indício importante da reaproximação entre os grupos antirracistas e anticapitalistas ocorreu em Baltimore, durante os protestos em reação à morte do jovem Freddie Gray, em decorrência de um brutal espancamento, executado por seis policiais (três deles negros), no dia 19 de abril de 2015. Considerando-se tal circunstância, seria compreensível alguma hesitação por parte dos manifestantes. No entanto, após os assassinatos de Eric Garner, John Crawford, Tamir Rice e Walter Johnson, efetuados pela polícia, os manifestantes de Baltimore não hesitaram. Assim, tomou conta de diversos bairros da cidade uma onda de protestos, que denunciou o assédio policial e a pobreza, que vitimam as comunidades negras (Steiner & Waisbord, 2017).

A exemplo de Ferguson, o levante de Baltimore estimulou a formação de novas coalizões, como a Baltimore Unida pela Mudança (Baltimore United for Change – BUC), focadas na defesa das condições de subsistência das famílias dos trabalhadores pobres. No dia 14 de outubro de 2015, as novas coalizões iniciaram uma ocupação do prédio da prefeitura da cidade, que durou várias semanas.

O fluxo de insurgências plebeias desaguou em conquistas eleitorais. Em 2017, Chokwe Antar Lumumba, advogado ligado ao movimento de libertação dos negros, foi eleito

1 Entre os anos de 2015 e 2016, quando eu morava em Berkeley, acompanhei *in loco* a onda de protestos de estudantes negros, apoiada por uma coalizão multirracial, formada após o levante de Ferguson.

prefeito de Jackson City, capital e maior cidade do Mississippi, com uma impressionante aprovação de 93% dos votos. Em seu primeiro discurso como prefeito, Lumumba declarou que pretendia transformar Jackson City na “cidade mais radical do planeta” (Lumumba *apud* Goodman, 2017).

O fluxo de formação de novas coalizões foi do sul ao norte. Em Chicago, no verão de 2016, o Coletivo Deixe-Nos Respirar (Let Us Breathe Collective – LUBC), formado por jovens ativistas, montou um acampamento em frente à infame Praça Homan. Trata-se do local onde a polícia de Chicago costuma torturar cidadãos negros, a fim de extrair confissões falsas. Durante 41 dias, o acampamento, batizado como Praça da Liberdade (Freedom Square), tornou-se um espaço para a prática de deliberações coletivas, resolução de disputas, construção de uma economia compartilhada e incorporação da arte aos protestos na cidade (Shield, Paris, Paris & San Pedro, 2020).

A disposição militante dos jovens inspirou ativistas experientes do movimento negro, como Jamala Rogers, fundadora da Organização pela Luta Negra (Organization for Black Struggle – OBS); Linda Burnham, coordenadora da Aliança Nacional das Trabalhadoras Domésticas (National Domestic Workers Alliance – NDWA); e Makani Themba, diretora do Projeto Práxis (Praxis Project), que se tornaram conselheiras da plataforma BLM.

O fio que ligou as diferentes gerações de ativistas foi, sem dúvidas, a tradição interseccional do feminismo negro dos anos de 1970, legada à nova geração, por meio de biografias, imagens, livros e poemas, além do contato com escritoras e ativistas como, por exemplo, Angela Davis, Barbara Smith, bell hooks, Beth Richie, Beverly Guy-Sheftall, Cathy Cohen e Paula Giddings (Nummi, Jennings & Feagin, 2019).

Foram feministas como elas as principais responsáveis por legar aos mais jovens as referências políticas, como, por exemplo, Assata Shakur, líder do Exército de Libertação Negra (Black Liberation Army – BLA) nos anos de 1970; e Audrey Geraldine Lorde, escritora feminista e ativista dos direitos dos negros e dos grupos LGBTQIA+ nos anos de 1980. A formação de novas identidades políticas foi balizada pelo resgate de mulheres radicais quase totalmente banidas da memória do ativismo político nos Estados Unidos. “Assata me ensinou”, por exemplo, tornou-se um lema popular nas redes sociais de movimentos e ativistas ligados à plataforma BLM, além de estampar as camisetas usadas pelos organizadores do movimento (Murch, 2022).

Como resultado de esforços assim, é possível perceber o fortalecimento das relações entre diferentes grupos (incluindo a aproximação entre comunidades negras e latinas), ilustrado pela aliança entre o Mijente (um agrupamento nacional politicamente orientado à esquerda) e o BYP100. Em 2017, a nova coalizão incorporou a campanha nacional organizada por coletivos LGBTQIA+ para acabar com a fiança em dinheiro. Trata-se de uma reivindicação que fortalece a igualdade racial perante a lei, na medida em que a maioria dos negros e dos latinos não consegue pagar a fiança e aguardar o julgamento em liberdade. Ao focarem nos grupos encarcerados e nas comunidades pobres, os ativistas enfrentam os efeitos da combinação entre a exploração econômica e a expropriação política.

Como observou Cedric Johnson, o novo momento da luta pela libertação dos trabalhadores negros estadunidenses deverá ser capaz de reconhecer que a oposição ao capitalismo racial nos Estados Unidos impelirá necessariamente o movimento para a luta

contra a globalização neoliberal (Johnson, 2022). Na mesma direção, o manifesto da rede Movimento pelas Vidas Negras (Movement for Black Lives – M4BL), intitulado: “Visão para as Vidas Negras” (“Vision for Black Lives”), além de reconhecer a centralidade política e axiológica da experiência dos grupos subalternos racializados, afirma que,

embora esta rede esteja focada em políticas domésticas, sabemos que o cis-heteropatriarcado, o capitalismo racial explorador, o imperialismo, o militarismo, a supremacia branca e o etnonacionalismo são estruturas globais. Nós somos solidários com nossa família internacional na luta contra os estragos causados pelo capitalismo racial global, pelo racismo antinegro, pela mudança climática produzida pelo homem, pela islamofobia, pelas guerras e pela exploração econômica. Nós nos unimos aos descendentes de africanos em todo o mundo num amplo apelo à luta contínua por reparações pelos danos históricos causados pelo colonialismo e pela escravidão, incluindo as estruturais e sistêmicas violências sexuais e de gênero, e reconhecemos e honramos os direitos de nossa família indígena global por reparações, terra, soberania e autodeterminação (M4BL, 2022).

Vale observar que muitos ativistas do M4BL apoiam e atuam em organizações políticas socialistas e democráticas, como, por exemplo, os Socialistas Democráticos dos Estados Unidos (Democratic Socialists of America – DSA), a Organização Socialista Internacional (International Socialist Organization – ISO) e o movimento Nossa Revolução (Our Revolution), liderado por Bernie Sanders. Recentemente, além da defesa dos trabalhadores negros e latinos contra a criminalização impulsionada por governos e departamentos de polícia, o movimento BLM tem investido na formação de lideranças comunitárias capazes de fortalecer tanto a integração quanto a articulação entre diferentes grupos vítimas da opressão racial.

Os esforços de formação política do movimento capacitaram milhares de ativistas em todo o país, por meio do desenvolvimento de lideranças comunitárias. Apesar da diversidade existente entre as novas coalizões integrantes do ecossistema BLM, organizar as comunidades negras a fim de lutar por igualdade racial foi a forma encontrada pelo movimento para resistir à expropriação política que rebaixa as condições de reprodução das famílias trabalhadoras.

De fato, erguido em um momento histórico, no qual as identidades coletivas dos trabalhadores estão sendo abertamente redefinidas, o movimento BLM apoia-se na experiência coletiva de resistência cotidiana à expropriação política das comunidades subalternas racializadas nos Estados Unidos. Daí a insistência de suas lideranças na articulação entre diferentes lutas por justiça racial e por justiça econômica. Não poderia ser diferente. Afinal, defender as vidas negras da violência política supõe, entre outras coisas, integrar os trabalhadores ao sistema de troca de equivalentes, afastando-os do trabalho precário.

O assassinato de Eric Garner em julho de 2014, após uma abordagem policial motivada pela venda de cigarros avulsos, revela a interconexão entre injustiça racial e injustiça econômica. Comércio típico de países periféricos –em Johannesburgo, por exemplo, lembro-me de ter assistido a disputas violentas entre trabalhadores nacionais e estrangeiros

por pontos de venda de cigarros avulsos—, esse comércio informal corresponde àquele último recurso para aproveitar ao máximo a fragmentação de uma determinada mercadoria. Ou seja, não há melhor exemplo de trabalho precário.

Ainda assim, essa prática laboral, tipicamente associada a trabalhadores racializados, é violentamente reprimida pelo Estado, a ponto de assassinar um antigo funcionário do departamento de conservação de parques da cidade de Nova Iorque, pai de seis filhos, sem antecedentes criminais, descrito por amigos e vizinhos como uma pessoa generosa e gentil (Goldstein & Schweber, 2014).

A política do precariado negro na pandemia

Ao longo da década de 2010, os esforços de mobilização das comunidades negras estadunidenses, por meio da formação de novas coalizões impulsionadas por redes sociais militantes, serviram para aproximar as lutas por igualdade racial das lutas por igualdade econômica. Ao chocar-se contra o complexo industrial-prisional, a plataforma BLM transformou várias cidades em territórios politicamente instáveis. Em Ferguson, por exemplo, no dia 18 de agosto de 2014, Jay Nixon, então governador do Missouri, convocou a guarda nacional para reprimir os protestos. Logicamente, a magnitude dessa crise não se limita ao âmbito local. Se usualmente os assassinatos de jovens negros desarmados servem como estopim, a crise socio-reprodutiva das comunidades negras em todo o país é o verdadeiro motor da nacionalização do movimento. Ainda assim, enganam-se aqueles que pensam que uma ampliação assim tenha ocorrido sem a mobilização de ativistas locais que já atuavam junto ao movimento sindical.

Rasheed Aldridge, um jovem pequeno e magro que manca um pouco, cresceu em St. Louis e trabalhava em uma locadora de carros no aeroporto de St. Louis quando ocorreu o assassinato de Brown. Ele conheceu sua amiga Janina, que ele considera como uma irmã, na campanha pelo aumento do salário mínimo, ‘Lute por 15’. Janina trabalhava num McDonald’s em Ferguson e foi uma das primeiras pessoas para quem ele ligou quando a notícia do assassinato de Brown explodiu no Twitter. Ele ligou no dia 2 para ela dizendo: ‘— Precisamos pegar as habilidades que aprendemos na campanha ‘Lute por 15’ e ajudar’. Ele relatou ainda que ‘a situação era muito volátil para os modos mais tradicionais de organização’. Ainda assim, eles se juntaram aos protestos, sendo recompensados pelo reconhecimento de uma comunidade política ampliada. [...]. Rasheed Aldridge acabou deixando seu emprego para se tornar um organizador em tempo integral. Ele foi o membro mais jovem da *Comissão Ferguson*, órgão criado pelo governador do Missouri para avaliar as queixas que deram origem aos protestos, e integrou a delegação que visitou a Casa Branca em dezembro de 2014 para se reunir com o presidente Obama e sua equipe e discutir as implicações de Ferguson para a nação (Ransby, 2019: 55-56).

No início dos anos de 2010, uma campanha batizada “Lute por 15” foi organizada pelo movimento sindical, a fim de advogar pelo aumento do piso nacional do salário mínimo. Tratou-se de um movimento especialmente alinhado à defesa das comunidades onde vivem os trabalhadores mais pobres, que são, usualmente, racializados e recebem pelo piso do salário mínimo nacional, isto é, US\$ 7,25 por hora (ASSOCIATED PRESS, 2022). Além de revelar a importância do sindicalismo para a formação de quadros do protesto negro, a história de Rasheed Aldridge também aponta para o protagonismo do jovem precariado na condução da atual onda do protesto negro (Shields, 2013).

Em dezembro de 2019, quando a pandemia de Covid-19 começou a vitimar centenas de milhares de pessoas mundo afora, um novo desafio surgiu para o movimento de luta pela igualdade racial e econômica: como proteger os trabalhadores considerados “essenciais”, que são, em sua maioria, racializados? Diante da negligência empresarial relativa à contenção do vírus nos locais de trabalho, sobraram poucas alternativas para que isso não passasse pela organização política “desde baixo”. Trata-se de um fator-chave para entendermos o novo ciclo de agitação trabalhista que acompanhou o início dos anos de 2020 nos Estados Unidos.

A instabilidade social causada pela pandemia de coronavírus nos permite compreender o poder de atração da mobilização sindical nos locais de trabalho. O caso da empresa Amazon é emblemático: tendo-se em vista a explosão das vendas *on-line*, foi notável a intensificação do ritmo do trabalho durante os primeiros meses da pandemia nos armazéns da empresa. Além disso, considerando-se as dificuldades de encontrar força de trabalho disponível, a empresa demorou para contratar novos trabalhadores (Milkman, 2020).

Quando os primeiros casos de Covid-19 começaram a aparecer no armazém da empresa em Staten Island, a insatisfação com as condições de trabalho já havia despertado nos trabalhadores o desejo de aderir às primeiras paralisações da história da Amazon. E muitos deles ajudaram a formar o comitê interno de filiação ao sindicato.

No início, o foco na segurança dos trabalhadores durante a pandemia serviu para atrair os primeiros apoios ao sindicato. [...]. Formamos um comitê interno forte com esses trabalhadores [participantes da primeira paralisação] e, conforme a campanha foi se desenvolvendo, a solidariedade aumentou.²

Parte do apoio dos trabalhadores ao comitê de filiação deveu-se à agressividade com a qual os consultores antissindicais da Amazon tratavam as lideranças operárias. Brad Moss, o líder da campanha antissindical, por exemplo, frequentemente se gabava do que havia feito em Bessemer, quando chamou os ativistas sindicais, quase todos negros, de “bandidos”, “maconheiros” e “manifestantes do *Black Lives Matter*”. O fato precipitou a atitude dos ativistas de enfatizar a retórica contra a opressão racial, destacando a negligência da empresa em relação à proteção das vidas dos trabalhadores negros. A intersecção entre

2 Chris Smalls, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Amazon (ALU), entrevistado em 2 de novembro de 2022. In: BRAGA, Ruy. *A angústia do precariado* [recurso eletrônico]: trabalho e solidariedade no capitalismo racial. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

opressão racial e exploração econômica estimulou a solidariedade de outros sindicatos e movimentos sociais.

Algumas organizações e sindicatos apareceram no nosso acampamento, como os Teamsters Local 804 e o DSA, por exemplo. Além disso, fomos visitados por Bernie Sanders e [pela deputada federal Alexandria] Ocasio-Cortez algumas vezes. Bernie e Ocasio-Cortez, inclusive, participaram do último comício da campanha de filiação, manifestando sua solidariedade. [...]. Mark Dimondstein [presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios Americanos – APWU] e Randi Weingarten [presidente da Federação Americana dos Professores – AFT] também participaram de nossa campanha. [...]. Os ativistas do *Black Lives Matter of Greater New York* estiveram conosco em vários momentos e foram muito importantes para impulsionar nossa campanha de financiamento coletivo *on-line*. A Kshama Sawant [vereadora da Câmara Municipal de Seattle], por exemplo, esteve conosco no acampamento e doou 20 mil dólares para o sindicato.³

Durante a campanha de filiação sindical, o despotismo gerencial e a opressão racial no interior da Amazon foram revelados, por meio de uma detalhada reportagem publicada pelo jornal *The New York Times*. Resultado de um trabalho de jornalismo investigativo de cerca de um ano, a matéria denunciava não apenas o regime fabril despótico da empresa, como também revelava a discriminação racial no cotidiano do armazém onde Smalls trabalhava (Kantor, Weise & Ashford, 2021).

A existência de uma força de trabalho majoritariamente negra, mestiça e sub-remunerada, gerenciada exclusivamente por pessoas brancas, não passou despercebida pela matéria. A opressão racial na Amazon moldava não apenas as experiências cotidianas dos trabalhadores, como alimentava o sentimento de indignação que eclodiu durante o bem-sucedido movimento de filiação ao sindicato.

Com a vitória da campanha, Smalls se transformou imediatamente em uma celebridade nacional. O jornal *The New York Times* publicou artigos sobre suas escolhas de roupas – Smalls é um *ex-rapper* e costuma se vestir de acordo –, a revista *Time* elegeu-o uma das 100 personalidades mais influentes do ano de 2022, a revista *New York* dedicou-lhe uma matéria de capa e o presidente Joe Biden o convidou para uma reunião na Casa Branca. A repercussão pública foi proporcional ao tamanho da façanha. Um grupo de ativistas sem apoio de nenhum sindicato nacional ou internacional havia derrotado o segundo maior empregador privado do país.

Contando apenas com um financiamento coletivo *on-line* (de cerca de US\$ 120 mil) e com um ativo grupo de apoiadores (que usou de forma intensa as redes sociais), o *Amazon Labor Union* (ALU) tinha recursos minúsculos, se comparados com os mais de US\$ 4 milhões gastos pela Amazon com consultores ao longo da campanha antissindical em Staten Island. Além do aconselhamento gratuito de alguns advogados trabalhistas, a partir do início de 2022, o novo sindicato passou a contar com um espaço oferecido pelo Unite Here!,

3 *Ibidem*.

que acabou se transformando no ponto de encontro de um grupo de ativistas veteranos que se aproximou do novo sindicato a fim de apoiar a mobilização no final da campanha.

Em contrapartida, a empresa cobriu o armazém com placas de “vote não” e bombardeou os trabalhadores com argumentos contra o sindicato, realizando reuniões das quais os funcionários eram obrigados a participar. A gerência ridicularizou abertamente Smalls, espalhando toda sorte de mentiras a seu respeito e dizendo que ele não seria “inteligente ou suficientemente articulado” para liderar uma campanha bem-sucedida de filiação sindical contra a empresa (Press, 2012).

Além da experiência dos organizadores sindicais, o despotismo gerencial praticado pela Amazon ajudou a impulsionar a campanha: alta taxa de rotatividade, baixos salários, demissões por algoritmo sem a oportunidade de discutir as razões com um supervisor humano, eliminação de folgas, intensificação do ritmo de trabalho sem ganho salarial, punição em caso de descumprimento das metas e vigilância eletrônica para monitorar a produtividade são alguns dos procedimentos mais conhecidos do regime fabril da empresa (Alimahomed-Wilson & Reese, 2020).

Assim, além da indignação dos trabalhadores, motivada pela indiferença da Amazon em relação à proteção da saúde dos trabalhadores durante a pandemia, não surpreende que o lema “não somos robôs!” tenha sido muito empregado pelos ativistas nas redes sociais durante a campanha de filiação.

De fato, durante toda a campanha, os ativistas do ALU fizeram um uso amplo das redes sociais, especialmente do Tik Tok e do Telegram, além de distribuir comida e maconha gratuitamente aos trabalhadores como forma de aproximar a base dos ativistas. Assim, ou seja, por meio das redes sociais e do contato direto com os trabalhadores, os sindicalistas souberam explorar referências culturais comuns a um grupo formado majoritariamente por moradores de comunidades negras e latinas territorialmente segregadas e assediadas pela polícia.

O uso criativo das redes sociais, associado a uma prática política vertebrada pela intersecção entre exploração classista e opressão étnico-racial, provavelmente foi estimulado pelo fato de que os ativistas sindicais eram jovens que começaram a trabalhar depois da crise de 2008. Trata-se de uma geração de trabalhadores que se aproximou tanto do movimento *Occupy Wall Street* quanto do movimento BLM, o que parece ter favorecido sua disposição de participar de formas de ação coletiva.

Nunca antes na minha vida eu tinha participado de um movimento social. E nem tinha intenção de participar. Você sabe: é trabalho, 12, 13 horas por dia. Quando você chega à sua casa está exausto. Não quer pensar em mais nada, só descansar. [...]. Não. Ninguém [da minha família] participava de nenhum tipo de organização política. [...]. Mas, como cidadão negro, eu sempre vi as injustiças contra nossas irmãs e nossos irmãos de cor. [...]. Sim, acompanhei com interesse os acontecimentos em Ferguson e em Baltimore. É claro que o movimento BLM é parte da minha história. Afinal, como qualquer cidadão negro neste país, eu sei o que é ser visado pela polícia. [...]. Eu conversei com ele [Smalls] rapidamente na sessão e decidi ajudar na primeira paralisação no armazém. [...]. Nossa paralisação começou por volta de meio-dia e cerca de duzentos trabalhadores saíram

do armazém. Comecei a conversar com todo mundo que eu conhecia. E conversei com o [jornal] *New York Post*, o que fez que mais pessoas viessem e aceitassem falar comigo. [...]. Quando ele [Smalls] foi demitido, senti que o sindicato era a única coisa que eu realmente podia fazer para tentar mudar essa injustiça. Era uma maneira de proteger as vidas negras de outro jeito. Não da violência da polícia, mas da violência da empresa.⁴

Se levarmos em consideração a série de vitórias de campanhas de filiação sindical entre jovens trabalhadores (em especial, de professores universitários submetidos a contratos precários e instrutores de pós-graduação, mas também atendentes das lojas da Apple e da Rei, por exemplo), perceberemos indícios de uma importante mudança de atitude em relação aos sindicatos nos Estados Unidos. Trata-se de uma verdadeira guinada no ânimo dos trabalhadores, confirmada por uma pesquisa de opinião recente: a aprovação de 71% dos americanos aos sindicatos é simplesmente a maior dos últimos 57 anos (Mccarthy, 2022).

Sem dúvidas, é um fato que nos ajuda a contextualizar a vitória do ALU em Staten Island. Alguns analistas chegaram a comparar a campanha contra a Amazon com a vitória, em 1937, do Sindicato dos Trabalhadores das Montadoras de Automóveis (United Auto Workers – UAW) sobre a General Motors (GM), que, após uma longa greve, acabou reconhecendo o sindicato (Milkman, 2020). No entanto, ao contrário da GM, a Amazon não apenas não reconheceu o resultado da eleição, como acusou o Conselho Nacional de Relações Trabalhistas (National Labor Relations Board – NLRB) de influenciar ilegalmente o voto dos trabalhadores. Após contestar, sem sucesso, o resultado da eleição sindical na justiça, a direção da empresa demitiu um grande número de lideranças sindicais (Johnson, 2022).

Para Jeff Bezos, conter a onda de sindicalização é uma questão estratégica. Com mais de um milhão de funcionários, a Amazon não é apenas o segundo maior empregador dos Estados Unidos, mas uma empresa que conta com operações que envolvem várias indústrias diferentes. No setor de entregas, por exemplo, os trabalhadores ligados à empresa recebem salários significativamente inferiores em comparação com os de seus colegas sindicalizados da United Parcel Service (UPS). Ou seja, o sucesso da Amazon nas entregas ameaça diretamente as condições de reprodução de outros grupos sociais subalternos.

Sean O'Brien, o novo presidente dos Teamsters, sindicato que representa os trabalhadores da UPS, sabe bem disso e, imediatamente após o anúncio da vitória em Staten Island, anunciou que iria se reunir com Chris Smalls em Washington para planejar estratégias coordenadas para a ampliação do número de trabalhadores sindicalizados (Greenhouse, 2022). Uma das consequências da união foi a criação de uma unidade especial do sindicato voltada exclusivamente para apoiar a sindicalização dos trabalhadores da Amazon no Canadá e nos Estados Unidos (Jones, 2022).

Logo após a vitoriosa votação que criou o ALU, Smalls anunciou a pauta reivindicativa para o primeiro contrato com a empresa. Além da tradicional preocupação com o salário, as condições de trabalho e os casos da elevação do salário mínimo para US\$ 30,00 por hora, do aumento das folgas e dos dias remunerados de férias, da existência de pausas

4 *Ibidem*.

remuneradas durante o dia e da representação sindical em quaisquer reuniões disciplinares, a pauta do novo sindicato também incorporou preocupações relacionadas ao combate ao racismo e à transparência nos critérios de promoção, além da promoção de cuidados infantis que beneficiam diretamente as trabalhadoras (Press, 2022).

Considerações finais

Se a vitoriosa campanha em Staten Island, em um armazém onde trabalham cerca de 8 mil pessoas, significa ou não o início de um novo capítulo da história do sindicalismo nos Estados Unidos, só o tempo dirá. No entanto, não há nenhuma dúvida de que se trata de uma conquista sem paralelos na história da classe trabalhadora estadunidense. Ou seja, trata-se de um indício importante de que algumas placas tectônicas do mundo do trabalho se movimentaram para uma direção imprevista durante a pandemia de coronavírus.

É possível que os deslocamentos atuais entre a defesa das comunidades onde vivem os trabalhadores negros contra a violência policial e a criação de novos sindicatos em setores tradicionalmente desorganizados estejam de alguma forma repetindo aqueles já verificados no pós-Segunda Guerra Mundial, quando a luta pelos direitos civis alimentou uma cultura trabalhista militante, que desafiou tanto as gerências quanto as burocracias sindicais. A exemplo do passado, a atual onda de agitação trabalhista nos Estados Unidos também depende em larga medida da ação insurgente de diferentes movimentos sociais antirracistas organizados em redes sociais solidárias.

Há aproximadamente 70 anos, uma ampla coalizão, que envolveu sindicatos e movimentos sociais antirracistas, derrotou as leis de segregação que ainda vigoram no sul do país, inaugurando um novo capítulo na história da luta de classes na América. Hoje em dia, que alcance teria um ciclo de agitação trabalhista com características semelhantes? Apesar de não termos uma resposta definitiva para tal questão, uma coisa é certa: a história das mobilizações populares nos Estados Unidos iniciou uma nova etapa, marcada pela reconfiguração das identidades coletivas dos trabalhadores do país, cujos protagonistas são grupos sociais racializados.

Recibido el 4 de julio de 2024. Aceptado el 10 de septiembre de 2024.

***Ruy Braga** é Professor titular (2019) em Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Livre docente da USP (2012). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2002). Mestre em Sociologia (1996). Graduado em Ciências Sociais (1993). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6933348358102726>. E-mail: ruy.

Referências

- Alexander, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Alimahomed-Wilson, Jake; Reese, Ellen (orgs.). *The cost of free shipping: Amazon in the global economy*. Londres: Pluto Press, 2020.
- Allan, Stuart; Dencik, Lina. “‘It’s not a pretty picture’: visualizing the Baltimore crisis on social media”. In: Steiner, Linda; Waisbord, Silvio (orgs.). *News of Baltimore: race, rage and the city*. Nova Iorque: Routledge, 2017.
- Associated Press. “*Fight for \$15, Black Lives Matter groups join forces*”. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/fight-for-15-black-lives-matter-groups-join-forces/3780009.html>>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- Boyles, Andrea S. *You can’t stop the revolution: community disorder and social ties in post-Ferguson America*. Oakland: University of California Press, 2019.
- Braga, Ruy. “A ‘thompsonian’ pattern of labour unrest? Social movements and rebellions in the global south”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 1-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundodotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e71404>>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- Buchanan, Larry; BUI, Quoc Trung; PATEL, Jugal K. “Black Lives Matter may be the largest movement in U.S. history”. *The New York Times*, 3 jul. 2020.
- Castells, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Cobb, Jelani. “*Ferguson october: a movement goes on offense*”. *The New Yorker*, 15 out. 2014.
- Goldstein, Joseph; Schweber, Nate. “*Man’s death after chokehold raises old issue for the police*”. *The New York Times*, 18 jul. 2014.
- Goodman, Amy. “*Mayor-elect Chokwe Lumumba: ‘I plan to build the “most radical city on the planet”*”. *Democracy Now!* 26 jun. 2017.
- Greenhouse, Steven. “*Union chief vows to pressure Amazon after historic New York vote*”. *The Guardian*, 2 abr. 2022.
- Henry, Mary Kay. “*The true meaning of labor day*”. *The Nation*, 29 ago. 2014.
- Johnson, Cedric. *The Panthers can’t save us now: debating left politics and Black Lives Matter*. Nova Iorque: Verso, 2022.
- Johnson, Jake. “*‘Great day for labor’: NLRB rejects Amazon attempt to overturn union win*”. *Common Dreams*, 2 set. 2022.
- Jones, Sarah. “*Big labor’s next big fight*”. *New York Magazine*, 10 out. 2022.
- Kantor, Jodi; WEISE, Karen; ASHFORD, Grace. “*Inside Amazon’s employment machine*”. *The New York Times*, 15 jun. 2021.
- M4BL. *Vision for Black Lives: policy platform*. Disponível em: <<https://m4bl.org/policy-platforms>>. Acesso em: 12 set. 2022.
- Mccarthy, Justin. “*U.S. approval of labor unions at highest point since 1965*”. *Gallup News*,

30 ago. 2022.

Milkman, Ruth. *Immigrant labor and the new precariat*. Cambridge: Polity, 2020.

Murch, Donna. *Assata taught me: state violence, racial capitalism, and the movement for Black Lives*. Chicago: Haymarket, 2022.

Nummi, Jozie; Jennings, Carly; Feagin, Joe. “#BlackLivesMatter: innovative black resistance”. *Sociological Forum*, v. 34, nº S1, dez. 2019.

Press, Alex N. “A stunning new chapter begins for Amazon warehouse workers”. *Jacobin*, 1º abr. 2022.

_____. “Amazon and Jeff Bezos’s worst enemy is Chris Smalls”. *Jacobin*, 12 jul. 2021.

Putnam, Lara; Pressma, Jeremy; Chenoweth, Erica. “Black Lives Matter beyond America’s big cities”. *The Washington Post*, 8 jul. 2020.

Ransby, Barbara. *Making all Black Lives Matter: reimagining freedom in the twenty-first century*. Oakland: University of California Press, 2018.

Shield, Alayna Eagle; Paris, Django; Paris, Rae; San Pedro, Timothy (orgs.). *Education in movement spaces: standing rock to Chicago Freedom Square*. Nova Iorque: Routledge, 2020.

Shields, Annie. “Fast food workers strike in St. Louis”. *The Nation*, 6 mai. 2013.

Silver, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Steiner, Linda; WAISBORD, Silvio (orgs.). *News of Baltimore: race, rage and the city*. Nova Iorque: Routledge, 2017.

Wilson, William Julius. *When work disappears: the world of the new urban poor*. Nova York: Vintage, 1997.

La transformación del contenido del trabajo managerial: un breve recorrido histórico¹

Diego Szlechter*

RESUMEN: En este artículo, de corte teórico, procuramos trazar un recorrido histórico en torno a las mutaciones sufridas por el contenido del trabajo de conducción. Si bien esta temática ha sido estudiada en pesquisas financiadas por escuelas de negocios, desde una mirada acorde a los intereses del capital, en este caso procuramos, desde un enfoque crítico, complementar la profusa literatura sociológica especializada que abordó la problemática de la labor managerial a partir del derrotero de los cambios en la posición del *manager* en la estructura corporativa. Así, a través de un análisis documental de la literatura sociológica que aborda la cuestión, proponemos una agenda de investigación que indague en torno al impacto que han tenido procesos socioeconómicos de largo alcance sobre el contenido del trabajo managerial. La principal conclusión de este trabajo es que el eje central de análisis del trabajo gerencial debiera girar en torno a la gestión de lo simbólico en el proceso laboral.

Palabras clave: Management, Aspectos simbólicos, Trabajo managerial.

ABSTRACT: In this theoretical article, we seek to trace a historical overview of the mutations undergone by the content of command work. Although this subject has been studied in research funded by business schools from a perspective in line with the interests of capital, in this case we seek, from a critical approach, to complement the profuse specialized sociological literature that addressed the issue of managerial work from the path of changes in the position of the manager in the corporate structure. Thus, through a documentary analysis of the sociological literature that addresses the issue, we propose a research agenda that investigates

1 Una versión preliminar de este trabajo contó con financiamiento del Contrato de profesional del Programa N°: 49 - Programa Trabajo - FLACSO – UMET. Por otro lado, contamos con el financiamiento del Proyecto de investigación científica y técnica (PICT) 2020: “La intimidad en tensión: Mutaciones en el tiempo y el espacio de trabajo en la post-pandemia” del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Nación, el Proyecto de investigación plurianual (PIP) 11220200101249CO 2021-2023: “El trabajo del futuro en cuestión: la dislocación del espacio y del tiempo en el contexto de la post-pandemia” del Conicet y el Proyecto 30/1194 “Los sentidos morales del trabajo y del desarrollo profesional frente a la precariedad contemporánea” de la Universidad Nacional de General Sarmiento.

the impact that far-reaching socioeconomic processes have had on the content of managerial work. The main conclusion of this paper is that the axis of analysis of managerial work should revolve around the management of the symbolic in the labor process.

Keywords: Management, Symbolic issues, Managerial work.

Introducción

El trabajo de conducción, comúnmente denominado managerial, ha concitado la atención de la literatura especializada a partir de una visión un tanto sesgada en la que se ponía el foco en los aspectos funcionales de esta labor, dada la amplitud de puntos de vista a partir del cual podría haber sido estudiado. Usualmente, la literatura ha abordado la cuestión del *management* subdividiendo su derrotero histórico en torno a hitos que fueron delineando su posición dentro de las estructuras jerárquicas empresarias. Un trabajo señero en esta línea fue sin duda el de Chandler (1977) con su famoso libro “The visible hand”. La historiografía latinoamericana del *management* siguió esta línea, abordando mutaciones de “forma” –más que de contenido del trabajo de estos actores (Amdam y Dávila, 2021; Elvira y Dávila, 2005; Lanciotti y Lluch, 2018). Asimismo, el concepto de revolución (Luci, 2011; Boltanski & Chiapello, [1996] 2002) ha sido utilizado para señalar hiatos en los que las atribuciones sufrían alguna mutación profunda, como ser la separación entre propiedad y control, a principios del siglo pasado, o para dar cuenta de reclamos por una mayor autonomía, durante los sucesos del mayo francés en 1968. Sin embargo, llama la atención el área de vacancia en cuanto al análisis del contenido del trabajo managerial, salvo una serie de publicaciones resultantes de congresos académicos para el estudio sociológico del fenómeno de los *cadres*² franceses. A través de un análisis documental en el que se revisa la literatura centrada en aspectos productivos y culturales del trabajo gerencial, en este artículo, en lugar de centrarnos en las mutaciones en las estructuras de las configuraciones organizacionales y su impacto en la posición del personal jerárquico, nos proponemos analizar las transformaciones de la labor de mando en el último siglo, a partir de cambios sociotécnicos en el proceso de trabajo que impactaron en el contenido mismo de su labor.

En la próxima sección, analizaremos las tensiones que emergieron a partir de la extracción del saber obrero, el traspaso de este saber a las máquinas y a los ingenieros encargados de la supervisión del proceso productivo y la manera en que estas tensiones impactaron en el trabajo managerial. En el siguiente apartado, nos enfocaremos en la aparición de la preocupación de la gestión de los aspectos simbólicos del proceso de trabajo a partir de la crisis del taylorismo. Posteriormente, daremos cuenta del proceso de incorporación de aspectos ligados a la vida cotidiana a la gestión de las emociones en el trabajo. Luego, a partir de la crisis del fordismo, veremos de qué manera el *management* devino una vía de transmisión cultural nodal del capitalismo, cuando comenzó a preocuparse por la introyección de la

² La noción francesa de *cadre* apunta a los y las trabajadores que detentan puestos de conducción tanto en el ámbito público como privado. Así, dentro de este grupo estarían incluidos los *managers* de firmas privadas pero también el funcionariado del ámbito público.

cultura corporativa en el resto de la población asalariada. En el siguiente apartado, identificaremos la emergencia de un nuevo modelo hegemónico de *manager*: el desarrollador del software, donde se recupera la labor artesanal de la era preindustrial, pero codificada en lenguajes de programación, donde lo laboral y lo lúdico tienden a confundirse. Por último, presentaremos las conclusiones.

1. Tensiones y dilemas en la historia de la emergencia del trabajo de mando

El trabajo calificado fue objeto de disputa desde los albores de la revolución industrial. Una vez dejado atrás el capitalismo de corte aventurero (Weber, 1993 [1921]) el cual, si bien mostraba voracidad en la búsqueda del lucro, carecía de planificación así como de una organización sistemática del proceso de trabajo, el capitalismo “moderno” propio de la revolución industrial pudo desplegar todo su potencial. Para lograr dicha transición, fue necesario un proceso largo y persistente de extracción de saberes que estaban vinculados al oficio y a los gremios de artesanos (Coriat, 1994 [1979]). Los conocimientos ligados a los secretos de fabricación de los productos de consumo estaban en manos de trabajadores/as, lo que conllevaba serios inconvenientes a la hora de negociar tarifas y salarios con los capitalistas. La correlación de fuerzas estaba más equilibrada en ese momento que años más tarde, cuando los saberes del oficio fueron sustraídos por parte del capital (Coriat, 1994 [1979]). A partir de la revolución industrial, en forma paulatina, el trabajo calificado pasó a manos de las máquinas y de los ingenieros (Lobato, 2002), quienes detentaban los conocimientos necesarios para diseñar las máquinas y también para controlar y supervisar el trabajo de obreros/as y capataces. Con la inauguración del siglo XX -al menos en Europa occidental, cuna del capitalismo moderno- el proceso de trabajo sufrió un doble quiebre: por un lado, a través de la división entre trabajo de concepción y de ejecución y por otro, por medio de la separación entre el personal calificado y los/las obreros sin calificación (Braverman, 1983 [1974]). Gracias al estudio de tiempos y movimientos (Taylor, 1994 [1911]), los tiempos de capacitación necesarios para llevar adelante las tareas productivas se redujo al mínimo. Asimismo, el personal de mando se encargaba de planificar y controlar el trabajo del personal subordinado.

En cuanto a la literatura académica especializada, a comienzos del siglo XX no abundaron publicaciones que trataran el contenido del trabajo de mando. En cambio, existió una profusa producción académica en torno al trabajo operario. No obstante, dentro de la escasa producción sobre personal calificado, uno de los más referenciados fue el ingeniero en minas francés Henry Fayol (1993, [1916]), quien se ocupó de sistematizar las labores directivas, centradas especialmente en tareas de coordinación y mando del personal subalterno. Otro de los autores que centraron su preocupación en los estratos jerárquicos más altos de la pirámide organizacional fue Barnard (1938), quien sintetizaba el trabajo managerial en el esfuerzo por lograr la cooperación sostenida de todos los actores intervinientes en el proceso productivo. Por otra parte, Elton Mayo (1993), a partir de los hallazgos del experimento en los talleres Hawthorne llevado a cabo en la década del 20 y 30 del siglo pasado, descubrió que el manejo de la personalidad constituía una cuestión central en el

mejoramiento de la productividad en la fábrica. Para las primeras décadas del siglo XX, el trabajo calificado en las fábricas se componía, por un lado, de un grupo de *managers* encargados de planificar, liderar y diseñar la organización del trabajo y, por otro, de personal de mando compuesto por ingenieros, conocedores del proceso productivo y encargados de supervisar en forma estrecha la labor de operarios/as. Sin embargo, cuando estos ingenieros pretendían hacer carrera y ascender en la jerarquía corporativa, debían pasar a ocupar posiciones manageriales, lo que los obligaba a alejarse de la “planta”.

Más allá de los conflictos surgidos a partir del proceso de extracción del saber obrero por parte del *management*, otra de las disputas relacionadas con el advenimiento de la revolución industrial tuvo que ver con la adjudicación de la base principal de valorización del capital³. Para el empresariado, el triunfo de la extracción del saber obrero implicó que los secretos del oficio (Coriat, 1994[1979]), sustrato de valorización del trabajo de los artesanos, se incorporasen a la máquina con la consecuente pérdida de valor del trabajo repetitivo de los/las operarios. Asimismo, las técnicas que se iban desarrollando para mejorar la productividad y calidad de los productos provenían de los ingenieros (Lobato, 2002), que a su vez se encargaban de supervisar el trabajo operario. Otras de las fuentes de valorización del capital surgían de todas las funciones que aseguraban la provisión de mano de obra e insumos, así como de la distribución y venta de la producción. De esta manera, las estrategias de reclutamiento de personal, la logística, el marketing, etc., contribuían en el proceso de acumulación capitalista.

Sin embargo, en esos tiempos, las conducciones del movimiento obrero y una parte importante de los y las trabajadores sabían que el tiempo de trabajo operario era el factor esencial para la valorización del capital y, por lo tanto, su ausencia no permitiría extraer el plusvalor, razón económica fundamental de la existencia del capitalismo (Coriat, 1994 [1979]). En esta disputa de intereses, los y las ingenieros y administradores jugaron un rol central en tanto mediadores/as entre el capital y el trabajo. Su formación universitaria aseguraba que los conocimientos técnicos adquiridos servirían para el sostenimiento de la valoración del capital, al tiempo que su pertenencia de clase fungía de “señal” (Spence, 1973) en tanto y en cuanto su condición social suponía que representarían los intereses de la dirección a la hora de supervisar el trabajo obrero (Smith, 1990). Si los y las ingenieros se ocupaban de velar por el cumplimiento de los objetivos del capital en la planta, los/las *managers* lo hacían desde el trabajo administrativo. La labor de mando se fue consolidando en la primera parte del Siglo XX en sus funciones centrales: planificar, supervisar y velar por el consentimiento del personal subordinado. Sin embargo, ciertos aspectos intangibles propios de la subjetividad de los/las obreros fueron invisibilizados, debido a que no constituían una preocupación en el proceso de acumulación capitalista. De a poco, comenzó a

3 Según Graeber (2018), la teoría del valor trabajo de Smith y Ricardo fue utilizada por la clase trabajadora para denunciar el robo a los trabajadores, mientras que para los industriales se la interpretaba como creadora de riqueza (p. 251). A partir de la guerra civil norteamericana, se empezó a expandir la idea de que el verdadero creador de riqueza es el capital, hecho asociado al surgimiento de nuevos grandes magnates industriales. En la producción artesanal preindustrial, estaba claro que la producción de riqueza venía del oficio; el hombre se ocupaba de producir bienes de consumo y las mujeres de producir hijos/as. Con el desarrollo del capitalismo industrial, la producción de riqueza pasó a manos de los capitalistas gracias a la expansión del taylorismo, que logró extraer el saber obrero y pasarlo a manos del capital (p. 255).

emerger una nueva función en el trabajo managerial que con el correr del siglo adquirió una centralidad manifiesta.

2. La emergencia de la preocupación por los aspectos simbólicos del trabajo

La primera imagen relacionada al trabajo suele ser la de un/a obrero en una planta fabril (De la Garza, 2010), hecho que probablemente represente hoy en día un porcentaje menor del universo laboral. El trabajo de tipo taylorista/fordista, representativo de esa imagen, constituyó un modelo con fuerte pregnancia a lo largo del siglo XX, especialmente hasta la década del 70. Sin embargo, la figura del/de la trabajador de la fábrica sigue siendo lo que nos ayuda a diferenciar el mundo del trabajo respecto de la vida cotidiana, el tiempo de ocio o el espacio de reproducción, de acuerdo a la tradición teórica que escojamos. El imaginario social en torno a la jornada laboral, se vincula con el trabajo manual clásico de una planta fabril y, al momento de pensar la vida fuera del trabajo, las imágenes relativas al esparcimiento y la vida en comunidad puede que sean las predominantes (De La Garza, 2010). Esto no implica que ciertos aspectos de la vida cotidiana o del mundo de los vínculos sociales no hayan estado siempre presentes dentro del entorno productivo. Un ejemplo cabal de esto puede encontrarse en la actividad de venta de productos o servicios, donde la relación con clientes/as -aspecto claramente intangible (no “manual”) de “lo laboral”, en la cual es necesario desplegar ciertas dotes de manejo de las emociones- es imprescindible para la concreción de la transacción.

Llama la atención que estos matices hayan sido invisibilizados durante largo tiempo en los debates del campo de los estudios del trabajo managerial. Esto tiene diversas explicaciones, pero vamos a detenernos en las que nos parecen más significativas en función de los aspectos que, a partir de un determinado momento, comenzaron a ser valorizados en el proceso de acumulación capitalista. No obstante, es necesario aclarar que, si bien es cierto que muchas cualidades de los y las trabajadores generan un fuerte lazo social o producen un cierto bienestar en esta población, no todas ellas han sido foco de atención dentro de las estrategias tendientes a mejorar la performance empresaria. Por ese motivo, cuando nos preguntamos a partir de cuándo los aspectos simbólicos del proceso de trabajo comenzaron a adquirir importancia, nos referimos al momento en que dicho problema empezó a importarle al empresariado y pasó a invertir recursos en su despliegue y desarrollo.

A los fines de lograr cierta precisión en la definición de “lo simbólico” en el proceso de trabajo, esbozaremos algunos ejemplos concretos con un anclaje en situaciones específicas de la vida laboral corporativa desde los años 80 y 90 del siglo pasado y correspondientes a las nuevas lógicas del *management* moderno.

- a. Las evaluaciones de desempeño⁴ suelen ser presentadas como instancias de medición del esfuerzo y el compromiso en el trabajo. Acompañadas, dichas evaluaciones, de métricas precisas, la performance se mensura con la finalidad de premiar a los y las mejores y sancionar a aquellos/as de bajo desempeño. Dado que trabajar “bien o mal” es difícil de cuantificar, las firmas utilizan una serie de eufemismos que ofrezcan un halo de cientificidad a los resultados de las evaluaciones. Pero cuando auscultamos los criterios que son mensurados, nos encontramos con aspectos relacionados a la personalidad y la gestión de las emociones del sujeto evaluado (Szlechter, 2015).
- b. Otro de los ejemplos que vale la pena mencionar es la manera de transmitir los “valores” corporativos por parte de los *managers* de las firmas. La narrativa acerca del origen y el destino de la empresa pasa a ser un componente crucial a la hora de generar compromiso e involucramiento de los y las empleados con la cultura de la firma (Szlechter, 2014). En este sentido, el lenguaje se erige en un elemento “intangible” nodal a la hora de analizar la organización del trabajo.
- c. Un tercer ejemplo lo constituyen los vínculos que se establecen entre compañeros/as de trabajo. Muchas veces, la única manera de hacer “soportables” las condiciones laborales en una determinada empresa es por medio del lazo social con el resto de los y las trabajadores, construido a lo largo del tiempo. Incluso, las interacciones sociales son pasibles de formar parte de las estrategias de disciplinamiento por parte del capital (Szlechter y Zangaro, 2020). Por este motivo, vale la aclaración que la preocupación por los aspectos simbólicos del trabajo puede ser una cuestión que beneficie o bien que someta a los y las trabajadores.
- d. Un último ejemplo es el de las habilidades cognitivas implicadas en el proceso de trabajo. Desde siempre, las habilidades manuales del trabajo operario supusieron la

4 La evaluación del trabajo de conducción pasó a constituir un foco de atención en el ámbito empresarial a partir de los resultados del experimento de Elton Mayo que se dieron a conocer en la década del 30 del siglo pasado (Mayo, 1993). Hasta ese momento, las firmas procuraban de sus *managers* que velasen por el cumplimiento de un estándar que se fijaba de antemano por medio del estudio de tiempos y movimientos propio de la Administración científica (Taylor, 1994 [1911]). Las relaciones informales que se establecían entre compañeros y compañeras de trabajo no eran incumbencia de sus superiores e incluso estos últimos consideraban que podían afectar la eficiencia del trabajo. En esta etapa fordista de las relaciones laborales era muy común que los supervisores se manejaran con mano de hierro con sus subordinados. Pero los hallazgos de Elton Mayo supusieron una transformación en el trabajo gerencial y en la forma en que este debía ser evaluado. Tal como dicen Boltanski & Chiapello (2002 [1996]), la incorporación de la lógica del mundo doméstico al espacio de trabajo implicó un proceso de “dulcificación” de las características requeridas para el ejercicio del *management*. Eva Illouz (2007) da cuenta de la adopción de características propias del espacio privado, es decir de lo que se consideraba el universo femenino, en la definición de los requerimientos de los puestos gerenciales. A partir de aquí, las habilidades llamadas “blandas” -como las relaciones interpersonales, el trato, la capacidad de escucha, etc.- pasaron a constituirse en elementos sustanciales en la evaluación de la performance. La irrupción de la 2da guerra mundial interrumpió la adopción masiva de estos hallazgos y recién en la posguerra, especialmente desde los años 50, con la difusión del modelo de negocios de EEUU con el Plan Marshall y surgimiento del movimiento de las nuevas relaciones humanas que recuperó las ideas de Mayo poniendo el foco en cuestiones ligadas a la motivación, comienzan a proliferar los modelos de evaluación del desempeño managerial.

presencia de destrezas mentales invisibilizadas por el capital. Hasta la labor más repetitiva obligaba a desplegar habilidades que mejorasen la eficiencia o que disminuyeran el “sufrimiento” en el espacio productivo. Los movimientos corporales estaban acompañados de cierta reflexividad que enriquecía en cierto sentido al trabajo (Postone, 2005). Por otro lado, en los puestos jerárquicos, donde las habilidades de conducción son intangibles por definición, los aspectos simbólicos fueron la quintaesencia de su labor.

Estas referencias empíricas nos aclaran el panorama para ligar lo “simbólico” o “intangible” con las relaciones de poder. Es a partir del entrelazamiento de estos dos componentes que comprenderemos las razones por las cuales el capital comenzó a interesarse por lo “simbólico” en tanto elemento central de sus estrategias de acumulación.

2.1 Relaciones de producción y de significado

El creciente interés, por parte del empresariado, de mejorar la productividad y la implicación subjetiva llevó a que los aspectos simbólicos se convirtieran en un componente central en la acumulación de capital, pero para ello, estos aspectos debieron atravesar un proceso de legitimación. Es necesario aclarar que la legitimidad social se logró debido a las crisis que periódicamente sufre el sistema capitalista. Pero antes de describir las características y alcances de esta crisis, es necesario definir la manera en que se vincula el ejercicio del poder con la simbología empleada para lograr su persistencia en el tiempo.

Desde épocas remotas, el poder necesitó de justificaciones para su ejercicio (Boltanski & Chiapello, 2002 [1996]) lo que en algunos casos derivó en ideologías (Bendix, 1966). Las relaciones sociales implicadas en la producción de bienes para satisfacer las necesidades materiales de las sociedades fueron acompañadas de marcos explicativos que ofrecieran un sentido trascendental al esfuerzo que suponía el trabajo humano necesario para lograr el objetivo (Szlechter, 2020). En la antigüedad, muchos sistemas religiosos procuraron sacralizar y otorgarle un contenido trascendental a determinados momentos significativos en términos productivos. Si la semana de siete días proviene de los conocimientos astronómicos de los babilonios -necesarios, según sus puntos de vista, para comprender el impacto de los astros en los ciclos de la naturaleza en general y de la agricultura en particular- los cuales tenían conocimiento de la existencia de seis planetas (el séptimo día representaba la completud de la deidad), la tradición judeo-cristiana incorporó la semana “babilónica” que obligaba a trabajar durante seis días, mientras que el séptimo estaba destinado al descanso por lo que debía ser dedicado a dios. Asimismo, la festividad de las pascuas (judías y cristianas) representaban la época de la fertilidad del suelo en el hemisferio norte (y es por eso que religiones anteriores a estas disponían de una deidad dedicada a la fertilidad del suelo y humana a la que rendían culto al comienzo de la primavera, época en que conmemoran las pascuas en el hemisferio norte). Por último, varios/as autores sostienen que la época del año nuevo judío, en la que se conmemora la creación del mundo por parte de dios, es en realidad el momento donde es necesario pedir por una buena cosecha, que se festeja unos días después en la fiesta de las cabañas (Szlechter, 2020). En suma, estos son solo ejemplos

que ilustran un fenómeno “antropológico” en el cual la convocatoria a aunar esfuerzos para mejorar la productividad agrícola encontraba formas de justificación de carácter simbólico (en estos casos, sagrado). Vemos aquí relaciones de producción entrelazadas con relaciones de significado.

3. Las empresas comienzan a abrirse al entorno

El modelo taylorista-fordista logró hegemonizar el paisaje productivo del mundo occidental en un lapso corto de tiempo. Es posible sostener que la irrupción de la primera guerra mundial encontró un modo de producción acorde a las necesidades bélicas gracias a que el taylorismo-fordismo se había instalado unos años antes. Los niveles de productividad alcanzados por este modo de producción en sus primeros años produjeron el crecimiento exponencial de las firmas que lo adoptaron. Las migraciones masivas hacia los EEUU le habían proporcionado al capital mano de obra suficiente para abastecer las necesidades de personal de firmas como Ford (Coriat, 1994 [1979]; Szlechter, 2020).

El estudio de tiempos y movimientos de Taylor (1994 [1911]), sumado a la cadena de montaje fordiana, avizoraban un crecimiento ininterrumpido de la productividad, mientras que la primera guerra mundial no hizo más que confirmar el éxito de estas innovaciones productivas. La gran empresa vertical era el emblema de la configuración organizacional de la época. El empresariado se ocupaba de implementar la férrea disciplina en la fábrica, mientras que reconocía que era preciso prestarle atención a las formas de reconstitución física de la fuerza de trabajo con el fin de que se sostuviera en el tiempo (Szlechter, 2020). El estilo paternalista de conducción empresarial (Ceva y Barbero, 1997) pretendía establecer diversos mecanismos de esparcimiento como forma de distracción para paliar o morigerar las consecuencias del trabajo fordista para la salud física y psíquica. Clubes de empleados/as, bandas de música, barrios obreros construidos por los dueños de las firmas, eran solo ejemplos de la preocupación del empresariado por la vida fuera del trabajo de sus trabajadores/as (Ceva y Barbero, 1997). Sin embargo, la vida dentro y fuera del trabajo eran compartimientos estancos. La camaradería que pudiera formarse en los entornos de recreación no debía estar presente en el horario de trabajo. Para eso, la disciplina de la fábrica era imprescindible. Pero el estancamiento en la productividad y la creciente conflictividad social producto de la lucha sindical encendieron una alarma en el empresariado. El experimento de Elton Mayo en los Talleres Hawthorne de la compañía Western Electric durante las décadas del 20 y 30 del Siglo pasado representó un intento por darle una solución a estos problemas (Mayo, 1993).

3.1 El descubrimiento de la potencialidad de la gestión de las emociones en la organización del trabajo

La firma Western Electric convocó al sociólogo y psicólogo Elton Mayo y su equipo de la Universidad de Harvard para comprender las causas de la merma en la productividad y

encontrar las formas de retorno a un sendero sostenido de aumento de esta y de disminución de la rotación del personal. El famoso experimento comenzó en 1925 y culminó en 1932 con una interrupción en el medio producto de la crisis del 29. Al principio, reproduciendo el espíritu de época, la mirada del experimento estuvo puesta en variables internas del proceso productivo. En esta instancia, el objetivo estaba puesto en observar la relación entre condiciones de trabajo y productividad. Así, se dividió un equipo de trabajo entre un grupo control y otro al que se le realizaban las modificaciones. Esto emulaba el trabajo de laboratorio de las ciencias exactas (Anzoátegui *et al*, 2020), reproduciendo a nivel fabril el positivismo de las ciencias “duras”. Cabe señalar que en el experimento se trabajó solo con mujeres. Retornaremos más adelante esta cuestión no menor.

En un primer momento, todos los cambios en el entorno “físico” de trabajo producían el mismo efecto. Si en el grupo de estudio se mejoraba la iluminación, la productividad mejoraba en dicho grupo, pero también en el grupo control, donde no se realizaba ningún cambio. Lo curioso es que, cuando se quitaba esa mejora y se retornaba a los niveles de luminosidad previos, la productividad seguía en aumento. Lo mismo sucedía con otros beneficios otorgados, como refrigerios, disminución de la jornada laboral, establecimiento del sábado como día no laborable, etc. Evidentemente, las condiciones de trabajo no constituían un factor explicativo de la productividad. En efecto, al término del estudio, el análisis de los datos llevó a refutar las hipótesis de partida (Mayo, 1993; Anzoátegui *et al*, 2020).

De acuerdo a los resultados preliminares del experimento, la organización formal no tiene un carácter explicativo de los niveles de productividad. Pero el equipo de investigación logró un hallazgo sin precedentes en los estudios del trabajo: la organización informal era una cuestión a la que el capital debía prestarle atención. En efecto, las participantes en el experimento se sintieron observadas, pero también escuchadas, lo que produjo un aumento de la motivación en ambos grupos. Por otro lado, a los fines de lograr mayor precisión en la interpretación de los resultados, la rotación de los equipos fue desarticulada, lo que generó la intensificación de los lazos sociales entre las compañeras de trabajo dado que comenzaron a compartir más tiempo juntas. Por último, a lo largo del experimento surgieron liderazgos informales en forma paralela a las jerarquías formales (Mayo, 1993; Anzoátegui *et al*, 2020).

Todo esto dio lugar a la incorporación de los postulados de las teorías sociales que estaban en boga en aquel momento como la teoría de sistemas (Von Bertalanffy, 1986) y la psicología industrial (Munsterberg, 1913; Dickson & Roethlisberger, 2004). Estos marcos explicativos buscaban encontrar formas alternativas de canalizar el conflicto, pero de una manera diferente al que proponía el paradigma marxiano. Si para Marx (1994 [1872]), el conflicto entre el capital y el trabajo era necesariamente antagónico e inexorablemente llevaría a su estallido, para la teoría de sistemas, el conflicto puede ser eliminado por medio de concesiones parciales que hacen las dos partes involucradas (Szlechter, 2020). A su vez, la psicología industrial incorporará los postulados del psicoanálisis en la redefinición de las pautas del trabajo de mando (Illouz, 2007).

Las conclusiones del experimento que conllevó al desarrollo de la escuela de las relaciones humanas tuvieron implicancias subjetivas e intersubjetivas (Anzoátegui *et al*, 2020). Por un lado, ciertas cualidades o atributos de la personalidad de los y las subordinados así

como de los jefes (que solían ser únicamente hombres), pasaron a ser tenidos en cuenta a la hora de reclutar, evaluar, promover y “desvincular” al personal. Desde el lado de los y las operarios, un ambiente menos opresivo implicaría un incremento de la motivación y el compromiso con el trabajo y con la firma. En el caso del management, la suavización de los rasgos de personalidad del jefe devendrá en un ambiente de trabajo donde el malestar -por parte del personal subordinado- puede ser tramitado sin temor a la sanción. En cuanto a los hallazgos intersubjetivos, tanto la posibilidad de establecer amistad entre compañeros/as de trabajo, así como la mejora en el trato por parte de superiores, conllevó mejoras sustanciales en la performance empresarial.

El proyecto Hawthorne tuvo implicancias más amplias. Hasta ese momento, el mundo empresarial valoraba características de personalidad consideradas “masculinas” (Illouz, 2007). La rudeza y la falta de expresión de las emociones eran cualidades valoradas en la conducción de las firmas, así como en el trato entre operarios/as y superiores. Por su parte, las cualidades consideradas propias del universo “femenino”, como la expresión de las emociones, la suavidad en el trato, etc., formaban parte del mundo privado, del entorno familiar y de los afectos (Illouz, 2007). A partir de los descubrimientos de Elton Mayo, las formas de relacionamiento propias del espacio de la intimidad pasaron a ser consideradas cruciales para hacer carrera en la firma. Como resultado de las conclusiones de Mayo, el capital comenzará a preocuparse por encontrar legitimidad en el ejercicio del poder (Weber, 1993 [1921]). Para ello, procurará alinear a los y las empleados alrededor de un propósito común que sea lo suficientemente creíble como para generar un fuerte compromiso con los objetivos de la firma (Szlechter, 2014; Anzoátegui *et al*, 2020).

Cuando comenzaron a difundirse los hallazgos de Elton Mayo, poco tiempo después sobrevino la Segunda guerra mundial, lo que postergó el cuestionamiento del taylorismo-fordismo hasta fines de la década del 40. Una vez concluida la contienda bélica, la nueva escuela de relaciones humanas intentó rescatar las conclusiones de Mayo, dando lugar a diferentes teorías que procuraban lograr la realización en el trabajo. No se trataba de abandonar el fordismo, sino de hacerlo compatible con la necesidad de encontrarle sentido al trabajo. Es así que surgen teorías como la de Maslow (1954), que ofrecía una “receta” para mejorar la motivación a lo largo de una carrera en un trabajo que duraba toda la vida, dentro de una misma empresa. Para ello, se debían cumplir ciertas necesidades consideradas mínimas y a medida que se avanzaba en la carrera, se lograría la satisfacción de necesidades más elevadas, hasta llegar a la autorrealización (Anzoátegui *et al*, 2020). Así, el trabajo repetitivo podía ser combinado con un fuerte compromiso con la empresa.

Pero hacia fines de la década del 60, luego de varios años de crecimiento ininterrumpido, el capitalismo volvió a crujiar, lo que obligó a una revisión de los aspectos simbólicos del proceso de trabajo, dando lugar a un nuevo modo de gestión de la fuerza de trabajo: el posfordismo.

4. El posfordismo

A partir de la década del 50, una vez que las economías occidentales comenzaron a mostrar un crecimiento sostenido, diversos/as autores recuperaron los hallazgos de la escuela de

relaciones humanas, lo que llevó a la proliferación de una serie de teorías de la motivación con el pretexto de que era posible lograr la autorrealización en el trabajo sin abandonar el modelo taylorista-fordista (Maslow, 1954; Herzberg, 1959; Mc Clelland, 1961). Pero hacia finales de la década del 60, el malestar que generaba el trabajo repetitivo y estandarizado superaba todo intento de “humanización” de dicho trabajo. El aumento de defectos de fabricación era una consecuencia casi inevitable de una producción cada vez más masiva, producto del aumento del nivel de vida en los países que habían adoptado el modelo del Estado de bienestar (Coriat, 2000; Szlechter *et al*, 2020).

El Estado de bienestar llevó al aumento del nivel de vida -y de capacidad de consumo- de grandes sectores de las sociedades occidentales, lo que impulsó la irrupción de nuevas clases medias (Adamosvsky *et al*, 2014) que aumentaron su nivel educativo, lo que produjo un fuerte cuestionamiento al modelo elitista de educación superior. Este fenómeno se hizo evidente en Francia del año 1968 a través de un estallido social comúnmente denominado “mayo francés”, donde el movimiento estudiantil confluyó con el movimiento obrero en una revuelta que puso en jaque al sistema político de dicho país. Esta confluencia incluyó dos tipos de reclamos contra la sociedad capitalista francesa: por un lado, la necesidad eliminar el trabajo repetitivo y estandarizado y por otro, permitir el acceso masivo a la educación universitaria. Pero el cuestionamiento del fordismo-taylorismo no provino solo a partir del amesetamiento de la productividad, la disminución de la tasa de ganancia o las revueltas contra las consecuencias en la salud física y psíquica del trabajo repetitivo (Friedmann, 1956). Una serie de eventos que se sucedieron entre fines de la década del 60 y principios de los 70, obligaron a una redefinición del modelo productivo en los países occidentales. Dos “culturas” ajenas a los cánones occidentales comenzaron a tener preponderancia en el escenario económico mundial por diferentes razones (Szlechter y Bauni, 2020).

Por su parte, hacia fines de la década del 60 Japón comenzó a erigirse en un líder económico global en bienes durables, especialmente autos y maquinaria industrial. El “milagro” japonés comenzó a ser objeto de estudio del mundo corporativo norteamericano (Deming, 1986). En realidad, el éxito nipón no tenía nada de trascendental, sino que ofrecía explicaciones donde lo material y lo simbólico estaban entrelazados. La idea de la empresa como un colectivo homogéneo donde las jerarquías forman parte del natural desenvolvimiento de la sociedad, la existencia de sindicatos de empresa que colaboran con la patronal, la subordinación de los intereses individuales a un colectivo como la firma o el empleo de por vida, constituían características de esta cultura (Morgan 1991). El modelo productivo japonés incluía una dosis de flexibilidad congruente con las demandas de las nuevas clases medias emergentes en la posguerra: la posibilidad de producir en forma masiva productos diferenciados gracias al *just in time*, una técnica de producción a demanda del/de la cliente en el momento en que lo requiera (Szlechter y Bauni, 2020; Coriat, 1994).

La amenaza de Japón se sumó a la de otra región distante respecto del mundo occidental: los países árabes de medio oriente. La guerra de Yom Kipur (día del perdón) tuvo como participantes directos a Israel y los países árabes fronterizos con este y, como indirectos, a Estados Unidos y la Unión Soviética. Como consecuencia de la guerra, los países árabes decidieron congregarse en la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) y restringir la oferta de crudo. A esto se sumaba que durante la década del 50 se habían

estatizado varias empresas petroleras árabes que estaban en manos occidentales. El aumento exponencial del precio del petróleo produjo una estanflación en los países desarrollados, lo que derivó en la necesidad de interesarse por las particularidades de la cultura árabe (Szlechter y Bauni, 2020).

La relación entre cultura (nacional) y productividad se convirtió en objeto de reflexión en el mundo corporativo y en la academia norteamericanos (Dore, 1973). Los estudios culturales se habían constituido en un campo de análisis para las ciencias sociales desde la década del 50 y 60 (Hall, 1994), a partir de los procesos independentistas de las colonias gobernadas por imperios occidentales. La antropología se convirtió en la primera disciplina en problematizar la cuestión de la cultura dentro del mundo académico. En realidad, los y las antropólogos habían sido acusados por las propias colonias de haber colaborado con los imperios coloniales a través de su labor etnográfica, dado que el estudio *in situ* de los pueblos conquistados constituyó un insumo para el proceso de colonización (Hall, 2008). Lo que en realidad se puso en cuestión es el derecho que se arrogaban los y las antropólogos para representar culturas a las que denominaban “exóticas”.

A su vez, los estudios sobre cultura corporativa, surgidos a fines de los 70 y principios de los 80 del siglo pasado, retomaron los debates de la antropología (colonial y poscolonial) pero con una finalidad muy específica: comprender la relación entre cultura y productividad (Schein, 1995). De aquí en más, desde las escuelas de negocios y de administración comenzaron a surgir diversos estudios dirigidos a analizar los efectos de la construcción de narrativas y sistemas de valores para lograr la adhesión de trabajadores/as a los objetivos corporativos (Allaire & Firsirotu, 1984). Los elementos intervinientes para comprender las particularidades de las culturas nacionales y su impacto en la productividad fueron trasladados al espacio de trabajo. De la misma manera que en las culturas nacionales existen elementos implícitos y explícitos que la explican, en las culturas organizacionales la “misión” y los “valores” se conjugan con componentes observables (Etkin, 2000). De esta manera cada firma podría crear su propia cultura con la finalidad de lograr el compromiso de sus empleados/as. Para eso, el rol de los y las líderes (especialmente fundadores de las empresas) pasó a ser crucial en la difusión de los valores que se pretendían transmitir (Schein, 1995).

Pero esta visión de la cultura tan restringida y circunscripta a una organización tuvo los mismos déficits que las visiones de la antropología colonial de la primera mitad del siglo pasado. La búsqueda de la “esencia” de una cultura conformada por individuos homogéneos no solo reproducía la perspectiva de etnólogos/as que viajaban a lugares remotos para realizar trabajo de campo en zonas “exóticas” para compararlas con culturas “civilizadas” sino que, al descubrir características “esenciales” de dichas culturas, invisibilizaban culturas alternativas, minoritarias, oprimidas o simplemente diferentes. Así, los estudios sobre cultura corporativa se preocupaban por los intereses que tenía el *management* de lograr consenso y cooperación, obturando a la vez el estudio de perspectivas resistentes a la cultura “del poder” (Wright, 1995). Si la cultura posee una “esencia”, esta se caracteriza por el conflicto y no por la homogeneidad (Szlechter y Bauni, 2020).

Sin embargo, otro de los factores de suma transcendencia política para el desmantelamiento del Estado de Bienestar y la difusión de nuevas formas de organización de la

producción, fue la difusión del neoliberalismo, de la mano de los gobiernos de M. Thatcher en Inglaterra y R. Reagan en Estados Unidos, a fines de los 70 y principios de los 80 del siglo pasado (Szlechter *et al.*, 2020). En forma paralela, la crisis del petróleo produjo una serie de fusiones y adquisiciones de grandes empresas, lo que produjo la necesidad de administrar la conflictividad derivada de despidos masivos, generando, a su vez, fuertes temores entre quienes quedaban fuera de este proceso de “desvinculación” laboral. Por otra parte, se producía una fuerte inversión de recursos dirigidos a la contratación de asesores/as en la gestión del cambio (cultural), con el objetivo de introyectar en los trabajadores, de manera “amable”, los valores de las compañías. Esto no implica necesariamente que el o la trabajador adoptase de manera automática la cultura de la firma (Szlechter, 2014; Szlechter y Bauni, 2020), ya que fueron varias las formas de adhesión a los valores impuestos por el capital, generadas desde entonces, que van desde el convencimiento pleno hasta el oportunismo, desde mecanismos de resistencia abierta hasta otros velados u ocultos (Szlechter, 2015). Es precisamente bajo esta mirada que es necesario estudiar la labor de mando en su rol central -a nivel del proceso productivo- en el marco de los mecanismos de transmisión cultural en el capitalismo. Pero el aumento de la automatización del proceso de trabajo acaecido en los últimos años obligó a pensar nuevas coordenadas en el análisis del trabajo del personal jerárquico.

5. Hacia el ¿pos?-posfordismo

Con el correr del siglo, los conocimientos técnicos necesarios para la concreción del proceso productivo se fueron codificando cada vez más. A partir de la segunda posguerra, el desarrollo de la microelectrónica (Míguez, 2007; Zuckerfeld, 2013) permitió la sistematización de grandes cantidades de información y la posibilidad de informatizar el proceso productivo, lo que produjo que parte del trabajo de supervisión de los y las ingenieros pasase a ser realizado por computadoras y dispositivos electrónicos. Paulatinamente, comienza a emerger un nuevo puesto altamente calificado en las empresas: los y las programadores y desarrolladores de software. La particularidad de este trabajo consiste en que, a través de un lenguaje de programación, es posible sistematizar procesos que conllevarían aumentos sustanciales de la productividad. En cierto sentido, los y las programadores más calificados comenzaron a sentirse un componente nodal en la valorización del capital. Cada vez más aspectos del proceso de trabajo eran pasibles de ser codificados con programas que eran conocidos solo por ellos/as. Por otro lado, a raíz de la aparición de nuevas versiones de lenguajes de programación, era necesario mantenerse actualizado con una velocidad cada vez mayor, lo que conllevó a que las universidades quedaran desfasadas de las últimas innovaciones en este tema. Los y las desarrolladores de software comenzaron a capacitarse por su cuenta, a partir de lo cual pasaron a ver cada vez más obsoleta y desactualizada la formación universitaria.

A partir de los 2000, pero de manera exacerbada desde el 2010 con la aparición del *smartphone* (Sadin, 2016) y el capitalismo de plataformas (Srnicek, 2018), un nuevo grupo ocupacional hacía su aparición en el mercado laboral: los y las programadores sin título

universitario que trabajan para diferentes empresas del mundo, con salarios dolarizados, con una altísima rotación y que, especialmente a partir de la pandemia, trabajan desde sus casas. A su vez, la alta demanda, sumada a la escasez de oferta, implicó que pasaran a ocupar posiciones cada vez más altas en la estructura social. Un capítulo aparte lo constituyen sus estrategias de aprendizaje y de formación. La necesidad de estar actualizados/as en forma permanente, los/as lleva a realizar cursos online por fuera de los canales formales universitarios. Por otro lado, para ellos/as, programar es algo así como un estilo de vida en el cual el trabajo pasa a ser un juego donde se sienten verdaderos/as creadores. En rigor, en el tiempo de trabajo se mezcla el trabajo propiamente dicho y el juego (Szlechter *et al*, 2024). La idea de crear “desde la nada” les genera un profundo placer.

Las transformaciones del trabajo calificado y, particularmente, el surgimiento de este último grupo de trabajadores/as, genera interrogantes en torno a los significados que adoptan las nociones de producción, creación y valor en el trabajo de programación. Por un lado, la creación inherente al desarrollo de software, se produce a partir de la sistematización y codificación de un proceso preexistente. Sin embargo, la percepción de que pueden crear desde “la nada” es una de las cuestiones que más destacan estos/as trabajadores. Si históricamente trabajo y juego eran polos opuestos, producto de la impronta de la tradición judeocristiana en occidente⁵ que asociaba al trabajo con el castigo (Graeber, 2018: 241), en el caso de la programación esto se diluye. El juego, que era un elemento propio del tiempo libre (incluso cuando se jugaba durante la jornada laboral), era una forma de evasión del trabajo “alienante”. En el caso de los y las programadores, muchas veces dedican el tiempo “libre” a tomar cursos de nuevos lenguajes de programación para mantenerse actualizados/as. Pero, ellos/ellas no ven este tipo de actividades solo desde la necesidad de mantenerse “empleables” sino como un estilo de vida, como una actividad más ligada al ocio. Según estos/as trabajadores, la “realización” personal y laboral están entremezcladas. Sin embargo, pareciera que el uso del tiempo fuera del trabajo adquiere un carácter similar al del tiempo de trabajo: no se trata de desplegar estrategias esporádicas o espasmódicas de aprendizaje de nuevos desarrollos en programación, sino que ambos tiempos comparten una misma característica: mantenerse en “modo creación”, seguir ampliando las posibilidades que ofrece la codificación de operaciones gracias a los nuevos desarrollos en programación. Según Frayne (2022: 171), lo opuesto al uso productivo del ocio y del consumo es la capacidad de “saborear el disfrute”. Cabría plantear la pregunta si la permanente búsqueda de nuevos cursos de programación que toman estos/as trabajadores luego del horario de trabajo no constituye una forma compensación de la alienación del trabajo (*ibid.*, p. 178-179), donde la evaluación permanente del cumplimiento de objetivos a través de metodologías “ágiles”⁶ genera altos niveles de estrés. Por otro lado, si en el tiempo libre se desarrollan

5 “Los hombres se ven como creadores del mundo gracias a su mente y su fuerza, y lo consideran la esencia del «trabajo», y para mantener viva esa ilusión dejan a las mujeres la mayor parte de la tarea real de ordenar y conservar las cosas” (Graeber, 2018: 243).

6 Es una forma de subdividir el proceso de trabajo en el desarrollo de software que incluye la fijación de metas para fases cortas de un acto productivo y con estándares de desempeño prefijadas. Esto permite un trabajo en cascada entre las secciones en las que se subdivide el conjunto de actos productivos.

actividades similares a las del tiempo de trabajo, habría que ver si el tiempo libre no es una especie de espejo del tiempo de trabajo (ibid., p. 221).

6. Conclusiones

La posición del *manager* en la estructura jerárquica corporativa no puede ser la única clave de análisis de naturaleza sociológica en torno al trabajo de mando. El derrotero histórico trazado en este artículo demuestra la importancia de escrutar los aspectos simbólicos en el accionar managerial. Esto implicaría no solo estudiar la relación entre los *managers* y sus subordinados/as o superiores, sino también -y principalmente- los contornos propios de su trabajo. Sin embargo, este tipo de análisis que proponemos no pretende quedarse solo en su faceta descriptiva con una finalidad científica de producción de conocimiento, sino que este abordaje podría tener implicancias que interpelen a la sociedad. Esto se debe a que las mutaciones en el trabajo de conducción pueden arrojar luz sobre las transformaciones del mercado laboral en su conjunto, dado el rol que ocupa el *manager* como modelo hegemónico de transmisión cultural del capitalismo. Por caso, la emergencia del/de la desarrollador *senior* de software en empresas de base tecnológica en los últimos años representa un fenómeno que ha logrado trascender hacia otros sectores de la economía. La paulatina indiferenciación entre el tiempo de trabajo y de no trabajo en el sector del software, que en la pandemia se expandió a otros sectores, puede ayudar a comprender un fenómeno de alcance planetario: la transformación silente del tiempo destinado al ocio en un tiempo pasible de ser monetizado. Cada vez más aspectos de la vida cotidiana pasan a formar parte de las estrategias de acumulación capitalista. Este proceso comenzó durante el análisis de los resultados del experimento llevado a cabo por Elton Mayo en las décadas del 20 y 30 del siglo pasado, cuando el capital pasó a incorporar elementos propios del mundo de los afectos en la gestión de la fuerza de trabajo, con el fin de mejorar sus niveles de motivación y adhesión a los objetivos corporativos. Con el correr de los años, esto se fue intensificando, llegando a invadir casi todos los aspectos de la vida afectiva fuera del trabajo. Las oficinas de firmas como Google, Amazon, etc., transformadas en espacios lúdicos donde lo laboral queda invisibilizado debajo de una escena propia de un parque de diversiones, da cuenta de las intenciones del capital para apropiarse del mundo de las emociones. Para esto, el trabajo del *manager* pasa a ser crucial para lograr la implicación subjetiva y evitar que la resistencia propia de toda relación de poder, esmerile los intentos de invisibilización del conflicto.

Recibido el 26 de abril de 2024. Aceptado el 5 de agosto de 2024.

***Diego Szlechter** es Investigador docente del Instituto de Industria de la Universidad Nacional de General Sarmiento e investigador independiente del Conicet. Es Doctor en Ciencias Sociales por la UNGS – IDES, Master en Administración por la Universidad Ben Gurión, Israel y B.A. en Economía y en Ciencias Políticas por la Universidad Hebrea de Jerusalén, Israel. Se desempeña como titular de la asignatura “Teoría de la organización”

de la UNGS. Sus líneas de investigación giran en torno a la Sociología del Management y los Estudios del trabajo de asalariados de altos puestos. Correo electrónico: dszlechter@campus.ungs.edu.ar

Referencias

- Adamovsky, E., S. Visacovsky y P. Vargas (2014). *Clases medias. Nuevos enfoques desde la sociología, la historia y la antropología*. Buenos Aires: Ariel.
- Allaire, Y. & M. Firsirotu (1984). "Theories of Organizational Culture", *Organization Studies*, 5, pp. 193-226.
- Anzoátegui, M., C. Chosco Díaz, D. Szlechter y R. Berman (2020). "Las perspectivas sistémicas. Construyendo conocimiento sobre los sistemas organizacionales desde un abordaje interdisciplinario y descolonializado: una propuesta de abordaje desde el sur". En D. Szlechter (coord.). *Teorías de las organizaciones. Un enfoque crítico, histórico y situado* (2da. ed.). Los Polvorines: Ed. Universidad Nacional de General Sarmiento, pp. 147-166.
- Amdam, R. P. y C. Dávila (2021). "Making Managers in Latin America: The Emergence of Executive Education in Central America, Peru, and Colombia", *Enterprise & Society*, 1-33.
- Barnard, Ch. (1938). *The Functions of the Executive*. Boston: Harvard University Press.
- Bendix, R. (1966). *Trabajo y autoridad en la industria: las ideologías de la dirección en el curso de la industrialización*. Buenos Aires: Eudeba.
- Boltanski L. y E. Chiapello ([1996] 2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.
- Braverman, H. (1983) [1974]. *Trabajo y capital monopolista. La degradación del trabajo en el siglo XX*. México: Nuestro tiempo.
- Ceva, M. y M. I. Barbero (1997). "El catolicismo social como estrategia empresarial. El caso de Algodonera Flandria (1924-1955)". *Anuario IEHS*, pp. 269 – 289.
- Chandler, A. (1977). *The visible hand. The managerial revolution in American business*. Cambridge: Belknap Press.
- Coriat, B. (1994) [1979] *El taller y el cronómetro*. Madrid: Siglo XXI.
- Coriat, B. (1994). "Taylor, Ford y Ohno". *Revista ASET* (Asociación de especialistas en estudios del trabajo), n° 7.
- Coriat, B. (2000). *Pensar al revés. Trabajo y organización en la industria japonesa*. Madrid: Siglo XXI.
- De la Garza, E. (2010). *Hacia un concepto ampliado de trabajo*. Barcelona: Anthropos.
- Deming, W. (1986). *Out of the Crisis*. Boston: MIT Press.
- Dickson, W. y F. Roethlisberger (2004). *Management and the Worker*. Londres: Taylor & Francis.
- Dore, R. (1973). *British Factory, Japanese Factory. The origins of national diversity in industrial relations*. Los Angeles: University of California Press.
- Etkin, J. (2000). *Política, gobierno y gerencia de las organizaciones*. Buenos Aires: Pearson.
- Elvira, M. y A. Dávila (eds.) (2005). *Human resource management in Argentina*. Nueva York: Routledge.

- Fayol, H. (1993) [1916] *Administración Industrial y General*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Frayne, D. (2022). *The Refusal of Work: The Theory and Practice of Resistance to Work*. London: Zed books.
- Friedmann, G. (1956). *Le travail en miettes: specialisation et loisirs*. París: Gallimard.
- Graeber, D. (2018). *Bullshit Jobs. A theory*. Nueva York: Simon & Schuster.
- Hall, S. (1994). "Estudios Culturales: Dos Paradigmas". *Revista Causas y Azares*, nº 1, Buenos Aires.
- Hall, S. (2008). "¿Cuándo fue lo postcolonial?" en VV.AA. *Estudios Postcoloniales. Ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Herzberg, F. (1959). *The Motivation to work*. Nueva York: Wiley.
- Illouz, E. (2007). *Intimididades congeladas. Las emociones en el capitalismo*. Buenos Aires: Katz.
- Lobato, M. (2002). "Organización, racionalidad y eficiencia en la organización del trabajo en la argentina: el sueño de la americanización y su difusión en la literatura y la prensa". Trabajo presentado en "Americanización: aspectos culturales, económicos y tecnológicos de la transferencia de un modelo. Los Estados Unidos y América Latina en el siglo XX", Conferencia regional preparatoria de la sesión plenaria 41 "Americanisation: Cultural Transfers in Economic Sphere in the 20 th Century. Economic and Technological Aspects in Developed and Developing Countries", XIII Congreso Internacional de Historia Económica de la International Economic History Association. Buenos Aires.
- Luci, F. (2011). "La carrera directiva en el marco de la reconfiguración empresarial argentina: ¿una "revolución managerial"?". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 16, 26, diciembre, pp. 145-181.
- Lanciotti, N. y A. Lluch (2018). "Staffing policies and human resource management in Argentina: American and British firms (1890-1930s)". *Journal of Business History*, 62(7), 1137-1161.
- Marx, K. (1994). *El capital*. México: Siglo XXI.
- Maslow, A. (1954). *Motivación y personalidad*. Nueva York: Harper & Row.
- Mayo E. (1993) "El experimento de Hawthorne en la Western Electric Company". En C. Ramio y X. Ballart (comps.) *Lecturas de Teoría de la Organización*, Vol. I. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas.
- McClelland, D. (1961). *The Achieving Society*. New York: Van Nostrand.
- Míguez, P. (2007). "Los cambios en la subjetividad de los trabajadores y en los procesos de trabajo en las nuevas formas de trabajo inmaterial". Ponencia presentada en el VIII Congreso de la Asociación de Especialista en Estudios del Trabajo, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, 8, 9 y 10 de agosto.
- Morgan, G. (1991). *Imágenes de la Organización*. México: Alfaomega.
- Munsterberg, H. (1913). *Psychology and industrial efficiency*. Boston: Houghton, Mifflin and Company.
- Postone, M. (comp.) (2005). *Lo que el trabajo esconde*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Sadin, E. (2016). *La silicolonisation du monde*. París: L'échappée.
- Schein E. (1995). *Cultura empresarial y liderazgo*. Barcelona: Plaza & Janes.
- Smith, V. (1990). *Managing in the corporate interest*. Oxford: California University Press.
- Spence, M. (1973). "Job Market Signaling". *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 87, No.

- 3, Aug., pp. 355-374.
- Srncek, N. (2018). *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra.
- Szlechter, D. (2014). "La cultura corporativa: una revisión crítica desde la Sociología del Trabajo". *Revista Venezolana de Gerencia*, Vol. 19, N° 65, enero-marzo de 2014, pp. 138-157.
- Szlechter, D. (2015). *Consentir y resistir. Las contradicciones del mundo del management de empresas transnacionales en la Argentina*. Los Polvorines: Ediciones UNGS.
- Szlechter, D. (coord.) (2020). *Teorías de las organizaciones. Un enfoque crítico, histórico y situado* (2da. ed.). Los Polvorines: Ed. Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Szlechter, D. y M. Zangaro (2020). "Big Data y People Analytics: gestión científica de la intimidad y de las emociones". *Revista Innovar* de la Facultad de Ciencias Económicas y Contaduría de la Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá, Volumen 30, n°78, octubre – diciembre., pp. 75-88.
- Szlechter, D. y N. Bauni (2020). "Las perspectivas de la cultura organizacional". En D. Szlechter (coord.). *Teorías de las organizaciones. Un enfoque crítico, histórico y situado* (2da. ed.). Los Polvorines: Ed. Universidad Nacional de General Sarmiento, pp. 195-232.
- Szlechter, D., A. Pavone y C. Bentivoglio (2024). "La incorporación del juego como estrategia de implicación subjetiva en el trabajo en grandes empresas". En F. Jardim, O. López Ruiz y P. Méndez (orgs.) *Governamentalidades Latino-Americanas: Tramas entre colonialidad e Neoliberalismo*. San Pablo: Editorial FEUSP.
- Szlechter, D., Gustavo G., S. Iorio y R. Sánchez (2020). "Las perspectivas actuales de los estudios organizacionales: el posfordismo y las nuevas formas de organización del trabajo en las empresas". En Diego Szlechter (coord.) *Teorías de las organizaciones. Un enfoque crítico, histórico y situado* (2da. ed.). Los Polvorines: Ed. Universidad Nacional de General Sarmiento, pp. 235-257.
- Taylor, F. (1994) [1911] *Principios de la Administración Científica*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Von Bertalanffy, L. (1986). *Teoría General de los Sistemas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Taylor, F. (1994) [1911]. *Principios de la Administración Científica*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Von Bertalanffy, L. (1986). *Teoría General de los Sistemas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Weber, M. (1993) [1921]. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. Madrid: Siglo XXI.
- Wright, S. (1998). "La politización de la cultura". *Anthropology today*, Vol. 14, N° 1, febrero, pp. 128-136).
- Zukerfeld, M. (2013). *Obreros de los bits*. Quilmes: Editorial UNQ.

Reflexiones antropológicas sobre los límites espaciotemporales del taller de costura

Antonella Delmonte Allasia*

RESUMEN: El artículo analiza las prácticas y relaciones construidas alrededor de un taller de costura a cargo de dos hermanos/as, situado en Buenos Aires en la actualidad. A la par de las miradas antropológicas contemporáneas que ponen en cuestión lo que entendemos por trabajo, se adopta una mirada amplia que no se restringe a los límites espacio temporales del trabajo en el taller. Vemos así que su forma de (ganarse la) vida se asienta principalmente en la tarea de la confección y venta de ropa posibilitadas por una red de relaciones y prácticas que sólo pueden ser comprendidas desde una mirada interseccional que pondere la condición migratoria, el género y la espacialidad urbana.

Palabras clave: Modo de vida; Taller de Costura; Interseccionalidad.

ABSTRACT: The article analyzes the practices and relationships built around a sewing workshop run by two siblings, located in Buenos Aires today. In line with contemporary anthropological perspectives that question our understanding of work, a broad view is adopted, not limited to the spatiotemporal boundaries of work within the workshop. Thus, we see that their way of making a living is primarily based on the task of making and selling clothes, enabled by a network of relationships and practices that can only be understood through an intersectional lens, considering migration status, gender, and urban spatiality.

Keywords: Way of Life; Sewing Workshop; Intersectionality.

Introducción

Vos me lo ves puesto así, dice Daniel mientras se estira la camiseta deportiva que llevaba puesta, sutilmente, para abajo, y *¿qué decís?*, pregunta retóricamente, *¡este pibe es original!* -se responde a él mismo. Llevaba puesto un conjunto de camiseta y pantalón deportivos color azul petróleo, mientras conversábamos en su taller del barrio de Mataderos acerca de su trabajo en la confección de ropa. Así, disputa un valor simbólico en torno a lo reconocido como legal o ilegal, lo original o lo “pirata”. Sabe que las camisetas que produce son de alta

calidad y poco tienen para envidiarle a las de las grandes marcas que las venden a cifras que superan, por lejos, a las suyas. La fabricación de este producto demanda un conocimiento y expertise, tanto individual como familiar y colectivo, que se viene acrecentando desde hace décadas atrás.

Daniel tiene 38 años, nació y creció en Argentina. Proviene de una familia dedicada a la costura desde finales de los setenta. La historia comienza cuando sus padres, oriundos de Oruro, Bolivia, migran por aquel entonces a Buenos Aires, Argentina (en diálogo con la historia de la migración boliviana con destino a Argentina y su *habitus migratorio*, ver Magliano y Mallimaci, 2015 e Hinojosa, 2009). En sus primeros años en Buenos Aires, vivían y trabajaban en un taller de costura de dueños coreanos. Con el paso del tiempo abrieron el propio, llegando a tener un taller de confección con más de 14 empleados que vivían y trabajaban allí.¹

Él es el menor de cinco hermanos. Desde chico, *ayudaba* -en términos nativos- a sus padres a doblar los puños de las prendas a cambio de algo de dinero. Luego se encargó de las compras de comida para el taller y algunas de las tareas de limpieza, hasta que de joven aprendió a coser. También tuvo otros trabajos en la costura más allá del taller. Trabajó en grandes fábricas e, incluso, hizo un curso técnico en costura. Aunque también tuvo empleos fuera del rubro (como repartidor), estos fueron por períodos breves y luego volvió a la costura. Alrededor del 2012, él y Romina, una de sus hermanas mayores, se hacen cargo del taller de sus padres.

De acuerdo con Gago, en las últimas cuatro décadas en Latinoamérica se profundizan las políticas de corte neoliberal, así como su apropiación y articulación por parte de los sectores populares. En Argentina en particular, con mayor fuerza a partir de la crisis del 2001, se estabiliza un “nuevo paisaje proletario” (Gago, 2021: 960) y a partir de allí se abre una pregunta radical acerca del trabajo, de la construcción de lo que es una vida considerada digna y de la construcción de horizontes de posibilidades que se proyectan en el futuro, al margen del régimen salarial. Entre otras categorías analíticas que alumbran estos procesos (como la más difundida acerca de la economía popular), la autora propone la idea de microeconomías proletarias para acentuar la vigencia del trabajo (aunque sin patrón) y profundizar una crítica a la idea del avance de la desproletarización de los sectores populares. Entre otras dimensiones, expresa la autora, se cristaliza una cartografía del trabajo por fuera de las especialidades reconocidas como “laborales” per se. Así, se contribuye a la conformación de nuevas lógicas de producción de valor.

Estas situaciones, en las economías que nos ocupan, lejos de ser minoritarias o marginales, resultan centrales y mayoritarias. En la experiencia de Daniel, al mismo tiempo que el trabajo se inmiscuye en el espacio urbano, se construyen nuevas lógicas de producción de valor. Así, al margen de miradas moralistas o victimizantes, el presente estudio propone un diálogo con aquellos escritos contemporáneos que discuten con la idea de los talleres textiles como espacios excepcionales (Gago, 2014) y aislados, en donde solo cabe el sufrimiento, y remarca su contribución, junto con las grandes ferias de ropa populares, al

1 Este recorrido no fue una excepción: en los años noventa, trabajadores/as textiles bolivianos/as que trabajaban en talleres coreanos, comienzan a ponerse sus propios talleres.

sostenimiento de economías nacionales y transnacionales (Gago, 2014; Rabossi y Tassi, 2023).

A diferencia de los estudios anteriores que se destacan por acercarnos análisis de mayor escala, en las páginas que siguen me focalizo en el conocimiento en profundidad de un conjunto limitado de prácticas y relaciones construidas alrededor de un taller de costura. A la par de las miradas antropológicas contemporáneas que (re)piensan lo que entendemos por economía, así como la idea de trabajo en sí misma (Fernández Álvarez y Perelman, 2020; L'Estoile, 2014; Narotzky y Besnier, 2014), en estas líneas interesa analizar el modo de vida de Daniel y Romina desde una mirada amplia que no se restringe a los límites espaciales y temporales del taller. De acuerdo con Kathleen Millar (2018), a través de la idea de formas de vida remitimos principalmente a dos dimensiones de la vida: la cuestión del sustento (es decir, de ganarse la vida) así como a las formas específicas de habitar el mundo, sustentadas en creencias y valores sobre lo que constituye una buena vida. Por cierto, desde estas miradas, más que una forma de sobrevivir, el trabajo es medio y forma de vida.

De acuerdo con Narotzky (2018), repensar el trabajo no significa desechar la noción sino comprender la transformación y expansión de las prácticas reales de sustento de la vida, dado que para la mayoría de personas lo que presenciamos es “el enredo de muchas formas de trabajo, múltiples tipos de relaciones sociales, la participación institucional en regulación y desregulación, la movilización de solidaridades verticales y horizontales para acceder a recursos, y la invasión de la mercantilización en la vida cotidiana.” (2018: 12, traducción propia). En resumen, el enfoque de modos de vida permite incorporar un conjunto de prácticas que no encuadran en la categoría hegemónica de trabajo o empleo (Millar, 2018). En concreto, en la historia de Daniel podremos observar cómo su forma de (ganarse la) vida se asienta principalmente en la tarea de la confección y venta de ropa posibilitadas por una red de relaciones y prácticas basadas en el parentesco, el paisanazgo, la amistad y la camaradería. A continuación, se argumenta que estas prácticas y relaciones sólo pueden ser comprendidas a la luz de una mirada interseccional (Viveros Vigoya, 2023) que ponde- re la condición migratoria y el género, así como la espacialidad urbana.

Así se busca contribuir desde una trayectoria analizada con lente etnográfica a las discusiones que cuestionan las lecturas tradicionales sobre el trabajo o su “fin”. Las reflexio- nes sobre las formas de ganarse la vida dialogan con las transformaciones del capitalismo de las últimas décadas y los movimientos sociales asociados a tales cambios y con la crisis del 2008 en el Norte Global (Fernández Álvarez y Perelman, 2020; Neilson y Rossiter, 2008). Aunque, un conjunto de estudios se encarga de demostrar que en América Latina las crisis y desigualdades y “precariedades” asociadas, raramente, constituyen una excepción. Aquí, desde hace décadas las personas lidian cotidianamente con la incertidumbre por lo que esto no constituye una novedad para los/as trabajadores/as y pobres urbanos en el Sur Global ni una discontinuidad con el pasado reciente (L' Estoile, 2014; Munck 2017).

El análisis de la trayectoria se divide en cuatro partes más un preludio y una coda. El preludio relata el ingreso al campo y un primer acercamiento al taller de costura. La prime- ra parte, habla de la organización del proceso de producción de ropa. La segunda y tercera, presentan un análisis de la división de tareas por género en el taller y hacen hincapié en la venta y en la costura a la par de las tareas domésticas, respectivamente. La cuarta,

reflexiona acerca de los procesos identitarios situacionales vinculados con la condición migratoria y la discriminación. Por último, la coda nos introduce en la cuestión del emprendedurismo y los cambios en las subjetividades.

Preludio. Otra versión de Bolivia

Desde el año 2015 me dedico a estudiar y realizar trabajo de campo en el universo de la confección. Anteriormente me centré en grandes fábricas formales entendiendo al trabajo desde una mirada crítica. Pero fueron los emergentes de campo que aparecieron en la experiencia de Daniel y en otro taller analizado (que queda a un margen del presente artículo) los que particularmente me alentaron a intentar incorporar el enfoque de los modos de vida.

En el 2023 lo contacto a través de un amigo en común, también costurero. Cuando comenzamos a conversar, yo formaba parte del equipo de campo de un proyecto que estaba entrevistando personas que tuviesen talleres definidos como “familiares”. El no daba con el perfil porque no vivía en el taller donde trabajaba (requisito excluyente para formar parte del estudio) pero insistía en que vayamos para que conociéramos su taller: “yo sé a los talleres que van ustedes, tienen que conocer otros talleres” (conversación telefónica, octubre de 2023). Incluso llegó a mandarme un video donde filmaba su máquina de coser más tecnológica a modo de ejemplo de cómo era su taller. Aunque no lo entrevistamos para aquel proyecto, le sugerí que comenzáramos a conversar y tejer un vínculo para mi propia investigación. Sin dudas, llamó mi atención su forma de querer mostrarse, de “dar a conocer otra versión de Bolivia” (registro de conversación por chat, noviembre de 2023).

El taller familiar en cuestión actualmente está localizado en un PH (propiedad horizontal) al fondo del barrio de Mataderos, en donde aún viven Romina y su padre. Daniel dejó de vivir en el taller cuando se casó y se juntó con su esposa en una vivienda a pocas cuadras de allí. De todo el PH, hay dos cuartos y un baño que están dedicados exclusivamente al taller. En uno de los cuartos tienen las máquinas y el otro funciona a modo de depósito. Tal como me anticipaba, cuando ingresé a su taller, era contrastante con la imagen de otros talleres de costura en los que había estado anteriormente. Aunque también era relativamente pequeño, las condiciones distaban de ser “precarias”. El espacio de las máquinas daba al patio y además de la puerta tenía una ventana por lo que era luminoso y ventilado. Tenía aire acondicionado y había máquinas de coser muy nuevas y tecnológicas. En el patio habían realizado un baño, separado del taller, que se encargó de mostrarme.

Parte I. Esto no es un hotel

Los hermanos organizan el trabajo de manera distinta a sus padres porque estaban disconformes con la antigua modalidad de taller-vivienda, la cual denominan, a modo de broma, como un “hotel”. Traigo la idea de hotel que propone mi interlocutor porque resulta una parodia nativa a la noción de “trabajo esclavo” ya problematizada y discutida por un

conjunto de autores/as (Gago, 2014; Rivera Cusicanqui, 2011, entre otros). Bajo la idea de *hotel*, expresa que mientras que el taller de sus padres daba, a la vez que trabajo, vivienda y comida a sus empleados/as; en su taller ya no se emplean personas que vivan allí. Este paso de taller-vivienda mediano a taller familiar se condice y contribuye a un proceso más general de la industria en el que, en los últimos años, proliferaron los pequeños talleres familiares (compuestos solamente por matrimonios o familias nucleares) en detenimiento de los talleres medianos o grandes.

Además, desde que toman la responsabilidad del taller, de manera progresiva, trabajan principalmente para grandes marcas de ropa, dejan de emplear gente y en caso de precisar “más manos” cuarterizan parte de la producción a otros pequeños talleres familiares ubicados principalmente en la Villa 20 del barrio aledaño de Lugano. En estos casos, de acuerdo con el volumen de “cortes”² que recibe, puede derivar toda la confección o solo una parte de ella (por ejemplo, mandar a poner solo los elásticos). Estos talleres, a diferencia del suyo, suelen tener condiciones relativas a la seguridad e higiene (como cableados, ventilación, iluminación) de mayor precariedad.

Los trabajos estables los hacen ambos hermanos en conjunto, pero hay otros de mayor eventualidad que los realizan de forma independiente, aunque siempre comparten el espacio del taller, las máquinas y los gastos del taller (servicios). Su principal proveedor de trabajo es una reconocida marca de ropa interior de varones con locales distribuidos en Centros Comerciales de distintas provincias del país. En ocasiones, al margen de la marca, también produce ropa interior (de similar calidad de confección y materia prima) y la vende por su cuenta. A la par, hace ropa deportiva que vende de manera directa y a terceros que las revenden en ferias de ropa. En resumen, en el taller actualmente se fabrican principalmente bóxer y ropa deportiva, tanto “originales” como “réplicas”, pero también todo tipo de prendas urbanas.

En el último año, con motivo de la baja de la producción que se vive en la industria, comienzan a recibir menor volumen de producción (de cortes de bóxer) de su principal proveedor de trabajo. Esto se expresa, por ejemplo, en que pase progresivamente de cuarterizar a siete talleres distintos a quedarse solo con uno. Como respuesta, Daniel dice que “como toda la gente” se *rebusca* y va a lo que necesita: “entonces empiezo a buscar lo que necesito, emprendedores chiquitos (que diseñan y venden ropa) que siempre hay”. Esto muestra un “saber hacer” (Gago, 2021) frente a periodos de crisis del sector o de baja de la producción. Por otro lado, decide avanzar en un proyecto que tenía postergado y crear su propia marca de ropa abocada al running. Para esto, facilitaron el proceso algunos contactos que tiene gracias a pertenecer desde hace tantos años al rubro de la costura. Así, en el logo de la marca lo “ayudó” -contrató a- una diseñadora y la moldería de las remeras se las hizo un modelista que actualmente trabaja en una reconocida fábrica de prendas deportivas localizada en el conurbano bonaerense. Impulsar una marca propia, capitalizando contactos de reconocidas marcas y los conocimientos adquiridos, muestra a la vez las estrategias de reconfiguración y diversificación que implica el mencionado “saber hacer”

2 Nombre con el que comúnmente se denomina al conjunto de telas ya cortadas para su confección que proveen las marcas o talleristas.

de sectores de la población considerados de mayor vulnerabilidad. De alguna manera, en diálogo con otros estudios (Rabossi y Tassi, 2023) muestra formas de navegar en el capitalismo global actual de manera más “autónoma” en relación con las grandes empresas de ropa. En suma, resulta una forma concreta y estratégica de enfrentar la crisis del sector.

Daniel practica running en un grupo de Parque Chacabuco con el que habitualmente participa en eventos deportivos, carreras, organizadas en distintas zonas del país. Desde que está fabricando su propia marca deportiva, aprovecha la ocasión de las carreras: en uno de los eventos regaló decenas de remeras para promocionarse y esto le generó posteriores ventas en eventos similares. Por caso, en la vida de Daniel se difuminan los límites entre el tiempo y espacio que entenderíamos como de ocio y los que entenderíamos como de trabajo.

La vinculación con la venta de ropa como forma de sustentar la vida no termina ahí. Desde los 18 hasta los 20 años Daniel trabajó en RA Intertrading, una de las grandes fábricas textiles de Buenos Aires que confecciona para la marca Adidas, ubicada en el Barrio de Lugano, a tres kilómetros del taller. De allí le quedaron “amigos” que, a modo de aguinaldo, reciben prendas deportivas. Como algunos de sus excompañeros “no saben vender”, en palabras textuales, le venden las prendas y él luego las vende en su red de clientes a un precio más elevado. Por esto, también destaca “tengo un montón de amigos, yo”.

Parte II. Estoy más en la calle vendiendo

Acerca de las ventas y reventas que hace de manera directa de bóxer y prendas “imitación” producidas por él y de prendas “originales” producidas en la mencionada fábrica, resulta significativo señalar que no tienen un comercio ni un puesto en una feria popular -como suele suceder en casos similares (Ver Gago, 2014)- sino que las vende en la *calle* a través de contactos. Hablo en singular porque es principalmente Daniel quien se encarga de las ventas y construyó una red asentada sobre la base de sus distintos empleos que conforman su trayectoria laboral en la costura y sobre vínculos con “paisas”, palabra que utiliza para referirse a otros hijos/as de bolivianos/as o bolivianos/as. En los estudios migratorios existen trabajos como el de Claudia Pedone (2010) que señala la importancia del entramado de vínculos tanto horizontales como verticales en las redes migratorias y en la elaboración de estrategias que le permiten a los/as migrantes sortear obstáculos y asegurar la supervivencia en contextos de exclusión social.

Daniel conoce otros/as costureros/as, talleristas, jefes de producto y diseñadoras que trabajan para marcas. Toda esta red le vende y compra prendas y, en ocasiones, le contribuye a generar más trabajo. Por ejemplo, las diseñadoras pueden funcionar como intermediarias y le consiguen cortes a cambio de una comisión: “Así hago los contactos, son todos de fábrica”, explica.

En su vida cotidiana, además se configuran otras relaciones que no están conectadas, en principio, con lo laboral sino con la vecindad o su tiempo de ocio, pero son igual de importantes para sostener el taller. Por caso, vimos el ejemplo de las carreras y traeremos otros a continuación. Cuando dispone de ropa de fútbol de Adidas, bóxers o prendas

deportivas propias se las vende a varones que van, junto con él, a la cancha del club de San Lorenzo ubicada en el barrio de Flores o a amigos, seguidores de otros equipos de fútbol. Con frecuencia también le vende a un colectivero, hijo de bolivianos, delegado de las líneas 47 y 80, quien redistribuye (revende) los productos entre el resto de los trabajadores conductores, en su mayoría varones. De igual modo, frente al taller de costura, en el barrio de Mataderos, hay varios talleres mecánicos que reúnen decenas de trabajadores mecánicos a los que también les suele vender.

Para los clientes más distantes, utiliza el WhatsApp como herramienta de trabajo y les envía periódicamente información de lo que tiene para vender. Mecanismo que también utilizó conmigo a lo largo de la investigación (dando cuenta de los objetivos propios que tiene mi interlocutor en relación con esta pesquisa). Así, también recorre bancos y oficinas del microcentro porteño. En estos casos, por la distancia social que percibe tener con estos/as trabajadores/as, a los que identifica con la clase media porteña, le vende los productos a un precio más elevado que al resto.

Cuando explica acerca de todos los vínculos y prácticas que construye para sustentar la vida, dice “todo ese *movimiento* lo hago yo porque obvio que ella (la hermana) me acompaña, ella sabe, pero ese movimiento de gente, de todo lo que te estoy contando lo hago yo porque los contactos todos pasan por mí, mi hermana no conoce a nadie porque ella no tiene *calle*” (Registro de observación en taller, abril de 2024). La *calle*, categoría nativa, aparece de manera recurrente en su discurso para hacer referencia a los talleres mecánicos, la cancha de fútbol, el Parque Centenario o una terminal de colectivos. Semana a semana, transita por distintos espacios públicos o semipúblicos de la ciudad. En ocasiones basta con cruzar la calle (para el caso de la hilera de talleres mecánicos) pero a veces implica moverse hasta el barrio de Villa Riachuelo del sur de la ciudad (donde está la terminal de colectivos).

En consecuencia, sin los vínculos que la calle posibilita y produce sería mucho más difícil que el taller resulte viable. En este sentido, a partir de los vínculos entre la *calle* y el *taller familiar* y en línea con estudios precedentes sobre el mundo textil (Brage, 2022; Gago, 2014), se muestra que los dualismos ligados a lo público y lo privado tienden a esencializar y dicotomizar las prácticas -y así los espacios y tiempos- por lo que no permiten comprender los modos de sostener la vida de costureros y costureras de carne y hueso.

La cuestión de género tampoco resulta menor. En primer lugar, porque en el taller se produce principalmente ropa destinada a un consumidor representado como masculino. En ese sentido, los espacios públicos por los que circula Daniel y vende ropa resultan espacios masculinizados como la cancha de fútbol, la terminal de colectivos o los talleres mecánicos. En segundo lugar, resulta significativa la división de tareas que se construye en el taller. Al menos desde su mirada, es él quien tiene mayores vínculos con *la calle* en detrimento de la hermana. Cabe la pregunta de si la mayor salida del varón se vincula o no en parte, justamente con lo anterior, que precisan insertarse en un público masculino o también con los sentidos colectivos contruidos alrededor de la calle y el taller de costura. Esta mirada permite dejar el lugar a una serie de preguntas: ¿qué actividades hacen los

costureros varones por fuera del taller? ¿Qué espacios habitan? ¿Con quiénes se relacionan? ¿Con qué motivos? ¿Cabe pensar que allí también están haciendo la vida?

Parte III. Ella tiene la mano perfecta

Romina tiene 55 años. A diferencia de su hermano nació en Bolivia y migró a Argentina con sus padres cuando tenía alrededor de 10 años. Tiene hijos adultos por lo que ya no se tiene que encargar de las tareas que implican su cuidado. Aunque, veremos, se encarga de algunas tareas vinculadas con el cuidado de su padre.

Desde el discurso de Daniel, la “hermana” aunque “no tiene calle” tiene “mejor mano” para la costura por lo que en el taller se dedica principalmente a coser. Aunque sus tareas no terminan allí debido a que es ella quien se encarga de la limpieza de la casa y del espacio que corresponde al taller. Si tomamos en cuenta estas tareas como parte de las actividades que demanda el taller y la vida de Damián, Romina y su padre, esto implica que comience su jornada de trabajo diaria (de lunes a sábados) aproximadamente una hora antes que el hermano. También es ella quien deja el trabajo en la máquina al mediodía para encargarse del trabajo que implica la alimentación y preparar la comida para ella, su hermano y su padre. Luego, regresa a la máquina después del almuerzo. Gracias a estudios precedentes (Gago, 2014; Brage, 2022), sabemos que esta situación se repite en otros talleres familiares: existe un continuum de tareas productivas y reproductivas y las segundas quedan a manos exclusivamente de las mujeres. Desde la antropología de los modos de ganarse la vida se señalan a la política económica, economía moral y economía feminista como las tradiciones teóricas antecedentes. Aquí subrayo el aporte sustancial del feminismo por colocar en el centro del análisis de los procesos económicos que tienen lugar en el capitalismo al trabajo doméstico no remunerado (Federici, 2018) y formular la idea de sostenibilidad de la vida (Rodríguez Enríquez, 2020). Siguiendo esta formulación que pone el énfasis en las tareas de cuidado que son necesarias, a la par que las productivas, para sostener la vida (en términos materiales y simbólicos), argumentamos que las tareas reproductivas realizadas principalmente por Romina en el taller sostienen a Daniel y al trabajo productivo que ambos realizan. En consecuencia, en los talleres textiles la organización de la vida cotidiana (y en algunos casos, comunitaria) está inscripta en la dimensión productiva y también da cuenta de nuevas formas de producción de valor (con fronteras difusas) en los sectores populares (Brage, 2022; Gago, 2020).

Al mismo tiempo, el desdibujamiento de los límites del taller y del hogar afectan al tránsito y permanencia en el tiempo y espacio de Daniel y Romina. Mientras que Daniel no tiene un horario fijo que marque el término de su jornada y esto se vincula con que las actividades en la calle no implican siempre la misma cantidad de horas, Romina suele trabajar en la máquina hasta las 20 hs. Al igual que en otros talleres, también es ella, en comparación con su hermano, quien pasa más horas sentada en la máquina. Esta división de tareas por género dialoga con estudios anteriores. Por ejemplo, Brage (2022) resume que las dinámicas de los talleres que analizó se caracterizaban por contar con jornadas extensas de costura combinadas con tareas de cuidado:

“Pilas de telas y prendas de ropa en los diferentes rincones, niños presentes en el ambiente de trabajo y maridos que, si bien costuran, nunca están. En las visitas que realicé junto a Margarita, jamás encontré a un hombre en casa, sea porque se trató siempre de mujeres que vivían solas o bien porque los maridos habían salido, a entregar pedidos, a comprar telas, a conseguir clientes, etc. De modo que, son las mujeres quienes suelen destinar mayor tiempo y dedicación a la costura” (Brage, 2022: 49).

En suma, Romina es quién dedica más horas diarias al taller. Daniel argumenta esta división y la sobrecarga de su hermana en base a dos cuestiones. Por un lado, ya mencionamos su vinculación con la calle. Por otro lado, a partir de un discurso que naturaliza los saberes de costura de Romina (“ella *tiene* la mano perfecta”, “ella *tiene* mejor mano”, repitió en reiteradas ocasiones). Esta ligazón entre las mujeres y las tareas de costura tienen una genealogía histórica en el ámbito nacional y a la vez se pueden relacionar con la instalada idea de que la costura se constituye como una tarea del ámbito doméstico (es decir, no remunerada) y por tanto se corresponde con una actividad femenina (Federici, 2018)³. Ecuación que también la encontramos en otras experiencias analizadas relativas al ámbito de la costura, aunque también resignificada a partir de la importante incorporación de varones, en general migrantes, en el rubro en las últimas décadas.

Parte IV. El rollo boliviano

Daniel, en ocasiones “es el más boliviano de todos” -acentúa algunas palabras y gestos corporales que identifica con la bolivianidad- para fortalecer los vínculos con otros bolivianos o hijos de bolivianos como es el caso del colectivero o los prestamistas de la cooperativa boliviana a los que les suele pedir dinero. Mientras que, otras veces, deja a un margen “el rollo boliviano” y destaca los gestos, posturas corporales y palabras que asocia con la “argentinidad”, principalmente para relacionarse con nativos/as. Por ejemplo, cuando entrena en el parque o viaja con sus compañeros de running para participar de las carreras.

Para comprender este pasaje de una identidad a otra, y su performance, podemos retomar las ideas de Roberto DaMatta (1997) cuando señala que en el paso de un grupo social a otro podemos sentir la transformación del espacio como un elemento importante y, a fin de cuentas, constitutivo de lo social. Así, argumento que actúa de determinadas maneras en estos diferentes espacios sociales porque hay un conjunto de relaciones y construcciones de sentido colectivas que así lo demandan o constituyen. A su vez, estos sentidos puestos a jugar de manera concreta implican nociones colectivas acerca de qué se valora y

3 En su estudio sobre las tareas reproductivas durante el capitalismo, Silvia Federici (2018) señala que el arreglo de ropa y la costura, junto con las tareas del cuidado, la cocina y las actividades de limpieza, forman parte del conjunto de actividades que se han constituido como habilidades “naturalmente” femeninas. En este sistema social, cuando las mujeres ocupamos puestos de trabajo en el mercado remunerado estos suelen estar vinculados con las tareas que desempeñamos en el ámbito doméstico. De acuerdo con la autora, desarrollar las tareas reproductivas en el ámbito doméstico sin ningún tipo de remuneración y considerarlas cualidades que portamos por nuestra constitución biológica contribuye a su baja remuneración en el mercado de trabajo.

espera de un individuo en cada situación. Es decir, siguiendo al autor, no se trata simplemente de reafirmar que las personas cambian de opinión según el contexto, sino que los espacios, entendidos como esferas de significación social, van más allá:

“Es que contienen visiones del mundo o éticas particulares. No se trata de escenarios o máscaras que un sujeto usa o desusa -como en los libros de Goffman- según sus estrategias frente a la "realidad", sino esferas de significado que constituyen la realidad misma y que permiten normalizar y oralizar la conducta a través de sus propias perspectivas.” (traducción propia, DaMatta, 1997: 34).

Siguiendo estas ideas, sostengo que el comportamiento de Daniel está diferenciado acorde con cada esfera de significación. Aún más, su memoria está marcada por la discriminación que vivió en su infancia junto a sus padres por su condición trabajador migrante:

“Ahora vivimos acá pero en la otra casa donde vivíamos nosotros es una casa chorizo (...) la (vecina) del medio era una (insulta en voz baja), agarraba y nos decía *bolivianos de mierda ¿por qué no se van a su país?* y yo no era grande, era un pibe, estaba en tercer grado y a mí me daba miedo, o sea, como que me quedó en la cabeza eso que pasaba, que mi papá iba con las prendas por un pasillo largo y el tipo (vecino) ya sabía cuándo entregábamos, (...) y nosotros íbamos con las prendas y mi papá iba así despacio, imagínate y salía a la puerta otra vez *“estos bolivianos entregando mercadería, haciéndose plata acá”* (Registro de observación, 06/04/2024).

Estas vivencias pasadas, así como su construcción y relato presentes, tienen importantes consecuencias. Daniel percibe y hace de su taller su *territorio*, como él mismo dice. Para esto construye prácticas cotidianas que resignifican la discriminación de la que fueron destinatarios/as. En tal sentido, cuando recibe a los representantes de los proveedores de trabajo de grandes empresas, en general varones blancos argentinos, refuerza (y resignifica) su “bolivianidad” pero esta vez se esfuerza en invertir aquellas experiencias que vehiculizaron los procesos de subalternidad vividos en su infancia:

“yo me paro de igual a igual (...) yo le hablo así ¿sabés por qué? porque en mi cabeza pasa como que mi papá hubiese ido a la fábrica, como que mi papá hubiese sido un paisano humilde (...) entonces me viene todo eso y es como que me pongo fuerte (...) si venís acá te hablo con palabras que digas, loco, ¿este boliviano de dónde salió?”. (Registro de observación, 06/04/2024)

Construir cotidianamente el taller como un territorio *digno* en sus propios términos, en donde quede poco espacio para el sufrimiento de la discriminación, es otra de las prácticas interseccionales que sostiene situacionalmente Daniel.

“Yo también me quiero ir de vacaciones, comprar zapatillas y mandar a mis hijos a un colegio privado, aunque no tenga hijos”, explica seguidamente. Así, pararse “de igual a igual” también puede leerse como un intento por contrarrestar las deslegitimaciones morales y condenas sociales que pudieran dirigir dichos varones nativos en contra de su trayectoria laboral que podría ser entendida como “exitosa”. De acuerdo con el análisis de

Ana Mallimaci (2023), el acceso a capitales simbólicos y materiales por parte de las poblaciones migrantes es leído en términos de ascenso social y, al mismo tiempo, deslegitimado, condenado o visto bajo sospecha por la población local. Dice la autora, estas lógicas se desarrollan y experimentan de manera interseccional siendo fundamentales el género y las racionalizaciones. Aunque él es argentino, en el contexto local sus rasgos fenotípicos cargan con la apariencia de persona migrante (que en ocasiones él mismo refuerza y performatiza). En términos de Sergio Caggiano (2021), estos rasgos en el presente configuran racismo por apariencia que contribuyen a la desjerarquización social.

Vemos así que, como en tantas otras experiencias de costureros y costureras (Delmonte, 2024), al analizar su modo de vida, en vinculación con la cuestión de género, resulta fundamental una mirada interseccional que invita a incorporar también la condición migratoria racializada. En este caso, presto suma atención a cómo estas prácticas están territorializadas y cobran así sentido.

Coda o Daniel emprendedor

Mientras nos despedimos y le agradezco por la última entrevista que le estaba realizando, en un café de la ciudad de Buenos Aires del barrio de Devoto (un punto que le resultaba conveniente por la cercanía con un cliente suyo), me dice:

D: *Lo que necesites, igual ya sabés... ¡Si pegás una venta por algún lado! (yo me río). Uno nunca sabe, uno nunca sabe (él insiste).*

A: Vos sabés que yo soy Antropóloga, investigo en Ciencias Sociales...

D: *Pero capaz que encontrás alguno en el gobierno, “che hay que hacer ropa” ¿entendes? Pero bueno, capaz que vos sos de otro palo, vos tenés tu laburo, ¿viste? o sea yo soy de otra manera, todo el día... Nosotros somos emprendedores, si tengo que estar todo el día, yo por eso a los emprendedores como que siempre digo che, me saco el sombrero porque a pesar de cómo está todo estamos todo el día pensando, como creando, cada uno en su rubro pensando cómo generar.*

A: ¿Vos te considerás emprendedor?”

D: *Sí, yo me considero emprendedor y aparte me gusta, me gusta motivar, animar.* (Entrevista en profundidad, 24 de mayo 2024).

La emergencia y reafirmación de la categoría de emprendedor dialoga con la “conversión emprendedora” (Gago, 2021) característica del capitalismo neoliberal. En ese sentido, la autopercepción de Daniel no tiene que ver solamente con un deseo o rasgo individual (“me gusta motivar”, dice) sino que es propia de una época en la que la desinversión estatal y el avance de políticas neoliberales alienta la interpelación de los discursos sobre emprendedurismo en los sectores populares generando, también, nuevas lógicas propias (Gago, 2021). Aunque merecería un artículo en sí mismo, resulta oportuno concluir este análisis con el comienzo de la exploración de algunas cuestiones pertinentes al caso.

El significativo de emprendedurismo evoca diversos y complejos sentidos colectivos. El estudio de Hernán Palermo y Patricia Ventrìci (2023), analiza cómo el avance de este ideal está ligado a la economía de plataformas, la digitalización de la vida y la ilusión de oportunidades infinitas basadas en románticos discursos meritocráticos de individualismos “responsables” que contribuyen a trayectorias hiperindividualizadas en un mercado de trabajo digital en ascenso (como muestra el caso paradigmático Mercado Libre). Así, el emprendedurismo lleva toda la responsabilidad al sujeto de su propia suerte. Según Palermo y Ventrìci, en América Latina, por los altos niveles de desigualdad, la operación neoliberal queda aún más expuesta “producir una exaltación fetichizada del emprendedurismo como ideología oficial de la época, que se desentiende ilusoriamente de los múltiples condicionamientos sociales en la vida material del individuo” (2023: 24).

En cambio, Gago (2021), expresa que su enfoque de la economía popular contribuye a disputar con la narrativa sobre el emprendedurismo que se construye desde una lente liberal. Y esto se vincula con su noción, referenciada anteriormente, acerca de las “microeconomías proletarias” en tanto se resiste a adoptar un lenguaje empresarial entendiendo que la auto empresarialidad de los sectores populares no se ajusta linealmente a las lógicas individuales y neoliberales, sino que ponen a jugar lógicas comunales de manera mixturada y barroca.

En el discurso de Daniel, la idea de emprendedurismo aparece en oposición a la idea de “tener un laburo” (representada por mi persona, dando cuenta nuevamente de los sentidos construidos sobre “la antropóloga” en el campo). En un sentido opuesto a “tener un laburo”, el emprendedurismo evoca la amplia y compleja idea de persona “sin salario” lo que, de nuevo, hace parte (en gran medida) de una economía situada en Latinoamérica en la actualidad (Gago, 2021).

Aunque las distancias entre la experiencia de Daniel y aquellos que desempeñan trabajos cognitivos de alta calificación (Palermo y Ventrìci, 2023) son enormes, podemos encontrar imaginarios en común. El define a los emprendedores como las personas que “estamos todo el día pensando, creando”. En este sentido, apela a los sentidos hegemónicos acerca del emprendedurismo que enaltecen la utopía de la creación e innovación infinita (Palermo y Ventrìci, 2023). De igual manera, en estos ideales se exalta el optimismo (Palermo y Ventrìci, 2023) expresado por mi interlocutor como una actitud de motivación o animación. Asimismo, un aspecto no menor es que por debajo de estas ideas encontramos un imperativo de masculinidad que, en el caso analizado, se ve representado en la figura de Daniel en relación con su hermana quien aparece como su opuesto (la persona tímida).

De igual modo, podemos reflexionar acerca de qué sentido particular toma la abstracción de emprendedurismo tomando en consideración sus ideales y las proyecciones a futuro en relación con su historia familiar y los ideales de sus padres:

D: *No sé a qué hora termino, sé que término a la tarde, tipo 7 termino o 6 pero ya termino porque voy al gimnasio o me voy a correr, porque ya me dedico a mí, cosa que mi papá antes no hacía.*

A: *¿Ves un cambio ahí?*

D: *Es un re cambio porque a mi papá le preguntas ahora “papi, ¿conoces Mar del Plata? y no, no conoce; papi, ¿fuiste a comer a un buen restaurante? a un buen restaurante, no acá a Liniers al de los paisas, y nunca fue” (...). Para él era guardar y está bien, no te voy a decir que no, está bien porque él hizo esta casa y otra casa, pero ahora él tiene guita y no la quiere gastar. “Papi dale, deja de joder” y esta con esas zapatillitas, pero tiene esa cultura. Ahora ya de grande empezamos a ir a la cancha, me hice socio de San Lorenzo y vamos, viste claro, voy con él y yo le digo, viste esto hubiésemos hecho cuando ¿entendés? Porque vos te dedicaste a trabajar porque la plata, la plata, la plata. O sea, como los paisa, y vos te perdés de todo esto que lo hacemos ahora”* (Entrevista en profundidad, 24 de mayo 2024).

A partir de su relato puedo imaginar las lógicas que tenía el padre en torno a la organización laboral antes mencionada, pero también al uso del dinero proveniente del taller. Estos ideales -y sus consecuencias prácticas- fueron transformándose y ya no son los mismos para Daniel. Anteriormente, en la familia primaba una lógica de ahorro en pos de ciertas proyecciones de ascenso social que tenían, a la vez, una materialidad concreta (como la construcción de una vivienda propia). En aquel entonces, esto demandaba extensas jornadas de trabajo en la máquina.

Mientras que en la actualidad del taller, principalmente desde la mirada de Daniel, pareciera que prima una lógica de bienestar con mayor orientación al presente. Esta lógica contribuye a un aumento del gasto del dinero para el consumo individual y familiar y en la preservación de tiempo dedicado “a sí mismo”, ya sea al ocio, a actividades deportivas o artísticas (aunque, como vimos, este tiempo también está atravesado por el taller). En consecuencia, se limitan las horas de trabajo y se impulsa una negociación más beneficiosa con los proveedores de cortes. Por detrás, argumento que se evidencia un quiebre en las subjetividades en torno a las creencias de lo que constituye -o no- una buena vida o una vida considerada digna. Aunque resulta difícil la comparación de ambas lógicas, en tanto la dedicación del padre y sus prácticas de ahorro, en alguna medida, permiten que Daniel parta desde mejores condiciones que aquel, esto no explica el porqué del cambio. Las transformaciones en las representaciones sobre lo que es una vida digna, tal vez, podrían vincularse también con la difusión de las retóricas sobre emprendedurismo.

En el caso bajo estudio, quedan aún abiertas -irresueltas- algunas preguntas. ¿Qué efectos tiene en la subjetividad de Daniel verse a sí mismo como emprendedor? ¿Implica necesariamente un ajuste, una resistencia o una reafirmación frente a la lógica liberal? Más allá de los grados de resistencia que podemos vislumbrar o no, lo que resulta claro es que su discurso pone en vilo extendidas retóricas (tanto en el sentido común como en los organismos internacionales) que representan a los/as trabajadores/as de la costura -exclusivamente y de manera categórica- en términos de escasez, sufrimiento o carencia de libertades básicas.

En un escrito reciente, Yutzil Tania Cadena Pedraza y Mariano Perelman (2024) proponen “flexibilizar” la idea de trabajo:

“Esta flexibilidad no remite (sólo) a la flexibilización laboral como forma de acumulación del capital (aunque sin duda se relaciona), sino a una mirada etnográfica del

“trabajo”. Esto es, como una categoría nativa, como una práctica compleja que se realiza para la reproducción de la vida, en relación constante con otros ámbitos de vida, otras problemáticas y como una manera de estar, permanecer, acceder y habitar la ciudad.” (Yutzil y Perelman, 2024: 3).

Tener un taller de costura para sustentar económicamente la vida no parece ser una novedad en la historia familiar. Más se han transformado diversos aspectos que resultan esenciales: el modo de organizar el trabajo; las formas de gastar lo recaudado; los horizontes de vida proyectados y, centralmente, las maneras de significar el trabajo. Así, cambian de lleno los modos de experimentarlo y pensarlo. Entender el trabajo en tanto categoría nativa también nos abre a escuchar y tomar en serio cómo se piensan algunos de los/as trabajadores/as costureros/as en la actualidad. De este modo, vemos que en la vida de Daniel emerge la noción de emprendedurismo con potencia.

Conclusiones

Desde el enfoque de los modos de vida y recuperando la propuesta de impulsar una mirada crítica o flexible acerca del trabajo contemporáneo, aquí abordé diversas dimensiones de la experiencia de Daniel, forjada entre el taller de costura y la ciudad. Su trayectoria da cuenta de que si nos focalizamos en el trabajo de costura que demanda el taller y en sus límites espacio temporales de modo acotado, dejamos a un margen toda una serie de relaciones y prácticas condicionadas por distintos marcadores de la desigualdad como el género y la identidad nacional racializada. Nos perderíamos así de una parte esencial de la historia debido a que también son estas prácticas interseccionales las que permiten sostener (y de-sear) la vida. A la vez analizamos cómo estas prácticas se conforman de manera situacional, esto es, se inmiscuyen y crean en lugares y temporalidades específicas del espacio público.

De igual modo, a partir de los datos empíricos emergieron dos temas vinculados con la desigual división de tareas por género en el taller que resultan centrales. Por un lado, es Romina, la hermana, quien se encarga mayormente del trabajo en la máquina de costura y de las tareas “domésticas” como la preparación del almuerzo diario y la limpieza del taller-hogar. Esto se expresa en la sobrecarga de horas de trabajo semanales que ella tiene en relación con su hermano. Así como en habitar un espacio en el que se superpone lo laboral y doméstico, es decir, en el que se desdibujan los límites entre el taller y el hogar. Como ya ha sido estudiado, estas tareas de (re)producción cotidiana contribuyen sustancialmente a la producción de valor de los talleres textiles. Por otro lado, es él quien se encarga de la vinculación con los proveedores de trabajo y de las ventas. Todas estas tareas, implican mayor relacionamiento con otras personas más allá del núcleo familiar. Esto se expresa en que sea él quien circule habitualmente por espacios públicos o semipúblicos de la ciudad con la motivación de sostener el modo de vida.

En consecuencia, nos podemos preguntar, ¿el trabajo se limita exclusivamente al espacio y las temporalidades del taller? ¿Cuál es la importancia que tienen aquellos otros escenarios urbanos que, habitualmente, no significamos como laborales? ¿Cuál es la relevancia

de las relaciones sociales que en apariencia no se presentan como laborales o económicas en el sostenimiento de la vida? Al preguntarnos por prácticas concretas, podemos concluir -una vez más- que las dicotomías entre lo público y lo privado o lo económico y lo íntimo poco tienen que ofrecer en términos analíticos.

Otra dimensión para destacar son los usos y desusos que hace situacionalmente mi interlocutor de las identidades nacionales argentina y boliviana de acuerdo con la esfera de significación en la que se encuentre. Esta estrategia está posibilitada fundamentalmente por ser argentino hijo de migrantes bolivianos y, al mismo tiempo, poseer rasgos fenotípicos que en el contexto local son leídos comúnmente en términos de extranjería. A la vez, esto también habilitó atravesar situaciones de discriminación, mayormente durante su infancia, que condicionan su actuar presente.

Por último, el análisis revela algunas de las transformaciones intergeneracionales en relación con las subjetividades de los/as costureros/as. En el presente de Daniel, resuenan los discursos vinculados con el emprendedurismo asociados a ideales liberales en contraposición, por un lado, al trabajo salarial en términos tradicionales y, por el otro, a la propia historia familiar. También registramos cambios asociados al uso del dinero y, por sobre todo, a lo que se considera una buena vida.

En pocas palabras, el ejercicio etnográfico y una mirada interseccional que dispone en el centro del análisis a los modos de vida (y descentra la cuestión laboral concebida en términos tradicionales y la persistente idea de sufrimiento que se construye alrededor de los talleres de costura) permiten incorporar al análisis diversos espacios, tiempos y relaciones que en apariencia no se presentan como laborales o económicas pero que resultan imprescindibles en el día a día de los/as costureros/as.

Recibido 12 de agosto 2024 aceptado 18 de octubre de 2024.

***Antonella Delmonte Allasia** es Profesora y Doctora en Antropología por la Universidad de Buenos Aires. Es investigadora postdoctoral en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede en el Instituto de Investigaciones de Estudios de Género (IIEGE), Argentina. Es Thematic Fellow “Informalites” en Maria Sibylla Merian International Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila), Brasil. Integrante del Grupo de Trabajo CLACSO “Migraciones y Fronteras Sur-Sur”. Correo electrónico: antonelladelmontea@gmail.com

Referencias

- Brage, E. (2022). El trabajo “duro” de sostener la vida: reflexiones a partir de una etnografía con mujeres (cis) bolivianas que viven en São Paulo, Brasil en el contexto de la pandemia de Covid-1. *REMHU Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana*, 65(65), 33-56.
- Caggiano, S. (2021). Racismo. En *Pensar las migraciones contemporáneas: categorías críticas para su abordaje*. Jiménez Zunino, C. y Trpin, V. (coord.). TeseoPress. 253-262
- DaMatta, R. (1997) *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Editora

Rocco.

- Delmonte Allasia, A. (2024) Las experiencias de trabajo en la industria de la confección de indumentaria vistas desde los aportes de Sayad. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 32, e321945
- Federici, S. (2018). *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Tinta Limón.
- Fernández Álvarez, M. I. & Perelman, M. (2020). Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida. *Cuadernos de Antropología Social*, 51, 7-19.
- Gago, V. (2021) Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social. *Contemporânea*, 11, (3), 957-970.
- Gago, V. (2014a). *La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular*. Tinta Limón.
- Gago, V. (2014b). El taller textil como excepción: tres argumentos para su (in)visibilidad. *Sociedad*, (33), 105-12
- Hinojosa Gordonava, A. (2009). *Buscando la vida. Familias bolivianas transnacionales en España*. CLACSO.
- L'Estoile, B. (2014). «Money Is Good, but a Friend Is Better». Uncertainty, Orientation to the Future, and «the Economy». *Current Anthropology*, 55(9), 62-73.
- Narotzky, S. (2018) Rethinking the concept of labour. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 24, S1, 29-43.
- Narotzky, S. & Besnier, N. (2021). Crisis, Valor y Esperanza: repensar la economía. *Cuadernos de Antropología Social*, 51, 23-48.
- Neilson, B. & Rossiter, N. (2008). Precarity as a political concept, or, Fordism as exception. *Theory, Culture and Society*, 25(51), 51-72.
- Mallimaci Barral, A. I. (2024). Movilidades sociales inapropiadas. *ReviISE - Revista De Ciencias Sociales Y Humanas*, 23(23), 9-22.
- Millar, K. (2018). *Reclaiming the Discarded: Life and Labor on Rio's Garbage Dump*. Duke University Press.
- Munck, R. (2017). El precariado. Una perspectiva desde el sur. *Estudios críticos del desarrollo*, 7(13), 15-47.
- Palermo, H. y Ventrici, P. (2023). *El ADN emprendedor: Mercado Libre y el devenir tecnoneoliberal*. Editorial Biblos.
- Parra García, H. (2019). El trabajo migrante en tiempos del neoliberalismo. El caso de los mercados étnicos de trabajo en el contexto urbano de la colectividad boliviana en Buenos Aires. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, 3 (6), pp. 1-27.
- Pedone, C. (2010) Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. *EMPIRIA. Revista de Metodología de las Ciencias Sociales*, 19, 101-132.
- Perelman, M. (2021) Más allá de lo económico. Abordajes etnográficos sobre las formas de ganarse la vida. En: *Ganarse la vida. La reproducción social en el mundo contemporáneo*. UNAM.
- Rabossi, F. y Tassi, N. (2023) *Globalización popular en América Latina: por una teoría etnográfica*. Instituto de Investigaciones Sociológicas-IDIS “Mauricio Lefebvre” y Laboratoire d'Economie et de Sociologie du Travail, *Cuadernos de investigación*, 25.

- Rivera Cusicanqui, S, et al. (2011). *De chuequistas y overlockas: una discusión en torno a los talleres textiles*. Tinta Limón.
- Rodríguez Enríquez, C. (2020) La sostenibilidad de la vida desde la perspectiva de la Economía Feminista. En *Sostenibilidad de la vida: desde la perspectiva de la economía feminista*. Madreselva. 19-36
- Viveros Vigoya, M. (2023) *Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitario*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: TNI Transnational Institute.
- Yutzil Cadena Pedraza, T. y Perelman, M. (2024) Trabajar en la calle. Una mirada desde la antropología. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, 8 (17).

“Volver a la acción” El trabajo de policías retirados en las Guardias Urbanas municipales

Marcelo José Rey*

RESUMEN: Las Guardias Urbanas constituyen equipos dependientes de las áreas de seguridad de los municipios, surgidos en nuestro país en la primera década del siglo XXI como una de las respuestas de los gobiernos locales a los problemas de “inseguridad”. Aunque fueron conformadas por una diversidad de perfiles de trabajadores y trabajadoras, en las Guardias Urbanas del conurbano bonaerense se destacó la presencia de “retirados”, personas cuyo pasado laboral remitía a alguna Fuerza de Seguridad. El propósito de este artículo es el de estudiar las trayectorias laborales de los retirados en las Guardias Urbanas bonaerenses a partir de dos casos testigos, los municipios de Avellaneda y Lanús, entre los años 2009 y 2023. A partir de un abordaje etnográfico realizado en ambos municipios, veremos que las misiones, tareas cotidianas y estéticas profesionales de las diferentes Guardias Urbanas presentan una gran diversidad, a pesar de haber sido creadas con objetivos similares.

Palabras claves: Guardia Urbana, seguridad, gobierno local

ABSTRACT: The Urban Guards constitute teams dependent on the security areas of the municipalities, which emerged in our country in the first decade of the 21st century as one of the responses of local governments to “insecurity” problems. Although they were made up of a diversity of worker profiles, in the Urban Guards of the Buenos Aires suburbs the presence of “retired” people stood out, people whose work history referred to some Security Force. The purpose of this article is to study the work trajectories of retirees in the Buenos Aires Urban Guards based on two witness cases, the municipalities of Avellaneda and Lanús, between the years 2009 and 2023. Based on an ethnographic approach carried out in both municipalities, we will see that the missions, daily tasks and professional aesthetics of the different Urban Guards present great diversity, despite having been created with similar objectives.

Key words: Urban Guard, security, local government

1. Introducción

Durante la primera década del siglo XXI aparecieron en las calles del conurbano bonaerense las Guardias Urbanas (GU): equipos civiles, sin estado policial, compuestos por personas contratadas por los gobiernos locales, con funciones y tareas relativas a la seguridad. Las GU surgieron en una coyuntura social muy particular de nuestro país, signada por los rastros de la crisis del modelo neoliberal y la emergencia de la “inseguridad” como problema público. En ese contexto, la formación de las GU se convirtió en una de las estrategias desplegadas por los intendentes para responder a una doble demanda vecinal: seguridad y empleo.

En efecto, la injerencia de los gobiernos locales en la gestión política de la seguridad abrió innumerables, novedosas y variadas fuentes de trabajo para las y los habitantes de los municipios. En el presente artículo, nos proponemos estudiar algunas variables ligadas al surgimiento, puesta en marcha y desarrollo de las GU en partidos de la provincia de Buenos Aires, focalizándonos en los aspectos ligados al mundo del trabajo. Particularmente, nos concentramos en las experiencias laborales de un segmento específico de los planteles de las GU, el compuesto por personal retirado de diferentes Fuerzas de Seguridad (FFSS). Incluimos dentro de la categoría FFSS, a las instituciones policiales provinciales o federales, a los servicios penitenciarios y a las Fuerzas Armadas, cuyos integrantes en situación de retiro suelen incorporarse a las GU municipales bajo el genérico de “policías retirados”.

¿Cuáles son las misiones de las GU, en tanto actor territorial de reciente aparición en la gestión política de la seguridad? ¿Cuáles fueron los roles y cómo vivenciaron sus tareas en las GU las y los policías retirados? En esta ocasión, avanzamos en el abordaje de estos interrogantes mediante el estudio comparado de dos casos testigo: las GU conformadas entre los años 2009 y 2023 en Avellaneda y Lanús, municipios linderos ubicados en la zona sur del primer cordón del conurbano bonaerense. Nuestra hipótesis general gira en torno a la heterogeneidad de las GU como una de sus principales peculiaridades a la hora de caracterizarlas, a pesar de buscar, a priori, propósitos similares vinculados a la seguridad de las y los habitantes de los municipios en los que actúan. Lejos de constituir proyectos homogéneos, veremos que el análisis situado de las GU de dichos partidos nos permitió comprender el carácter diverso de sus planteles, estéticas, misiones, funciones y tareas. A lo largo del artículo, advertiremos que tal variedad, está directamente vinculada a las formas en que cada gestión municipal concibe el problema de la (in)seguridad y, en función de ello, diagrama las políticas del área e interpreta los alcances y límites del ejercicio del poder de policía en el nivel local de gobierno. Estas variables impactan directamente en las modalidades de trabajo de las GU y, en particular, en el segmento compuesto por las y los policías retirados. Antes de avanzar, nos situamos en el contexto histórico abordado y realizamos algunas aclaraciones teóricas y metodológicas.

2. Contextos, teorías y métodos

Hacia fines de la década de 1990 la “inseguridad” como problema público se instaló definitivamente en la Argentina incidiendo, como nunca antes, en las agendas de los espacios

políticos y en las propuestas de gestión de los diferentes niveles de estado (Ciafardini, 2006; Kessler, 2009). Desde entonces, los gobiernos municipales, y con particular vigor los del conurbano bonaerense, comenzaron a involucrarse en la gestión política de la seguridad a pesar de ser una responsabilidad o competencia que, en términos normativos, le correspondía a los Estados Provinciales y al Estado Nacional en el caso de los delitos federales (Dammert, 2007; Shleider y Carrasco, 2016; Rodríguez Games, 2016; Fernández, 2016).

Este involucramiento de los gobiernos locales en las políticas de seguridad obedeció a una serie de tendencias contrapuestas que condujeron a los intendentes a tomar cartas en el asunto en un camino progresivo y sin interrupciones hasta nuestros días. Máximo Sozzo (2008) afirma que la primera de esas tendencias, propia de la racionalidad neoliberal de los años noventa del siglo pasado, se aprecia en el proceso de descentralización paulatina de facultades gubernamentales hacia el sector privado o a otros niveles de estados, como en este caso, la delegación de responsabilidades de seguridad por parte de la Nación y de las provincias en los municipios. Esta tendencia “descendente”, se ha encontrado con otras dos en sentido inverso, es decir, “de abajo hacia arriba”. Por un lado, la creciente demanda de vecinas y vecinos hacia los intendentes, convirtiéndolos en el centro de los reproches ante el avance del delito callejero y de la “inseguridad”. Por el otro, en un proceso de politización del problema, los propios actores políticos locales han planteado en diferentes contextos sus deseos de hacerse cargo de la seguridad de sus territorios, resaltando las ventajas, herramientas y capacidades que los municipios poseen para afrontar el desafío (Sozzo, 2008: 59-62).

En este marco de respuestas locales a la “crisis de inseguridad”, durante la primera década del siglo XXI se crearon las primeras carteras municipales de seguridad en la provincia de Buenos Aires (direcciones, subsecretarías, secretarías); comenzaron a desarrollarse inversiones en tecnologías vinculadas a la prevención, conjuración e investigación de delitos (como la colocación de cámaras de video-vigilancia, alarmas comunitarias y la creación de centros de monitoreo); se orientaron fondos propios para el fortalecimiento logístico de la policía bonaerense (compra y mantenimiento de patrulleros, financiamiento de combustible, acondicionamientos de comisarías); y se formaron nuevos equipos de trabajo dedicados a tareas relacionadas con los objetivos del área. Entre estos nuevos planteles municipales abocados a la seguridad aparecieron en escena las GU, en principio, con el objetivo de enmendar uno de los límites que se les presenta a los municipios de nuestro país: poseer policías propias (Saín, 2016).

Este avance municipal sobre el problema securitario se inscribe en uno más amplio que Alina Ríos (2010) ha denominado “gubernamentalización de la seguridad”, es decir, la instalación de la seguridad como fin y objeto de gobierno. Justamente, Ríos ensayó la noción en un estudio dedicado a una de las primeras GU de nuestro país, la desarrollada en la Ciudad de Buenos Aires entre los años 2004 y 2007. La propuesta de la autora fue pensar la gubernamentalización de la seguridad, “en la medida en que son las tácticas de gobierno las que hacen posible una delimitación del problema de la seguridad y de las prácticas que deben articularse para enfrentarlo” (Ríos, 2010: 490). La tesis principal del trabajo de Ríos afirma, entonces, que la emergencia, desarrollo y disolución de la GU porteña estuvo ligada a una forma particular, situada en términos históricos, en que el problema de la seguridad

fue construido, en relación al cual se reordenaron y redefinieron las relaciones de gobierno y las formas de policiamiento.

Recuperando la hipótesis de Ríos, consideramos que la heterogeneidad de las GU de los municipios bonaerenses obedece, en primer lugar, a las formas en que cada gestión local ha definido la seguridad como objeto de gobierno, y las maneras en las que ha producido intervenciones concretas (Rose y Miller, 1990). De modo tal, que de acuerdo a cada gestión municipal y al contexto político específico, se han producido variantes en los modos en que se implementaron los medios para el abordaje de la seguridad, entre ellos, las misiones, tareas, características y estéticas de los planteles de sus GU. En términos de Máximo Sozzo, las “racionalidades gubernamentales” son el resultado “de una miríada de múltiples, mudables, locales y contingentes procesos de pensamiento y acción en torno a problemas de gobierno”, por lo que no son equiparables a doctrinas filosóficas o políticas, sino que poseen una clara impronta “práctica” (2015: 23). En este sentido, “las ‘racionalidades gubernamentales’ son intrínsecamente interdependientes con las ‘tecnologías gubernamentales’”, pensadas como “formas de actuar dirigidas a la manipulación del mundo físico o social de acuerdo a rutinas determinadas, que guardan una cierta regularidad” (Sozzo 2015: 24).

A lo largo de esta presentación, veremos que una de las principales variables a la hora de reflexionar sobre las formas en que los gobiernos locales racionalizaron el problema de la seguridad y ejecutaron políticas vinculadas al área mediante la aplicación de diversas tecnologías gubernamentales, está determinada, entre otros factores, por las relaciones intergubernamentales que los municipios han tejido con la Nación y la provincia de Buenos Aires durante los años estudiados. Como afirma Alberto Binder, “lo local, en materia de seguridad, es siempre intergubernamental. No se trata nunca de una política que el municipio pueda realizar por sí solo, sin participación, positiva o negativa, de otras instancias del gobierno” (Binder, 2016: 19). Veremos que los principales virajes relacionados a cada una de las GU de Avellaneda y Lanús, en tanto tecnologías gubernamentales, estuvieron condicionados por los vínculos entre los diferentes niveles de gobierno, y los cambios o las continuidades de las administraciones políticas de cada gestión, impactando de manera directa en las modalidades de trabajo de sus integrantes en general, y de los retirados de las FFSS en particular.

En función del contexto descripto, el artículo está organizado en tres apartados principales, y el criterio utilizado para tal división obedece a recortes temporales prácticamente coincidentes con coyunturas electorales que produjeron cambios o continuidades de las gestiones municipales, provincial y nacional (2009-2014, 2015-2019 y 2020-2023). Por un lado, proponemos un enfoque sincrónico, estableciendo comparaciones entre ambas GU durante los mismos períodos; y, por otro, uno diacrónico, observando las principales variaciones transitadas por cada uno de los municipios entre 2009 y 2023.

En términos metodológicos, nos importa destacar que los contenidos de esta presentación son el resultado de dos experiencias de campo desarrolladas en diferentes etapas, entre los años 2013 y 2023, en secretarías de seguridad de los dos municipios indagados. En el caso de Avellaneda, el autor formó parte de la cartera de seguridad entre diciembre del año 2013 y octubre del 2022, y en Lanús, desde diciembre de 2023 a la actualidad. Ambas

experiencias facilitaron el acercamiento a las y los trabajadores de los equipos en cuestión, y a la realización de observaciones participantes y entrevistas distendidas en los contextos de trabajo. Además de la perspectiva etnográfica, relevamos documentación y normativa vinculada a cada GU, y hemos revisado la comunicación oficial de los municipios, y la prensa local y nacional relacionada a los eventos políticos más relevantes del área monitoreada.

3. Los comienzos (2009-2014)

Las GU del conurbano bonaerense, como adelantáramos, presentan una gran heterogeneidad de acuerdo a las estrategias de gestión y a los objetivos políticos de las diferentes administraciones municipales, condicionando las modalidades de trabajo de sus integrantes. Si bien, en sus orígenes, visualizamos semejanzas en sus prácticas profesionales, misiones, y planteles de trabajadores y trabajadoras, a lo largo del tiempo las GU de Avellaneda y Lanús fueron diferenciándose mediante la modificación de todas las variables que acabamos de citar. Vayamos a los comienzos.

Aunque existían antecedentes previos al 2009 en ambos municipios (dependencias menores y pequeños equipos con tareas asociadas a la prevención de delitos) la adhesión al Programa Integral de Protección Ciudadana (PIPC) propiciado por el gobierno nacional en la primera mitad de aquel año constituyó el puntapié inicial mediante el cual las 24 intendencias del Gran Buenos Aires determinaron la creación de sus respectivas GU. El PIPC se formalizó mediante un Convenio de Cooperación firmado entre la Jefatura de Gabinete de la Nación y el Ministerio de Justicia y Seguridad de la provincia de Buenos Aires en abril de 2009. Su ejecución, implicaba la asunción de diferentes responsabilidades entre los gobiernos nacional, provincial y locales. Mientras que Nación financiaba el programa para la implementación de políticas de seguridad (la compra de patrulleros, cámaras de video-vigilancia, sistemas de rastreo satelital, etc.); los municipios se comprometieron a su ejecución mediante la creación de centros de monitoreo; y la formación de nuevos equipos destinados al patrullaje mediante la incorporación de personal retirado de diferentes FFSS. Por su lado, el gobierno provincial se comprometió a supervisar la ejecución e implementación efectiva del PIPC (Galvani, Ríos y Cañaverl, 2013).

Tanto Lanús como Avellaneda adhirieron inmediatamente al PIPC y aunque las dos gestiones eran encabezadas por intendentes del Frente para la Victoria (FpV), en coincidencia con los gobiernos provincial y nacional, la puesta en marcha de las flamantes GU varió de acuerdo a las dinámicas propias de cada gestión.¹ En el caso de Avellaneda, Protección Ciudadana fue creada hacia mediados del año 2009, inmediatamente después de la adhesión al PIPC, con la incorporación de los primeros 140 agentes, dependientes de la Secretaría de Seguridad. La mayoría de sus integrantes (105, en su totalidad varones) provenían de alguna FFSS: Policía de la provincia de Buenos Aires (PPBA) y de la Policía Federal Argentina (PFA), del Ejército Argentino (EA), de Prefectura Naval Argentina (PNA),

1 Para el caso de Avellaneda el convenio fue autorizado bajo la Ordenanza N° 21.580, del 15 de mayo de 2009; en Lanús bajo Ordenanza N° 10.682, del 3 de julio de 2009 <https://bit.ly/3T2A07L> Recuperado: 5 de enero de 2024.

y del Servicio Penitenciario de la provincia de Buenos Aires (SPBA). Sin embargo, ser “retirado” no constituyó un requisito indispensable para la GU de Avellaneda, ya que el equipo original contó con una porción de sus trabajadores (35 de los 140) con otras experiencias laborales previas. En cuanto a la modalidad de la convocatoria, la gestión decidió rastrear a las y los candidatos entre la inmensa cantidad de pedidos de trabajo que vecinos y vecinas del partido le realizaban al intendente mediante diferentes medios (cartas, notas o pedidos personalizados) antes que realizar solicitudes públicas.

Por el contrario, la conformación y puesta en marcha del equipo en el municipio de Lanús, también denominado Protección Ciudadana en sus orígenes, se atrasó por dificultades en la ejecución del programa por parte del gobierno local. Ricardo, un integrante de aquel primer plantel de Protección Ciudadana de Avellaneda, policía retirado de la PPBA, comentaba que había intentado el ingreso en ambos municipios al enterarse de la implementación del PIPC. Desde el municipio de Avellaneda, en donde tenía domicilio, fue convocado ya en el mes de abril para incorporarse al proyecto, mientras jamás fue citado desde el municipio vecino. En efecto, hacia finales del 2009, los funcionarios de la cartera de Seguridad de Lanús eran interpelados por el Honorable Consejo Deliberante por el atraso en la ejecución del programa, en el marco de la vigencia de la “Emergencia de seguridad” declarada por el mismo organismo un año antes. A siete meses de la firma del convenio, apenas habían logrado incorporar 8 vehículos y 20 personas al equipo, mientras que en Avellaneda el proyecto ya se encontraba en pleno funcionamiento.²

En esta primera etapa, más allá de las diferencias señaladas en los procesos de implementación, las características del trabajo de las GU fueron similares en ambos municipios, asemejándose a las de un cuerpo policial. En primer lugar, si bien las GU no son instituciones policiales, la mayoría de aquellos primeros integrantes poseían “estado policial”, al ser retirados de diferentes FFSS. El estado policial es una situación jurídica/administrativa que les permite a las personas sostener el conjunto de deberes, obligaciones y derechos que rigen el desempeño de las diferentes fuerzas, incluso tras el retiro.³ De tal manera, que la tenencia y portación de armas de fuego para funcionarios y funcionarias en situación de retiro se facilita respecto del resto de la población, lo que permitió a los intendentes emular la tan pretendida policía municipal mediante la convocatoria de retirados a las GU.⁴

En segundo lugar, los horarios laborales de estos cuerpos conformados, entonces, por personas armadas y con estado policial, estaban asociados a los de la policía bonaerense

2 Las formas en que se reflejaban estas diferencias en los medios locales pueden verse en “Con la presencia de Scioli, se puso en marcha el Programa de Protección Ciudadana”, *InfoRegión*, 1 de diciembre de 2009 <https://bit.ly/3Tk4bsB> Recuperado: 4 de febrero de 2024; y “Lanús: el subsecretario de Seguridad reconoció que no tiene información sobre el delito”, *La Política Online*, 21 de diciembre de 2009 <https://bit.ly/49piz8a> Recuperado: 4 de febrero de 2024.

3 Véase la Ley 13.982 para el personal de la PPBA <http://bit.ly/403Ckh9>. Para el caso de las fuerzas federales el estado policial se define en la Ley N° 18.398 para la PNA <https://bit.ly/3PXEa0M>; Ley N° 21.965 para la PFA <https://bit.ly/46RX2V1>; y Ley N° 19.349 para la GNA <https://bit.ly/3OnHQI8> Recuperados: 5 de enero de 2023.

4 En la página de la Agencia Nacional de Materiales Controlados (ANMaC), el organismo del Ministerio de Seguridad de la Nación responsable del registro, control y fiscalización de las armas de fuego en nuestro país, pueden hallarse los requisitos particulares y pasos administrativos que deben transitar el personal de las FFSS <https://bit.ly/3P8YsD6> Recuperado: 5 de marzo de 2024.

(12 horas de servicio por 36 de franco), ya que una parte importante de las tareas eran realizadas en conjunto por ambos planteles. Por lo tanto, el personal de las GU, al igual que la PPBA, fue dividido en cuatro guardias: dos diurnas, que trabajaban de 6:00 a 18:00 horas, mientras que las dos restantes lo hacían de 18:00 a 6:00. Este encuadramiento horario de ambas agencias permitía desarrollar uno de los principales objetivos buscado por los intendentes: incrementar la cantidad de patrullas presentes en las calles de los municipios, una demanda permanente de vecinos y vecinas. La modalidad fue idéntica en ambas experiencias: los agentes de las GU daban “el presente” en sus dependencias, se subían al móvil provisto por el gobierno local (con características similares a las de un patrullero: cristales blindados, balizas azules e inscripciones referentes a “seguridad”), y se dirigían a las comisarías a recoger a un policía para completar el “binomio mixto”, compuesto por un trabajador municipal y un policía bonaerense.

La dinámica descripta obedece a que los gobiernos locales han optado, en general, por el desarrollo de políticas de seguridad manifiestamente “policialistas” producto de que han carecido de competencias legales, recursos materiales, conocimientos e iniciativas para abordar el problema de una manera más integral (Sozzo, 2008; Rodríguez Games, 2016). Sumado a estas limitaciones, la demanda de sus habitantes dirigidas a los intendentes por “más seguridad”, suele reducirse a la exigencia de políticas vinculadas a la represión del delito, en general, sintetizadas en “más policías”, a pesar de no ser un recurso municipal. En este sentido, Santiago Fernández (2016) afirmaba que, de acuerdo a las encuestas dirigidas a personas que reclamaban respuestas ante el incremento de la inseguridad, la mayoría optaba por abordajes represivos (aumento de penas y mayor policiamiento), antes que por iniciativas de carácter disuasivas o preventivas, capaces de abordar los orígenes estructurales de los delitos y las violencias. La contradicción radicaba en que las mismas encuestas señalaban a los gobiernos locales como los principales responsables, mientras que ninguna de las dos respuestas exigidas (policía y penas) eran parte de sus competencias (Fernández, 2016: 56).

En este marco, las tareas iniciales de las GU, además de realizar patrullajes preventivos en diferentes zonas de ambos municipios, consistían en custodiar dependencias de los gobiernos locales mediante paradas fijas; escoltar a equipos con intervenciones que se consideraban riesgosas (como los desarrollados por inspectores del área de Remoción de Vehículos, que retenían automóviles infraccionados); o sostener presencia en diversos centros comerciales con el objetivo de prevenir delitos.

Ahora bien, como señalamos en la introducción, las GU no solo fueron una de las políticas implementadas por los intendentes ante un reclamo vecinal de “más seguridad”, sino también una respuesta a escala municipal a la demanda de muchos de sus habitantes que no lograban insertarse en el mercado del trabajo u obtener estabilidad laboral. Veamos como transitaron esta experiencia, en particular, los policías retirados que se sumaron a las GU.⁵

5 En adelante, mantendremos la voz masculina para referirnos a este segmento de las GU (el de “retirados”) ya que la totalidad de personas incorporadas de estas características en ambos municipios fueron varones. Volveremos sobre este punto.

Para muchos retirados de FFSS el ingreso a las GU significó “volver a la acción”, luego de haber tomado distancia de las tareas cotidianas que habían realizado durante los años de servicio activo. Es el caso de Carlos, un Suboficial Mayor retirado de la PFA e integrante del primer equipo de Protección Ciudadana de Lanús. Conversábamos con él sobre la depresión que sintió tras su alejamiento del trabajo activo, en el año 2005, luego de 25 años de actividad y con solo 50 años de edad, y el impacto que sintió al volver a trabajar:

“Nosotros nos retiramos jóvenes, después de 25 años laburando todo el día en la calle, y de un día para el otro estás en tu casa, al pedo, siendo re-joven todavía. Cuando yo empecé a trabajar, veía a los vigilantes con experiencia o a los comisarios, y me parecían viejos, y cuando me retiré me di cuenta que era re-joven. Al principio, todo bien, pero a los cinco meses caminaba por las paredes, estaba deprimido, me sentía un inútil, porque encima no sé hacer otra cosa, yo soy poli [se da palmadas en el pecho]. Empecé a laburar en una empresa de seguridad privada, pero no me hallé, estaba en la garita de una fábrica, me aburría, una depresión... Hasta que entré en Protección. Mirá que no era un problema de guita, yo me retiré con el 100% del sueldo, mi mujer trabajaba. Para mí fue volver a la acción: la adrenalina de salir a la calle de vuelta no tiene comparación. Salía de chofer, con un vigi de la comisaría 5°, recorriamos, identificábamos personas, tuvimos un montón de procedimientos, fue como revivir”.⁶

Carlos ingresó a Protección Ciudadana en 2009 con 54 años, según recuerda, en busca de “adrenalina” más que por problemas de índole económica. Más aún, nótese que no identificaba su trayectoria en la fuerza como un trabajo, sino que continuaba sintiéndose policía, a pesar de ser retirado: “yo soy poli”, afirmaba con orgullo cuando charlábamos. Como sostiene Mariana Galvani (2016) para el caso de la PFA, más allá de las motivaciones iniciales de gran cantidad de personas que ingresan a la fuerza (en general, una oportunidad para mejorar sus condiciones laborales) luego de atravesar la etapa de formación y de recorrer la práctica profesional, los policías culminan apropiándose la idea de que la única forma legítima de ejercer la profesión es producto de “la vocación”. Lejos de movilizarlo el afán de lucro, volver a sentir “adrenalina” al realizar “procedimientos” junto a oficiales en actividad, reinsertaba a Carlos en el mundo del que proviene, en el que al “buen policía” se lo define por su vocación, equivalente al sacrificio y la entrega desinteresada ante el riesgo (Galeano, 2011; Garriga Zucal, 2017; Maglia, 2017).

Este desinterés material expresado por Carlos, sumado al entusiasmo por volver a experimentar el vértigo que implican ciertas tareas policiales, se asocian a otras dos aristas del ya mencionado “estado policial”. Por un lado, en tanto situación jurídica que organiza los deberes del personal, a diferencia de otros trabajos, el estado policial define a la profesión como de tiempo completo. Es decir, los deberes policiales respecto de la sociedad que deben proteger no se limitan al horario de servicio, sino que continúan durante el tiempo de franco, que en las fuerzas se denomina, precisamente, “franco de servicio”. Este concepto

6 “Vigi” es el diminutivo de “vigilante”, la forma en que suele denominarse a los integrantes del cuerpo de suboficiales en la jerga policial.

es concebido por los policías de modo que afirman que fuera de sus horarios estrictamente laborales están obligados a actuar ante cualquier evento delictivo que visualicen. Y, por otro lado, el deseo de Carlos de volver a involucrarse con sus antiguos camaradas tras “no hallarse” en otros contextos laborales (como trabajar en “la garita de una fábrica”), evidencia su mirada respecto de una alteridad que el colectivo policial produce para la construcción de la propia identidad. Garriga Zucal considera que “el estado policial como distancia de lo ‘civil’ es una representación efectiva de una diferencia. La emoción del hacer policial, labor heroica y audaz, se contrapone al mundo civil monótono” (2016: 729).

Algo similar le sucedió a Alfredo, en este caso un ex-integrante de la PPBA ingresado a Protección Ciudadana de Avellaneda en la segunda convocatoria, a mediados del año 2013, cuando tenía 46 años de edad⁷:

“Yo la pasé muy mal, había estado 3 años preso por una cama que me hicieron. Quedé pegado en una interna policial, y estuve preso entre el ‘97 y el 2000. Y cuando quedo en libertad (después del juicio oral que me declara inocente) me quedo en la calle. Recuperé la libertad, pero había perdido la carrera, no tenía laburo, y en plena crisis. Intenté volver a policía, pero tenía un sumario administrativo más grande que el penal, y no podía levantarlo, pasaban los años y el expediente no se movía. Hice de todo para comer, laburé de lo que se te ocurra, hasta llegué a cartonear en una época. Y recién pude estabilizarme cuando entré a Protección, me volvió el alma que había perdido el cuerpo. Pude volver a tener laburo estable, con obra social para la familia. Primero entré contratado y dos años después, en 2015, me pasan a planta permanente. Hasta me puse a estudiar cuando entré a Protección, terminé la secundaria en el FINES, en 2014, y me anoté en la universidad de Lanús, en la carrera de Seguridad Ciudadana. Me pude comprar un auto okm por primera vez en mi vida, y en 2020 llegué a ser Jefe de Grúas.”

Los relatos que describen el impacto emocional que les provocó a los policías retirados el ingreso a las GU se reiteraron constantemente a lo largo de nuestra investigación. Si para Carlos la incorporación a Protección Ciudadana fue “revivir”, Alfredo sostiene que le “volvió el alma que había perdido el cuerpo”. Pero, a diferencia de Carlos, a Alfredo las cosas no le iban bien en términos laborales y económicos ya que su desvinculación del servicio policial activo se había producido de una manera conflictiva, sin haber obtenido el retiro y, por consiguiente, ingresos jubilatorios. En este caso, la estabilidad laboral que obtuvo Alfredo, luego de años de zozobra, se asemeja a relatos de otras y otros integrantes de las GU cuyas experiencias previas no eran policiales (como trabajadoras domésticas, amas de casa, albañiles o remiseros) y que hacia el año 2009 aún no habían logrado recomponerse de la crisis neoliberal. Veamos a continuación cómo las semejanzas iniciales de las GU de Avellaneda y Lanús comenzaron a bifurcarse tras los cambios de gestión producidos en los diferentes niveles de gobierno luego del proceso electoral del año 2015.

7 El cuerpo de Protección Ciudadana de Avellaneda fue ampliado en agosto de 2013 mediante la incorporación de 85 nuevos agentes. La convocatoria, en este caso, fue a vecinos y vecinas de entre 40 y 50 años de edad con domicilio en el municipio.

4. Transición (2015-2019)

El período 2015-2019 significó una bisagra en el trabajo de las GU de ambos municipios, y en particular sobre las tareas realizadas por los policías retirados. En primer lugar, por el cambio de las relaciones intergubernamentales, producto de las modificaciones en las gestiones de los estados nacional, provincial y, en el caso de Lanús, municipal, tras las elecciones ejecutivas de 2015. Mientras que hubo una continuidad de la gestión municipal en Avellaneda con la reelección del intendente Jorge Ferraresi por el FpV, en Nación, provincia de Buenos Aires y Lanús el triunfo fue del Frente Cambiemos (FC). En segundo lugar, el surgimiento de las Unidades de Policía de Prevención Local (UPPL) en la provincia de Buenos Aires entre 2015 y 2016, comúnmente denominadas “policías locales”, impactaron en las políticas de seguridad municipales y en ocasiones reorientaron el perfil y las funciones originales de las GU.

Comencemos por Avellaneda. La creación de la UPPL, dependiente de la PPBA, significó un importante incremento de la presencia policial dedicada exclusivamente a tareas de prevención, proximidad y cercanía con la ciudadanía en el municipio: 580 nuevos policías se sumaron, entre los años 2015 y 2016, a los 700 con los que ya contaba (Da Silva Lorenz y Pugliese, 2017). En este sentido, buena parte de las labores desarrolladas por Protección Ciudadana fueron absorbidas por la nueva fuerza, íntegramente conformada por nuevas y nuevos funcionarios policiales formados en el propio municipio. Ante el nuevo escenario, la decisión política de la gestión local de Avellaneda fue, por un lado, la de sacar al equipo de Protección Ciudadana de las calles y reorientar sus funciones a la seguridad de los edificios municipales. Mientras que, por otro, se decidió crear una nueva GU, que vería la luz en la segunda mitad de 2018, denominada Cuidadores Ciudadanos, con un perfil completamente diferente a su antecesora.

La reorientación de Protección Ciudadana de Avellaneda incluyó, no solo un cambio de tareas, sino también una modificación del equipo que definimos como un proceso de despolicialización. En primer lugar, se realizó una reducción del plantel mediante la no renovación de los contratos de casi la totalidad del personal retirado de las FFSS mientras que, paralelamente, se pasaron a planta permanente a los 98 integrantes que permanecieron en el equipo. En segundo lugar, se cambió el uniforme de Protección Ciudadana, quitándole los chalecos balísticos utilizados anteriormente para sus tareas de patrullaje junto a la PPBA, y reemplazando los borceguíes, las clásicas tricotas y pantalones policiales, por chombas con la inscripción del equipo y botines de trabajo, acordes a las nuevas tareas. En tercer lugar, dejaron de ser conducidos en términos operativos por un comisario de la policía bonaerense como había sucedido hasta entonces, para depender directamente de una Dirección de la Secretaría de Seguridad que administraba sus destinos y tareas. Laura, una integrante de Protección Ciudadana ingresada al equipo en 2013, describía la transición como una instancia vivida, en principio, de manera traumática por el equipo

“porque muchos compañeros pensaban que iba a desaparecer Protección, se sentían como que el municipio nos había dejado de lado. A muchos compañeros no les renovaron el contrato o se fueron, los que venían de policía o de prefectura. En realidad, fue como

nos dijeron en la Secretaría: un cambio de funciones porque con la [policía] local ya no hacía falta que nosotros hagamos el trabajo de la policía, y a muchos no le gustaba la función nueva. Así que esa etapa fue acostumbrarnos a estar adentro, a colaborar más con las áreas de la gestión que funcionaban en cada edificio que cuidábamos. Terminamos haciendo de todo: ahora somos recepcionistas, serenos, vigiladores, y como conocemos el movimiento de las áreas ayudamos a resolver los problemas. Yo estuve en el Cementerio, en Niñez, en Higiene Urbana. Y bueno, nos fuimos acostumbrando, y nos quedamos más tranquilos cuando nos pasaron a planta, eso también ayudó mucho a calmar”.

El pase a planta permanente de Protección Ciudadana, significó no solo una estabilidad laboral anhelada por las y los integrantes del equipo que continuaron en funciones, sino la oportunidad para que muchos lograran desarrollarse en otras áreas del municipio y crecieran en términos laborales (tal como destacara Alfredo, uno de los pocos ex integrantes de FFSS que continuó en el equipo tras las reformas de 2015, quien llegó a ser titular de la Jefatura de Grúas, en el área de Seguridad Vial, y hoy forma parte del equipo de Asuntos Institucionales del municipio).

Mientras se producían estos cambios en el equipo de Protección Ciudadana, comenzaba a gestarse Cuidadores Ciudadanos, una nueva GU que vería la luz en noviembre de 2018. De acuerdo a la comunicación oficial del municipio de Avellaneda, el Cuerpo de Cuidadores Ciudadanos

“es un organismo civil, desarmado y sin estado policial, dedicado a consolidar la presencia del Estado municipal en los espacios públicos y comerciales de la Ciudad de Avellaneda, con el fin de garantizar el funcionamiento ordenado de la ciudad y la armoniosa convivencia vecinal, mediante la implementación de estrategias de prevención e inspección de la vía pública, espacios verdes y emprendimientos comerciales”.⁸

A diferencia de la Protección Ciudadana original, compuesta mayoritariamente por ex policías, la nueva GU fue conformada por 300 personas cuyos requisitos consistían en poseer algún estudio terciario o universitario, culminado o en curso, y no provenir de FFSS. Como sostienen las comunicaciones oficiales, el rol de Cuidadores Ciudadanos estuvo más ligado al relevamiento y traslado de problemas urbanos estructurales a las áreas del gobierno municipal responsables de gestionarlos, al abordaje de conflictos vecinales y a la intervención en emergencias, en suma, al ejercicio del poder de policía de los municipios, más que a las tareas policiales de las GU originales. Es más, un segmento del equipo salió a las calles tras haber sido designado con la categoría de Inspector General, con la misión de prevenir y sancionar acciones caracterizadas como “faltas” por la normativa local. Mientras que para los ingresantes en 2009 y 2013 unas pocas charlas habían bastado para volver a uniformarse y salir a recorrer las calles, la capacitación de Cuidadores Ciudadanos para afrontar los nuevos desafíos se extendió por cinco meses e incluyó contenidos

8 <https://bit.ly/3Tk337Z> Recuperado: 20 de marzo de 2024.

centrados en el digesto local, el abordaje de emergencias y la confección de actas de procedimientos. Finalmente, la estética de Cuidadores Ciudadanos y de sus recursos logísticos también distaba de sus antecesores más policializados: en este caso, el equipo vestía pantalón gris, chomba verde claro y gorra del mismo color, movilizándose en vehículos con las mismas tonalidades y con balizas naranja (no azules, como los patrulleros) promocionando un aspecto más amigable y cercano, tal como puede apreciarse en las comunicaciones oficiales (imagen 1).



Imagen 1. Comunicación en las redes oficiales del municipio de Avellaneda tras el lanzamiento de Cuidadores Ciudadanos. Noviembre de 2018.⁹

El triunfo del FC en las elecciones de 2015 en el municipio de Lanús también reorientó el trabajo de Protección Ciudadana en ciertos aspectos, aunque en el sentido contrario al descrito en Avellaneda. Por un lado, la nueva gestión encabezada por el intendente Néstor Grindetti, implementó un plan de gobierno cuyo eje se centró en la seguridad, y en la imagen pública del secretario de área, Diego Kravetz, mediante una batería de inversiones orientadas a la compra de tecnología y patrulleros, al fortalecimiento de la UPPL, y a la profundización de las tareas de seguridad del equipo de Protección Ciudadana, que pasó a llamarse Seguridad Ciudadana desde 2016. La propuesta política, centrada en agigantar

⁹ <https://bit.ly/3U6dQ6c> Recuperado: 20 de marzo de 2024.

la imagen de una gestión municipal decidida a “combatir el delito”, condujo a la transformación paulatina de su GU hacia funciones más policiales y con una militarización de su estética.

Mientras que Avellaneda despolicializaba y retiraba a Protección Ciudadana de los espacios públicos, delegando el abordaje de los delitos exclusivamente a la nueva UPPL y otras dependencias policiales, purgando al equipo de policías retirados y depositando definitivamente su conducción en una dirección municipal, en Lanús se afianzaba la postura policialista mediante nuevas convocatorias a ex-policías. “Seguimos trabajando para que los vecinos puedan vivir más tranquilos. Abrimos la convocatoria para incorporar a 50 nuevos efectivos que quieran sumarse a las fuerzas de Seguridad Ciudadana”, rezaba una publicación oficial de abril de 2016, y aclaraba: “los aspirantes deben tener entre 18 y 55 años y ser retirado de alguna fuerza de seguridad o tener conocimientos en artes marciales”.¹⁰

Redoblando la apuesta, a finales del año 2017 se creó en Lanús el Grupo Táctico, un subgrupo de Seguridad Ciudadana formado exclusivamente por policías retirados, destinado a la realización de patrullajes y operativos nocturnos. Conformado por un conjunto reducido de agentes, en no más de cuatro móviles, el Grupo Táctico se dedicaba, según recuerdan nuestros informantes del mismo equipo, “a hacer estadísticas”, una categoría de la jerga policial que define una forma de actuar, y de evaluar esas actuaciones, en función de tareas objetivamente medibles. Cuando les insistí que me cuenten la forma en que el Grupo Táctico “hacía estadísticas”, la respuesta no distó de la manera en que suelen hacerlo las policías: “identificábamos gente, hacíamos detenciones, se secuestraban sustancias prohibidas, y esas cosas, solos o en conjunto con la policía local en operativos. Pero te exigían números”, afirmaba uno de los integrantes originales del grupo, en referencia a las directivas de sus superiores. Aunque pequeño en número de integrantes y recursos, el Grupo Táctico se constituía en un antecedente de lo que en la siguiente gestión sería la Patrulla de Respuesta Inmediata (PRI), tal como veremos en el siguiente apartado, un equipo mixto de agentes de Seguridad Ciudadana y policías que se consolidaría como la “fuerza policial municipal” de Lanús de acuerdo a las voces oficiales.

5. Escenificación (2020-2023)

Una de las peculiaridades de Seguridad Ciudadana de Lanús en el período 2020-2023 fue su fuerte impronta militarizada, un efecto buscado por la gestión local, que repercutió directamente en las modalidades de trabajo de sus integrantes. En sintonía con los gobiernos nacional y provincial del FC entre 2015 y 2019, y para diferenciarse de ellos tras las elecciones, entre 2020 y 2023, “el combate al delito” fue uno de los principales lemas de la gestión encabezada por el Intendente Néstor Grindeti, una perspectiva pragmática que simplifica las estrategias gubernamentales de seguridad orientándolas a la “represión del delito”, más que a sus “causas” u “orígenes”.

10 <https://bit.ly/43cfhDd> Recuperado: 8 de abril de 2024.

La impronta belicista que acabamos de describir, reflejada en el plano discursivo en la categoría “combate”, comenzó a observarse en la paulatina modificación estética de Seguridad Ciudadana. En sus vehículos, pasando de movilizarse en autos que combinaban los colores blanco y granate con balizas rojas y azules, a nuevos móviles blindados, plateados de negro y con luces exclusivamente azuladas como los patrulleros policiales. Los uniformes también fueron diseñados en la gama del negro, con detalles camuflados en tonalidades de grises y azules (cual Guardia de Infantería de una fuerza policial), borceguíes, chalecos balísticos y, como veremos, con la exhibición manifiesta del mayor poder de fuego de sus agentes. El perfil más intimidante expresado en la estética de la GU de Lanús, en claro contraste con el de Cuidadores Ciudadanos de Avellaneda trabajado en el apartado anterior, puede observarse en la imagen 2, durante un acto oficial organizado por el municipio.



Imagen 2. Acto de entrega de móviles a Seguridad Ciudadana de Lanús. Abril de 2021.¹¹

¿Cómo repercutieron estos cambios discursivos y estéticos en el trabajo cotidiano del equipo? A finales del 2023, Ramón, un integrante de Seguridad Ciudadana, nos daba algunos indicios sobre la modalidad de trabajo del equipo cuando me hizo una consulta: “¿vos sabés si habrá alguna posibilidad de que recupere mi escopeta?”. Asombrado, le devolví su pregunta con otra: “¿tu escopeta?” (no me extrañaba la portación de armas de puño en la GU, pero me sorprendió sobremanera la utilización de “escopetas”). “Si. Hace un año estuvimos en una persecución y nos cagamos a tiros, participaron como nueve patrulleros, y yo tenía mi escopeta, ellos nos tiraban con plomo eh. Y como hubo un herido la fiscalía se quedó con mi escopeta, la quiero recuperar”.

11 <https://bit.ly/43Xv1du> Recuperado: 12 de abril de 2024.

Ramón se retiró de la policía bonaerense en 2001 con la jerarquía de Cabo Primero, y formaba parte de la PRI cuando sucedió el acontecimiento relatado, a principios de 2023. Tal como describe Ramón, la Fiscalía interviene en eventos de este tipo, en el que se produjeron disparos y se registraron heridos por parte de la FFSS, y secuestra la totalidad de las armas de los funcionarios implicados con el fin de realizar los peritajes de rutina. Lo curioso en este caso, es que entre las armas confiscadas por la Justicia se hallaba la del integrante de una GU, y se trataba, nada menos, que de una escopeta. La anécdota de Ramón y las características del procedimiento del que fue partícipe como integrante de la PRI, pintan el entramado descripto, en el que la gestión municipal de Lanús profundizó los aspectos y las tareas policíacas de su GU, en el marco de una estrategia de gobierno centrada en la permanente escenificación del “combate al delito”.

La PRI fue creada el 1 de diciembre de 2020 y presentada en reiteradas ocasiones por la gestión como una “policía municipal”, entrenada para la represión del delito callejero ante el abandono del gobierno provincial, de acuerdo a los discursos de las autoridades locales. En un programa televisivo emitido en agosto de 2023, el Jefe de Gabinete y otrora Secretario de Seguridad de Lanús Diego Kravetz, aseguraba: “Kicillof discrimina a Lanús”¹², “a mí la provincia me dejó solo”, “la voluntad política del gobernador no es el combate al delito”, frases que sintetizan la postura respecto del vínculo con la gobernación bonaerense.¹³

Marcos, uno de los supervisores de Seguridad Ciudadana desde el año 2019, nos aclaraba que el caso de Ramón, descripto más arriba, no era el único, sino que varios integrantes de la PRI habían adquirido, de manera particular, armas largas de diversas características para utilizarlas durante los patrullajes. Es que, lejos de tratarse de iniciativas individuales, la tenencia y portación de armamento personal era fomentada por la gestión local de manera explícita, incluso en las convocatorias públicas que buscaban reforzar el equipo. En marzo de 2022 una comunicación en las redes oficiales señalaba: “La Dirección de Seguridad Ciudadana del Municipio de Lanús incorporará personal”. Entre los requisitos, se sugería: “Preferentemente retirado de las fuerzas de seguridad (...) Preferentemente con CLU [Credencial de Legítimo Usuario] y portación de arma vigente”.¹⁴

Pero, además de la tenencia de armas personales, el propio municipio se embarcó en la compra de armamento “no letal” para su GU: “Esta semana, los equipos de Seguridad Ciudadana y PRI, las policías locales del municipio de Lanús con 250 efectivos, comenzarán a ser capacitados en el uso de una nueva arma”, anunciaba *Infobae* en abril de 2023, en referencia a pistolas y fusiles de aire comprimido para municiones de impacto y gas pimienta recientemente adquiridos.¹⁵

La puesta en escena del poder de fuego de la GU lanusense llegó a su punto culmine pocos días después, en mayo de 2023, cuando integrantes de la PRI participaron como actores de un montaje producido por las autoridades locales (y presentado como un hecho real) con el fin de promocionar mediáticamente la eficacia del armamento recibido. En

12 Axel Kicillof fue electo gobernador de la provincia de Buenos Aires por el Frente de Todos (espacio político opositor al FC), por el período 2020-2023.

13 <https://bit.ly/4b0DHST> Recuperado: 12 de abril de 2024.

14 <https://bit.ly/4anCepy> Recuperado: 10 de abril de 2024.

15 <https://bit.ly/49xPk2A> Recuperado: 10 de abril de 2024.

efecto, nuestros informantes bromeaban sobre una actividad novedosa para el equipo de Seguridad Ciudadana: protagonizar una dramatización en la que tres agentes del equipo reducían a un supuesto agresor, portador de un arma blanca. Tras darle la voz de “alto”, los funcionarios municipales reducían al atacante con un disparo certero del flamante armamento, tal como puede observarse en las imágenes divulgadas por las redes oficiales de la gestión captadas (no casualmente) por una cámara del Centro de Monitoreo municipal estratégicamente ubicada en la escena.¹⁶ Inmediatamente, “la construcción del acontecimiento” en términos de Eliseo Verón (1987), concluyó con la circulación mediática del registro fílmico y las entrevistas al Jefe de Gabinete local, promocionando su GU como una agencia policial especializada en la represión del delito callejero.¹⁷

De acuerdo a los relatos de diferentes integrantes de la PRI, la modalidad cotidiana de trabajo consistía en la salida de dispositivos que cubrían zonas de patrullaje con 3 o 4 personas sobre un móvil, entre miembros de la GU y oficiales de la UPPL de Lanús, en ocasiones acompañados por motos policiales de apoyo. Se trata de un equipo que no poseía protocolos de actuación, sino que sus actividades estaban guiadas por la experiencia acumulada de sus miembros y las sucesivas directivas recibidas por parte de las autoridades.

Para muchos integrantes del equipo, trabajar con personas que no fueron policías significa una dificultad para el desarrollo de tareas que consideran riesgosas, y que ameritan ser abordadas por “especialistas”. Al igual que Ramón, Raúl es policía retirado de la PPBA, desde el año 1999, con la jerarquía de Cabo Primero. Como la mayoría de sus compañeros, Raúl también siente que volvió a “ser policía” desde su ingreso a la GU. Trabaja con su arma particular, y considera que sus compañeros que no poseen un pasado en FFSS son menos aptos para la tarea que realizan. “Si fuiste panadero o albañil no entendés este trabajo, no es lo mismo, no tenés adiestrado el olfato que tenemos nosotros”. Para muchos policías, el “olfato” sería la habilidad, propia de las y los integrantes de las fuerzas, para distinguir a los malhechores del resto de la ciudadanía por sus gestualidades, voces o aspectos (Garriga Zucal, 2013). Más aún, Ramón y Raúl consideran que realizan su actividad de control del delito mejor que los policías actuales: “la policía de ahora no trabaja como la de antes, como la poli nuestra”, en referencia a las viejas promociones de uniformados. Afirman que ellos formaron parte de una policía distinta, polémica por las prácticas ilegales y violentas, pero que hacían mejor su trabajo.

Al “olfato” y “la vocación” policiales, Ramón y Raúl suman el “riesgo” de su trabajo en Seguridad Ciudadana como un elemento que no solo los identifica como policías retirados, sino para destacar las malas remuneraciones que perciben. Los integrantes de la PRI argumentan que sus sueldos no son equivalentes al riesgo que corren en su trabajo. Esta percepción se incrementa en las filas de Seguridad Ciudadana de Lanús cuando se hace presente la comparación con el equipo de Cuidadores Ciudadanos de Avellaneda que, con tareas menos riesgosas, afirman, obtenía mayores ingresos y ostentaba una mayor

16 <https://bit.ly/3J9Zpl9> Recuperado: 2 de abril de 2024.

17 <https://bit.ly/3UcMs6y> Recuperado: 20 de marzo 2024. En este marco de permanente escenificación del “combate al delito” como estrategia local de gobierno, el propio Jefe de Gabinete se mostró en reiteradas ocasiones como portador de armas de fuego, participando en allanamientos con grupos especiales de la policía e inclusive realizando detenciones públicas <https://bit.ly/3lwvMAr> Recuperado: 2 de abril de 2024.

estabilidad laboral. Hacia fines del 2023, el ingreso promedio de un integrante de la GU de Lanús era de \$150.000, mientras que sus pares de Avellaneda alcanzaban los \$300.000 por las mismas horas de trabajo, sumado a la estabilidad laboral que les brindaba formar parte de la planta permanente del municipio, mientras que en la Lanús la totalidad del personal de Seguridad Ciudadana mantenía una relación contractual temporal con el municipio, renovable o no cada seis meses.

Además de los compañeros que no poseen experiencias en FFSS, para muchos retirados las dificultades se acentúan si sus acompañantes son mujeres. En noviembre de 2023, Seguridad Ciudadana contaba con 280 personas en total, como “fuerza efectiva”, según los datos de uno de sus responsables, de las cuales 238 era varones (70 pertenecientes a la PRI) y 42 mujeres. Como señalamos más arriba, en ninguna de las dos experiencias municipales estudiadas para este artículo se han incorporado mujeres retiradas de FFSS: la totalidad de este segmento del personal de las GU fueron varones a lo largo de todo el período abordado en este artículo. En el caso de Lanús, inclusive, se han realizado convocatorias exclusivas para mujeres retiradas a través de las redes oficiales del Municipio, aunque sin obtener resultados positivos: “Estamos realizando una convocatoria para chofer de seguridad ciudadana mujer (...) Ciudadanas Argentinas o naturalizadas de género femenino (...) Preferentemente retirada de la fuerza de seguridad”, rezaba un anuncio del 16 de junio de 2023.¹⁸ Uno de los factores de esta ausencia femenina, al menos desde una perspectiva cuantitativa, podemos hallarla en la menor disponibilidad de mujeres retiradas de FFSS respecto de la cantidad de varones en la misma situación, contemplando que recién en las últimas dos décadas ha crecido de manera considerable el porcentaje femenino en una ocupación históricamente masculinizada (Calandrón, 2021).¹⁹

6. Consideraciones finales

A lo largo de esta presentación hemos revisado experiencias laborales de funcionarios retirados de FFSS en dos GU del conurbano bonaerense, las de los municipios de Avellaneda y Lanús, entre los años 2009 y 2023. Confirmamos que, lejos de tratarse de una actividad homogénea, las dinámicas laborales de los diferentes equipos variaron de acuerdo a las características de las políticas públicas aplicadas por las administraciones locales, sin perder de vista el impacto de las relaciones con los otros niveles estatales (provincial y nacional). En otros términos, a través de las GU, en tanto tecnologías de gobierno (modificando o sosteniendo sus planteles, perfiles y tareas) las gestiones aludidas intentaron traducir sus racionalidades políticas “en el dominio de la realidad” (Sozzo, 2015: 24), o gobierno de la seguridad.

18 <https://bit.ly/49rof6> Recuperado: 10 de marzo de 2024.

19 De acuerdo a la Encuesta Permanente de Hogares realizada por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, en el cuarto trimestre del 2004 el 89% de los puestos de trabajo policiales en la Argentina estaban ocupados por varones, mientras que para el mismo período de 2014 el porcentaje había caído al 77%, evidenciando una paulatina feminización del personal de las diferentes policías (Daverio, 2017: 91-92).

En los inicios, orientados por un proyecto del gobierno nacional del año 2009, y con un rol activo de la provincia en su implementación, las características de los planteles y tareas de las GU fueron similares en ambos municipios. Sin embargo, el proceso electoral de 2015 alteró el escenario político y las relaciones intergubernamentales, modificando las intervenciones públicas en seguridad en diferentes direcciones. Por un lado, Avellaneda transitó un proceso de despoliciamiento de su GU, modificando sus tareas originales, separando a los policías retirados y cambiando radicalmente su estética hasta la construcción de un nuevo cuerpo de agentes sin estado policial, centrado exclusivamente en tareas de inspección municipal. Por otro lado, en Lanús se optó por intervenciones gubernamentales más punitivas, profundizando la operatividad policial de su GU, creando grupos especializados en intervenciones de control social, y dotando a sus integrantes de equipos logísticos y estéticos con rasgos militarizados.

En el marco de esta heterogeneidad de funciones, los policías retirados hallaron espacios en los que lograron reinsertarse en términos laborales. Para muchos de ellos, representó un puesto de trabajo que les garantizó estabilidad económica y la posibilidad de transitar una carrera municipal, incluso en espacios de otras áreas de los gobiernos locales. Para otros, significó “volver a la acción”, es decir, retornar a una actividad cotidiana que consideran, más que un “trabajo”, una forma de ser. Lo cierto, es que más allá de las motivaciones particulares, y de las diferencias de cada GU estudiada en esta presentación, volver a trabajar en tareas de seguridad pública significó un impacto positivo en términos emocionales para la mayoría de los agentes.

Recibido 16 de julio de 2024. Aceptado el 5 de octubre de 2024

* **Marcelo José Rey** es Profesor y Licenciado en Historia por la Facultad de Filosofía y Letras-UBA, Magíster en Comunicación y Criminología Mediática por la Facultad de Periodismo y Comunicación Social-UNLP y Doctorando en Historia por la UBA; docente del Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina, y Director General del Observatorio de Seguridad Ciudadana del Municipio de Lanús. Correo electrónico: marcelojoserey@gmail.com

Bibliografía

- Binder, A. (2016). Seguridad en el municipio y usos de la información sobre la criminalidad, la violencia y el conflicto. En Carrasco, M. E. y Schleider T. J. (eds.), *Municipios: los nuevos actores de la seguridad ciudadana* (pp. 19-32). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ILSED.
- Calandrón, S. (2021). Mujeres armadas. En las policías y FFAA argentinas. Buenos Aires: Paidós.
- Carrasco, M. E. y Schleider T. J. (eds.). (2016). *Municipios: los nuevos actores de la seguridad ciudadana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ILSED.
- Ciafardini, M. (2006). Delito urbano en la Argentina: las verdaderas causas y las acciones

- posibles. Buenos Aires: Ariel.
- Dammert, L. (2007). Seguridad pública en América Latina: ¿qué pueden hacer los gobiernos locales? *Nueva Sociedad*, noviembre-diciembre. Número 212, pp. 67-81.
- Da Silva Lorenz, M. y Pugliese, O. (2017) ¿Qué hay de nuevo en las Unidades de Policía de Prevención Local? *Delito y Sociedad* 43, año 26, Santa Fe: pp. 121-149. <https://bit.ly/444bFDF> Recuperado: 15 de enero de 2023.
- Daverio, A. (2017). *Las Jefas. Género y poder en la policía de la provincia de Buenos Aires*. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales (inérita) Universidad de General Sarmiento.
- Fernandez, S. (2016). Seguridad y municipio: la dinámica de los problemas, las políticas y las capacidades locales. En Rodríguez Games, N. (ed.), *Seguridad y gobiernos locales en Argentina*. (pp. 41-72). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo.
- Galeano, D. (2011). “Caídos en cumplimiento del deber”. Notas sobre el heroísmo policial. En Kaminsky, G. y Galeano, D. (coords.), *Mirada (de) uniforme. Historia y crítica de la razón policial* (pp. 185-222). Buenos Aires: Teseo.
- Galvani, M.; Ríos, A. y Cañaveral, L. (2013). Seguridad, policía y gobiernos locales: el Programa Integral de Protección Ciudadana (provincia de Buenos Aires, Argentina, 2009-2013). Concurso Internacional CLACSO-ASDI 2013 “Estudios sobre políticas públicas en América Latina y el Caribe. Democracia, ciudadanía y justicia social”. Buenos Aires: CLACSO. <https://bit.ly/3vuvMxr> Recuperado: 20 de marzo de 2023.
- Garriga Zucal, J. A. (2013). Usos y representaciones del “olfato policial” entre los miembros de la policía bonaerense. *Dilemas*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana; Dilemas; 6; 3; 6; pp. 489-509. <https://bit.ly/3vVdar4> Recuperado: 5 de diciembre de 2023.
- Garriga Zucal, J. (2016). Los sinsabores del verdadero policía. Representaciones laborales y legitimidad de la violencia policial. *Razón y palabra*. Número 93. Abril – Junio, pp. 724-742. <https://bit.ly/4aEzxA> Recuperado: 20 de diciembre de 2023.
- Kessler, G. (2009). *El Sentimiento de Inseguridad*, Buenos Aires: Siglo XXI.
- Maglia, E. (2017). La policía y sus muertos: camaradas de la Policía Federal Argentina enlazados por el deber de honrar a sus caídos. *Publicar*, CGA, Año XIV N° XXIII, (diciembre) pp. 95-117. <https://bit.ly/3Jnh6Ux> Recuperado: 15 de enero de 2023.
- Ríos, A. (2010). Gubernamentalidad y poder de policía: la articulación de un modelo de policiamiento dual en Buenos. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, pp. 487-510. <https://bit.ly/4cX8S33> Recuperado: 22 de enero de 2023.
- Rodríguez Games, N. (2016). Gobiernos locales y seguridad pública. Rodríguez Games N. (ed.), *Seguridad y gobiernos locales en Argentina* (pp. 11-40). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo. <https://bit.ly/3Jmrk7H> Recuperado: 5 de diciembre de 2023.
- Rose, N. y Miller, M. (1990). Governing Economic Life. *Economy and Society* (19)(19), pp. 1-31.
- Sain, M. (2016). La municipalización policial en la provincia de Buenos Aires. Rodríguez Games N. (ed.), *Seguridad y gobiernos locales en Argentina* (pp. 73-104). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo. <https://>

- bit.ly/3Jmrk7H Recuperado: 5 de diciembre de 2023.
- Sozzo, M. (2008). Gobierno local y prevención del delito en la Argentina. *Urvio, Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana*. Número 6, pp. 58-73. <https://bit.ly/3JjhH9Y> Recuperado: 10 de diciembre de 2023.
- Sozzo, M. (2015). *Locura y crimen. Nacimiento de la intersección entre los dispositivos penal y psiquiátrico*. Buenos Aires: Ediciones Didot.
- Verón, E. (1987). *Construir el acontecimiento. Los medios de comunicación masiva y el accidente de la central nuclear Three Mile Island*. Buenos Aires: Gedisa.

Lo mejor de ambos mundos. Posibilidades y perplejidades en la transición de la Antropología Social a la Neuroingeniería

Gabriel D. Noel*

RESUMEN: Esta contribución invita a un debate acerca de las potencialidades de la práctica interdisciplinaria de la antropología por fuera del campo de las ciencias sociales y humanas en la Argentina contemporánea. A partir de un ejercicio de objetivación reflexiva que tiene como eje la transición de un antropólogo social al campo de la neuroingeniería, se presentan algunos de los equívocos enfrentados, las interpelaciones recibidas y los escollos encontrados, para plantear una serie de preguntas fundamentales acerca de los límites de la disciplina antropológica, de las trayectorias de formación de sus practicantes y del modo en que muchos de ellos la conciben, piensan y configuran su relación con ella. Finalmente se consideran varios de los principales desafíos institucionales para una práctica interdisciplinaria de esa naturaleza y se proponen cuestiones relativas a su conceptualización y evaluación por parte de la comunidad científica y sus dispositivos de financiación locales.

Palabras clave: interdisciplina, antropología, neurociencia

ABSTRACT: The following contribution is conceived as an invitation to debate the potential of an interdisciplinary practice of anthropology beyond the scope of the social sciences and the humanities in current Argentina. Through an exercise of reflexive objectivation following the transition of a social anthropologist to the field of Neuroengineering, we present some of the main misunderstandings, interpellations and obstacles met, in order to pose a series of fundamental questions on the boundaries of anthropology, the training of its practitioners and the ways in which many of them conceive the discipline and perform their relationship to it. Finally, we consider some of the major institutional challenges involved in an interdisciplinary anthropology-based practice in Argentina and we propose some questions regarding its conceptualization and evaluation on the hands of the scientific community and its local sponsoring agencies that we consider deserving of an explicit and collective consideration.

Keyworas: interdisciplinary work, anthropology, neuroscience

1. Aprendiendo a colaborar

Comencé a frecuentar asiduamente el Laboratorio de Neuroingeniería de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) –mi propia Universidad– allá por febrero del año 2022. Mi familiaridad con el espacio llevaba ya por entonces varios años y se remontaba prácticamente a su creación, en 2015. Fue por entonces que en el marco de una actividad académica conocí a su fundadora y directora, la Dra. Daniela Andres, quien me invitó a visitarlo. Movidio por una curiosidad que solo puede calificarse de “*nerd*”, así lo hice unas semanas más tarde.

El LabNING, según se me explicó, se encontraba vinculado a la carrera de Ingeniería Biomédica y tenía entre sus objetivos principales el diseño de tecnología médica en el campo de la neurología, lo cual implicaba a su vez investigación básica en ingeniería y neurociencias. Contaba en ese momento con un único estudiante de grado, Gianfranco Bianchi, que avanzaba por las primeras etapas de su Proyecto Final Integrador: una pulsera para cuantificación de movimiento a ser incorporada a algunas de las pruebas utilizadas para el diagnóstico clínico de la enfermedad de Parkinson. Muchas cosas me sorprendieron de esa visita, pero sin duda la que más lo hizo fue la familiaridad (no, corrijo: la receptividad) que encontré para con el mundo de las ciencias sociales en general, y para con la antropología en particular. Lejos de los prejuicios que solemos tener los científicos sociales acerca de nuestros colegas de “*las duras*” (y que se resumen básicamente en el supuesto de que piensan o deben pensar que somos unos “chantas”¹ o que lo que hacemos no es ciencia) la directora del Laboratorio –formada como médica, con un doctorado en ciencias exactas y con trabajo postdoctoral en el ámbito de la física– parecía dar por descontado no solo nuestro estatuto de pares, sino mi capacidad de contribuir a su propio trabajo.

Ahora bien: si tanto el (re)conocimiento como el aprecio hacia mi disciplina me tomaron por sorpresa, su corolario –las invitaciones a “*hacer algo juntos*”, a “*pensar algún proyecto conjunto*”, a “*colaborar*”– me desconcertaron por completo. Tal desconcierto no solo descansaba en la sensación definida de que no podía haber diálogo posible entre nosotros y de que mis habilidades y competencias, por afinadas que estuvieran en relación con mi disciplina de origen y mi práctica profesional, no tenían nada que hacer en un Laboratorio de Neuroingeniería radicado en una Escuela de Ciencia y Tecnología. También era alimentado por un complejo de inferioridad deudor del supuesto antes mencionado: enfrentado a científicos “de verdad”, con formación en competencias abstrusas, no se me ocurría qué cosa tendría para ofrecer un antropólogo social abocado a la etnografía de las aglomeraciones medianas y pequeñas (el objeto de mi agenda por entonces). Si bien seguí visitando el Laboratorio y conversando con la Dra. Andrés, con el ya Ingeniero Bianchi y con otras personas que fui conociendo en el transcurso de mis visitas sucesivas, procedí a ignorar sistemáticamente con tanta cortesía como consistencia las invitaciones a “*hacer algo juntos*” en virtud de que ese “algo” era para literalmente inconcebible.

¹ “Chanta” es en la Argentina urbana una expresión del lunfardo que refiere a una persona que presume una competencia, una solvencia, un conocimiento o una capacidad que no posee, y que exhibe con fines de engaño o en aras de halagar su vanidad.

Así las cosas, seguí haciendo lo que siempre había hecho: trabajo etnográfico bastante clásico, de larga duración y alejado de mi ciudad de residencia, en proyectos que se extendían entre cuatro y siete años, y que implicaban periódicas reorientaciones de agenda más o menos drásticas. Puesto que a diferencia de muchos de mis colegas que sostienen durante décadas (o incluso durante toda su trayectoria académica) campos, temas u objetos, mi capacidad de mantener el interés sobre una cuestión o un debate decae rápidamente en una espiral de rendimientos decrecientes, hasta que el tedio y el fastidio me impulsan –en una suerte de donjuanismo intelectual– a cambiar de escenario, de problema y de pregunta con la esperanza de volver a disfrutar de la adrenalina inherente a los primeros y más esforzados tramos de la curva de aprendizaje.

Sin embargo, esa estrategia de cambios parciales y periódicos de intereses, campo y objeto eventualmente encontró un límite imprevisto, que hubo de forzarme a transponerla en un nivel más alto. A fines del año 2021, por una combinación de razones en la que abrevaban imposibilidades efectivas (la pandemia, como puede imaginarse, hizo su parte), frustraciones con el estado de la producción en mi propia disciplina –y en especial con la distancia irremontable entre los imperativos de la producción etnográfica y las realidades de la *realpolitik* del *publish or perish* (Noel, 2021a)– con sus ortodoxias abiertas o solapadas, con mi incapacidad absoluta (pese a mis denodados intentos) para suscitar un debate actualizado en torno de los conceptos y problemas que por entonces me movilizaban (Noel, 2017) y con la sensación de estar estancado, de no tener nada que decir y de haber agotado mi capacidad creativa, comencé a sospechar que esta vez no sería suficiente con cambiar de proyecto, de objeto o de escenario. Pero aunque la *via negationis* aparecía clara, la parte propositiva del asunto no lo estaba en lo más mínimo. Sabía que quería hacer algo distinto, pero acerca de qué podría ser ese algo no tenía la menor idea.

Así llegamos a inicios de 2022 y al momento en el que acepté una invitación a “colaborar” que aún no terminaba de comprender del todo. Comencé a frecuentar asiduamente el Laboratorio en busca de algún tipo de estímulo intelectual, ya que si algo me había quedado en claro a partir de un puñado de visitas esporádicas y dispersas era el carácter estimulante del ambiente de trabajo: un grupo interdisciplinario de investigadores en diversos estadios de su trayecto formativo articulando, con mayor o menor intensidad, intereses convergentes en torno de problemas y proyectos. Una vez allí, no me llevó demasiado tiempo tomar nota de varias diferencias importantes entre sus prácticas y las de mi propia experiencia como investigador. La primera y principal, como ya hemos adelantado, era que efectivamente todos los proyectos resultaban de un esfuerzo colaborativo. No solo colectivo: colaborativo. Insisto en la distinción porque resulta pertinente. Muchos de nosotros, en las ciencias sociales, hemos participado o dirigido proyectos colectivos y conocemos su lógica habitual: un conjunto de investigadores aúna sus intereses o experiencias preexistentes en torno de una agenda o tema “paraguas” en el marco del cual dialogan². Pero las contribu-

2 La idea de “colaboración” no está del todo ausente en el campo de las ciencias sociales, pero reviste un sentido distinto y refiere específicamente a la producción de conocimiento en cooperación y diálogo con actores de *fuera* del campo académico (la mayor parte de las veces, “nativos”). Agradezco a Carolina Álvarez Ávila esta observación.

ciones siguen siendo individuales y se sostienen por sí mismas³. A su vez –y ya tendremos ocasión de volver sobre esto– la lógica académica de la evaluación y del reconocimiento en ciencias sociales supone, alienta y replica este esquema. Como lo sabemos quienes hemos estado de ambos lados de las comisiones de evaluación, un *paper* o libro obtendrá la máxima valoración si la autoría es individual (o a lo sumo cuando se encuentre repartida entre no más de un par de personas). A partir de allí, la puntuación decrece a velocidad de vértigo a medida que la lista de autores se prolonga.

La experiencia del Laboratorio ciertamente no era esa: los proyectos se concebían, se escribían, se pensaban y se publicaban allí en el marco de las contribuciones mancomunadas de un grupo interdisciplinario de personas con competencias específicas y roles diversos. Ninguno de estos aportes revestía mayor sentido en sí mismo, ni podía sostenerse en ausencia del resto. Todas las personas allí reunidas contribuían, en mayor o menor medida, en todos los proyectos; algunas directamente a partir de una idea, procedimiento, instrumento o insumo conceptual, otras como orientadoras o supervisoras de la labor de los primeros. El propio proceso de escritura era muy distinto de las coautorías a las que estaba acostumbrado: en lugar del péndulo de revisiones alternas y sucesivas de un manuscrito original pergeñado por uno de los autores, encontraba aquí una escritura a seis, ocho o doce manos en una herramienta colaborativa (por ejemplo, *Google Docs*) y de modo simultáneo. Justamente por eso las producciones son *siempre* colectivas e involucran con frecuencia a un gran número de colaboradores, tanto directos como indirectos. La publicación en solitario, por el contrario, equivale aquí a una confesión de impotencia y fracaso: implica, a todos los efectos, que quien la firma no consiguió interpelar o interesar lo suficiente a ninguna otra persona en torno del problema en cuestión, delatando ya sea una posición marginal o excéntrica, ya una ignorancia supina de los temas, problemas o cuestiones de interés para el campo de estudio (Daniela Andres, comunicación personal).

Como también hemos ya señalado, la naturaleza y el fundamento de este proceso descansaban en (a la vez que dependían de) una colaboración interdisciplinaria. Genuinamente interdisciplinaria; en modo *hardcore*. No se trataba aquí de esos equipos tan familiares que reúnen parientes cercanos –antropólogos, sociólogos, historiadores, economistas, psicólogos, trabajadores sociales– o vecinos cordiales –algún epidemiólogo, agrónomo, biólogo o ecólogo con preocupaciones por los “*impactos sociales*” – y en los que muchos de nosotros hemos participado. Aquí la situación era bien distinta: investigadores provenientes de la medicina, de las matemáticas, de diversas ramas de la ingeniería, la ciencia de datos, la biología, la química, de diversas generaciones y en diversas etapas de su trayecto formativo, construían problemas y proponían soluciones de manera conjunta en y por la intersección de un conjunto de capacidades y habilidades de naturaleza y proveniencia muy diversas.

3 Quisiéramos dejar en claro que no se trata aquí de criticar una modalidad de trabajo que ha dado y sigue dando muy buenos resultados.

2. Más allá de la “identidad”

Otra de las cuestiones que mayor perplejidad me suscitó en las primeras semanas de mi presencia en este nuevo espacio tuvo que ver con el modo en que sus moradores referían su relación con sus respectivas pertenencias disciplinarias. Aquellas personas debidamente familiarizadas con el mundo de las ciencias sociales en la Argentina sabrán de sobra que en ellas la relación de los investigadores con sus disciplinas moviliza de modo inequívoco una cuestión identitaria: en pocas palabras, se *es* antropólogo, se *es* sociólogo, se *es* historiador. Más aún, en el caso particular de la comunidad antropológica local, esta asimilación en clave identitaria se ve subrayada y exacerbada por una serie de operaciones de clasificación y jerarquización tan ubicuas como subrepticias en torno de la “pureza” de la adscripción disciplinar. Los antropólogos –como se sabe y se comenta en el estrecho círculo de complicidad del “entre nos”– se dividen en “*puros*” e “*impuros*”. Los “*puros*” son aquellos cuya trayectoria de formación tanto en grado (licenciatura) como en posgrado (maestría y/o doctorado) ha tenido lugar enteramente dentro de los límites de la disciplina (con crédito extra y plus de *pedigree* si la trayectoria tuvo lugar en “Filo”, la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires). La categoría de los “*impuros*” por su parte no es exactamente complementaria de su contraparte, ya que refiere a quienes provienen de otras disciplinas (primordialmente, aunque no siempre, de otras ciencias sociales o humanidades) y que descubrieron la “verdadera fe” a tiempo como para corregir sus perniciosas costumbres en sus trayectorias de posgrado. Como sucede con todo converso, no importa que tan ferviente sea su profesión ni ardientes sus protestas, estos *impuros* serán mirados con perenne desconfianza por parte de los *puros* y, en privado, tratados con desdén. A los fines de la exhaustividad, debemos completar la taxonomía con un tercer y último caso (innominado por impensable en la teoría nativa) que es el de aquellas personas que (como es el caso de quien escribe) habiendo conocido la verdadera fe desde el principio –es decir: habiendo cursado sus estudios de grado en antropología– la han abandonado en su trayecto ulterior. Claramente el término técnico que corresponde a esta condición es el de “apóstata” (aunque el de “réprobo” sería sin duda más acorde a la indignación moral que esta defección suscita en la comunidad de los *puros*)⁴.

Definitivamente las cosas no funcionaban de la misma manera en mi nuevo entorno: en el Laboratorio (y el mundo más amplio al que éste pertenece) las personas no dicen que “*son*” sino que “*vienen de*” tal o cual disciplina. A su vez, por más que las marcas identitarias no estén nunca del todo ausentes, leen sus trayectorias primordialmente en términos de *repertorios de habilidades y competencias*, susceptibles de ser movilizadas al servicio de preguntas y proyectos específicos que no son (ni pueden ser) definidos sobre una base

4 Quisiera aclarar en beneficio de aquellas personas no familiarizadas con el peculiar mundo de la antropología argentina –y que pudieran por tanto pensar que exagero– que el lenguaje religioso que estamos utilizando no es un exceso retórico ni un recurso meramente alegórico: son los propios antropólogos (y esto no solo en sus fueros privados) los que hablan del trabajo de campo como una *experiencia de conversión* (siguiendo la referencia maestra en Lévi-Strauss, 1992), o de la etnografía como una ascesis sobre la base de la cual se mide una pureza ya no de origen, sino de ejercicio. Para mayor inri, todas estas alegaciones, imputaciones y recusaciones de pureza tienen lugar –recuérdese– entre personas que se supone leyeron a Mary Douglas (2007)... o incluso a Anna Tsing (2023).

disciplinaria, en la medida en que en la inmensa mayoría de los casos, como hemos ya sugerido, no pueden ser abordados por o desde una sola de ellas. Lejos de la grandilocuencia declamatoria de muchas de nuestras vacuas clarinadas en favor de la interdisciplina, ésta es practicada aquí no tanto por convicción ideológica sino lisa y llanamente porque no se concibe otra forma de construir conocimiento riguroso sobre problemas complejos⁵.

Recién en este punto, familiarizado de manera incipiente con estas cuestiones, comencé a entender la naturaleza de las invitaciones a “colaborar” a las que pertinazmente me había estado sustrayendo durante más de seis años. Más concretamente: a vislumbrar por qué, a qué y en carácter de qué estaba siendo invitado y a entender que *colaboración* no debía ser leída en la clave coloquial en la que yo lo hacía, sino en un sentido técnico preciso, establecido y familiar en mi nuevo campo. Fue también en ese momento cuando comencé a pensar que quizás valdría la pena darle una oportunidad al proceso y ver si –y de qué manera– funcionaba; esto es, para remedar el lenguaje de mis incipientes nuevos colegas, hacer un experimento. La analogía resultaba en este caso más que un lugar común: muchos experimentos memorables lo fueron precisamente por no resultar como se había previsto (o incluso por haber sido consecuencia de accidentes felices). Así fue que lentamente y sobreponiéndome a más de tres décadas de hábitos profundamente arraigados comencé a intentar mirar las cosas de este nuevo modo; a pensar qué y cuáles de mis múltiples y autodenigradas competencias podían ser puestas al servicio de un problema interesante y complejo que pudiera ser trabajado colectivamente –o con mayor propiedad, *colaborativamente*– en el marco del Laboratorio de Neuroingeniería de la Universidad Nacional de San Martín.

3. La persistencia de una visión: el legado boasiano y la formación antropológica

Reponer la respuesta que terminé encontrando a esta pregunta requiere, me temo, otra digresión imprescindible. Apóstata confeso y todo, he sido a lo largo de mi trayectoria profesional bastante clásico tanto en la filiación teórica que reivindicó (Noel, 2013) como en mi práctica etnográfica concreta. Mi formación, en cambio, resulta un tanto excéntrica en relación con el *default* de buena parte de los practicantes contemporáneos de la antropología social en la Argentina.

Me explico: como saben quienes están familiarizados con la historia de la antropología, ésta surgió originalmente de la fusión –o más precisamente de la acreción (Stocking, 2002) – de tradiciones separadas que involucraban la labor de anticuarios, naturalistas de campo, archivistas, filólogos y gramáticos, médicos, juristas, filósofos de diversas filiaciones y un largo etc. Los contornos y el resultado de ese proceso varían según las distintas trayectorias nacionales, pero su forma más elaborada (y hasta cierto punto canónica) confluyó en las primeras décadas del siglo XX en lo que se conoce como *la doctrina de los cuatro campos*

5 Más aún, en ocasiones los equipos de investigación preceden a los problemas: un grupo de personas con interés en trabajar juntas “forman equipo” y comienzan la búsqueda de algún problema interesante que pueda ser abordado provechosamente a partir de la suma de sus habilidades combinadas.

—o, en su versión para iniciados, el *sacred bundle*— formulada por Franz Boas, decano de la antropología estadounidense (Boas, 1904; qqv. Lévi-Strauss, 1987). Según ésta, la antropología abarca cuatro grandes proyectos interrelacionados, todos ellos en clave explícitamente comparativa: la *arqueología prehistórica*, que estudia las sociedades del pasado que carecen de documentos y monumentos a partir de sus vestigios materiales; la *antropología física* (ulteriormente rebautizada *biológica*), que aborda la variabilidad de las dimensiones orgánicas de los seres humanos (tales como su morfología y fisiología), los procesos de la herencia, su evolución filogenética y su desarrollo ontogenético; la *lingüística antropológica*, que se ocupa de la reconstrucción y el análisis sistemático y comparado de las lenguas sin tradición escrita, y la *etnología* (devenida luego *antropología cultural*) que tiene por objeto las dimensiones de la vida humana colectiva aprendidas y transmitidas a través de la costumbre (i.e. la “cultura”). Esta ambiciosa agenda cuatripartita, sin embargo —como el propio Boas sabía y reconoció con amargura— resulta incompatible con las tendencias centrífugas inherentes en la especialización del conocimiento que, en el transcurso de unas cuantas décadas, terminarían por imponerse y desgajar estas cuatro ramas de su putativo tronco común⁶.

Aún así, esta vocación holística subsiste de forma testimonial en varias encarnaciones. Las más obvias las encontramos en los ocasionales llamados a la recuperación de la unidad perdida, de los cuales el más reciente y conocido es el de Tim Ingold (2015)⁷. También aparece, en segundo término, en algunos espacios que a través de la yuxtaposición de unas (sub)disciplinas en avanzado estado de autonomización performan una unidad utópica e inalcanzable: quizás el ejemplo más claro de esta estrategia es la de la revista más prestigiosa del campo, *Current Anthropology*. Aun cuando la inmensa mayoría de sus artículos y reseñas corresponden al campo de la *cultural anthropology*, publica con menor frecuencia textos correspondientes a los otros tres (así como a algunas de sus derivas ulteriores)⁸. Su propia página web es explícita en este sentido: “it seeks to publish the best theoretical and empirical research across all subfields of the discipline, ranging from the origins of the human species to the interpretation of the complexities of modern life”⁹. A todos los efectos prácticos, sin embargo, esta coexistencia no es más que una suerte de *lip service* a una unidad que se sabe perdida: resulta inverosímil pensar que el texto producido en el marco de

6 El propio Boas fue de hecho el primero y el último de los antropólogos en realizar contribuciones significativas en los cuatro campos, y aun cuando podían encontrarse hasta la mitad del siglo XX practicantes de la disciplina que combinaban aportes o formación en más de uno, esta situación se ha vuelto progresivamente más rara. Al mismo tiempo la “antropología cultural” y sus cognados en otras tradiciones (“social”; “sociocultural”) se han expandido hasta alcanzar un estatuto de sinonimia con la “antropología” a secas, que funciona a menudo como sinécdoque de aquellas.

7 Como lo ha señalado Mary Douglas con una claridad meridiana (Douglas, 1986) estos procesos de reforma, luego de un breve período de entusiasmo inicial, son eventualmente sepultados por las formas institucionalizadas del recuerdo y del olvido. Consecuentemente, al cabo de un período más o menos corto, la disciplina vuelve al *business as usual* y estos reclamos permanecen marginales o simplemente se extinguen hasta el próximo *revival*.

8 *Current Anthropology* cuenta con más de sesenta años de existencia, es financiada por la mayor fundación contemporánea de fomento al conocimiento antropológico —la *Wenner-Gren Foundation*— y publicada por la Universidad de Chicago.

9 Tomado de: <https://www.journals.uchicago.edu/journals/ca/about> el 31 de mayo de 2024.

una de estas especialidades pueda resultar medianamente inteligible para un practicante de cualquiera de las otras, incluso en los aspectos formales y retóricos más generales (por no hablar de las referencias y los antecedentes).

Queda, en tercer lugar, el escenario más directamente relevante para nuestros propósitos y que involucra a las carreras de grado en antropología, cuyos perfiles específicos –deudores de las historias institucionales en las que se encuentran insertas– materializan combinaciones y énfasis variables de estos campos¹⁰. Así, para circunscribirnos a algunos ejemplos de la Argentina, en la Universidad de Buenos Aires –como hemos ya adelantado– la Licenciatura en Ciencias Antropológicas (nótese el plural) se dicta en la Facultad de Filosofía y Letras y permite trayectos tanto en Antropología Sociocultural como en Arqueología; mientras que tanto la Universidad Nacional de Córdoba (donde la Licenciatura se cursa en la Facultad de Filosofía y Humanidades), como mi propia *alma mater*, la Universidad Nacional de La Plata (en la cual la Licenciatura en Antropología se encuentra alojada en la Facultad de Ciencias Naturales y Museo), admiten las orientaciones en Antropología Sociocultural, Biológica o Arqueología¹¹.

Estos últimos dos casos no son estrictamente comparables. Allí donde en Córdoba el plan de estudios fue diseñado sobre la base de una especialización temprana y recorridos paralelos enhebrados en forma transversal por cursos de Teoría Antropológica, en La Plata (al menos en el momento de mi paso por allí) la elección entre orientaciones advenía sobre el último tramo de la carrera (en el cuarto año de un total de cinco). Asimismo, con la excepción singular de una única materia metodológica específica, la especialización comprendía apenas cinco optativas (de un total de treinta) dejadas al criterio del estudiante y sin ninguna recomendación ni restricción efectiva (al menos en tanto la elección tuviera lugar dentro de la oferta de la propia facultad). De esta manera, incluso quienes optamos por la orientación en antropología sociocultural tuvimos que pasar por cuatro asignaturas de antropología biológica y cinco de arqueología, por no mencionar el *trivium* naturalista del primer año: zoología, botánica, geología¹². La oferta de optativas, en el momento en que me tocó cursarlas, no era mucho más amplia, de modo que me vi obligado a elegir *malgré moi* materias como Ecología General o Etología que no se condecían con mi orientación explícita.

Recibí en consecuencia una formación de base naturalista que incluía saberes tan incongruentes con mi autoadscripción declarada como fisiología, genética y ecología de poblaciones, anatomía comparada de los vertebrados u ontogenia del desarrollo embrionario, fetal e infantil, para mencionar solo algunas que vienen a cuento. La lingüística –que

10 Para una discusión contemporánea sobre esta cuestión, véase Forrest-Blincoe y Forrest (2022).

11 Otras Universidades han optado por circunscribir la formación a una única orientación, como es el caso de la Universidad Nacional de Misiones o la Universidad Nacional de San Martín que imparten titulación exclusivamente en Antropología Social y Cultural. Para un panorama más completo (aunque algo desactualizado) de la formación antropológica en Argentina, véase Bartolomé (2007).

12 Es en virtud de este trayecto, así como de la ya mencionada inscripción de la carrera en una Facultad de Ciencias Naturales, que subsiste entre los antropólogos formados en la Universidad de Buenos Aires una atribución muy habitual de “biologicistas” y “cientificistas” (sea lo que sea que signifique esto último) a sus colegas de La Plata, incluso - o especialmente - a quienes optan por la antropología sociocultural, que suelen ser tratados con cierto escepticismo.

como puede verse en nuestra anterior caracterización de carreras brilla por su ausencia como orientación específica¹³— no tuvo mayor presencia en mi trayecto de grado, más allá de algunas nociones introductorias de lingüística estructural estadounidense (Hockett, 1971; Sapir, 1991)¹⁴, las necesarias lecturas de de Saussure (2005) y de Jakobson (1975) que se requieren para la comprensión del estructuralismo levi Straussiano y una muy sumaria introducción a Chomsky por la vía de su incorporación a la etnosemántica de la mano de Floyd Lounsbury (1964)¹⁵. Consciente de esta laguna, y aprovechando circunstancias ocupacionales, residenciales y personales favorables, asistí ya graduado a varias de las materias de lingüística de la Licenciatura en Letras de la Universidad de Buenos Aires en carácter de oyente (en particular, las que tenían que ver con la discusión de la gramática generativa transformacional en sus sucesivas encarnaciones, cf. Chomsky, 1972, 1983, 1999a, 1999b y 1999c; Katz & Fodor, 1963; Jackendoff, 1974).

Con esto se cierra la enumeración de mis competencias formativas menos afines a mi orientación y desempeño como antropólogo social. No debería hacer demasiada falta insistir en que la inmensa mayoría de estos conocimientos —cuando no todos ellos— habían quedado muy atrás (tanto en lo que refiere a mi memoria como en lo que hace a su grado de actualización) en el momento en que decidí dar curso a mi experimento e incorporarme al laboratorio. Solo para dejar constancia de hasta qué punto esto era cierto, baste con decir que comencé la Universidad en 1988, me gradué como Licenciado en 1993, asistí de oyente a los cursos de lingüística ya mencionados en forma irregular entre 1994 y 1996, y nos encontrábamos entonces a comienzos de 2022, luego de diecisiete años de desempeño profesional exclusivo como etnógrafo y antropólogo social (contados desde el comienzo de mi trayecto doctoral en 2004¹⁶). Pero aún así eran precisamente esos conocimientos, por lejanos o desactualizados que estuvieran, los que me daban una mínima esperanza de poder construir alguna agenda o problema común con mis nuevos colegas del Laboratorio, aunque por el momento no tuviera la más mínima idea acerca de su contenido o incluso de cómo haría para encontrarlo o reconocerlo.

4. El enigma del código (neuronal)

Como suele suceder en estos casos, la respuesta se presentó por sí sola y de manera inesperada, en circunstancias en que su directora le explicaba parte de su investigación postdoctoral a un recién llegado estudiante de grado. Según recapitulaba, uno de los problemas teóricos que la había ocupado por entonces involucraba la aplicación de herramientas matemáticas a la cuestión del código neuronal. Resumiendo de forma un tanto desprolija

13 Aún cuando existen en muchas de esas instituciones profesionales que se desempeñan en la subdisciplina.

14 Así como de algunas de sus derivaciones posteriores como la kinésica (Birdwhistell, 1970 y 1971).

15 A esto deben agregarse nociones básicas de sociolingüística, etnolingüística, etnografía del habla y pragmática de la comunicación, acerca de las cuales no nos detendremos por ser irrelevantes a los fines de nuestra exposición.

16 Los detalles de mi trayectoria de posgrado han sido reseñados en Noel (2021b).

el planteo, se trata de la pregunta por el modo en el que las neuronas (se) transmiten mensajes a través de la polarización y despolarización de sus membranas o, en una formulación un tanto más precisa, acerca del mecanismo de codificación de esos mensajes expresados en pulsos eléctricos, en una suerte de “lenguaje neuronal”. Pero la recapitulación que la Dra. Andrés hacía de su recorrido se detenía en una suerte de callejón sin salida: aparentemente, pese a una serie de hallazgos iniciales más o menos promisorios, la aproximación había quedado trunca y la línea de investigación agotada.

Como podrá fácilmente imaginarse, vi abrirse allí una ventana de posibilidad: “*código*”, “*mensaje*”, “*lenguaje*” eran conceptos que me resultaban familiares y acerca de los cuales tenía herramientas teóricas y metodológicas para aportar. Así, y sobre la base de esta esperanza leí algunos de los *papers* producidos en ese recorrido postdoctoral (Andrés, 2015; Andrés, Cerquetti & Merello, 2015; Andrés, Cerquetti, Merello & Stoop, 2014). Con la ayuda de su autora, cabe aclarar, ya que prácticamente nada en ellos –ni forma, ni argumento, ni lenguaje, ni contenido, ni referencias– me resultaba familiar o incluso comprensible. Proseguí luego con lecturas adicionales sobre el tema, desde referencias clásicas a contribuciones contemporáneas. No puedo decir que haya entendido todo –o siquiera la mayor parte– pero de esas lecturas y de los diálogos posteriores que mantuvimos al respecto, tanto en forma presencial como por *mail*, nos terminó por quedar claro que podíamos articular conjuntamente una potencial y nueva línea de abordaje del problema. Como mi nueva colaboradora había ya notado en su momento, todos estos textos tenían algo en común: movilizaban términos como “*código*”, “*lenguaje*”, “*palabra*”, “*frase*” o “*mensaje*” sin la menor referencia explícita o implícita a aquellas disciplinas que se habían ocupado de conceptualizarlos, discutirlos y trabajar con ellos de manera técnica del otro lado de la Gran División¹⁷.

La mayor parte de las veces esos términos eran definidos *ad hoc*, sobre la base de sus usos de sentido común, directamente utilizados como si los mismos fueran autoevidentes o transparentes o, en el mejor de los casos, importados sin demasiada reflexión de la teoría matemática de la información (Shannon, 1948). A los fines de evitar cualquier sesgo autocomplaciente, hicimos una búsqueda bibliográfica tan exhaustiva como nos resultó posible, al cabo de la cual confirmamos nuestra sospecha inicial: los investigadores del campo de las neurociencias abocados a la cuestión del código neuronal aparentemente no habían visto la necesidad de entablar un diálogo con quienes se ocupan del análisis de los códigos más complejos de los que tengamos noticia; la inmensa y rica variedad de los lenguajes naturales. Contra todo pronóstico, habíamos encontrado un problema central en neurociencias, que nos interesaba a ambos y en el que algunas de mis competencias podían ofrecer un aporte potencialmente sustantivo.

Quedaba por resolver, por supuesto, una cuestión nada menor: la combinación de mi desactualización y mi falta de conocimientos específicos, tanto en el campo de la lingüística como en el de la neurofisiología (incluidas las herramientas y los lenguajes formales necesarios para seguir sus argumentos). En términos de mi trayectoria profesional, superar

17 Lejos de constituir una excepción, esta tendencia a construir *ex nihilo* objetos o conceptos desde un campopignorando vastas tradiciones previas en otras disciplinas resulta un fenómeno relativamente habitual. Para un ejemplo particularmente claro - el de la “memética” - véase Bloch (2001) y Kuper (2001).

ese escollo implicaba un movimiento de “desdiferenciación”; una suerte de desplazamiento contracorriente en mi especialización como etnógrafo y antropólogo social en dirección de una “equipotencialidad” que me permitiera recuperar, en el espíritu original del proyecto boasiano que había inspirado el plan de estudios de mi ya muy lejana Licenciatura, un nuevo trayecto que implicaría competencias antropológicas distintas de las que había cultivado desde entonces y a las que originalmente les había dado la espalda con un entusiasmo digno de mejor causa.

Las etapas iniciales de ese proceso (que se prolongaron a lo largo de mis primeros dos años de trabajo) requirieron de mucha lectura y diálogo con mis nuevos colegas —o más precisamente pedidos constantes y urgentes de aclaración y explicación de mi parte— y sobre todo de mucha tolerancia a la frustración. Remontar esta nueva curva de aprendizaje a una edad en la cual las capacidades intelectuales rara vez están a la altura del entusiasmo es cualquier cosa menos sencillo. Los *papers* empezaron a acumularse en mi escritorio a velocidad de vértigo, mientras que mi capacidad de seguirlos, comprenderlos y retener nuevos conocimientos progresaba, en el mejor de los casos, a un ritmo vegetal. Créase o no, sin embargo, algunas cuestiones comenzaron a resultarme eventualmente comprensibles, al menos en sus lineamientos generales (aunque como podrá imaginarse el proceso continúa y en más de un sentido tengo la impresión de encontrarme, a casi tres años de haberlo comenzado, aún en las etapas iniciales). Pero con la sensación cada vez más definida de entender la naturaleza del problema empírico que nos ocupa, así como sus principales antecedentes, escollos y —lo más importante de todo— los puntos en los que puedo articular mi propia contribución y las modalidades en las que ésta puede desplegarse. Lamentablemente no tengo espacio aquí para extenderme sobre los primeros avances del proyecto, pero los principales detalles y hallazgos están publicados o en proceso de publicación (Noel, Mugno y Andres, 2023; Noel y Andres, en prensa)¹⁸.

5. Profesiones y protestas: la irrevocabilidad del destino antropológico

Ahora bien: la reconstrucción de mi recorrido ha tenido como referencia exclusiva hasta este punto mi lugar de llegada; las neurociencias y su abordaje interdisciplinario en el seno del Laboratorio. Sin embargo, a lo largo de todo este tiempo había tenido lugar un segundo diálogo, al menos tan interesante como el primero, con quienes ocuparon el lugar de interlocutores y colegas durante toda mi carrera profesional precedente. A medida que les iba comunicando mis intenciones primero, mis devaneos más tarde y el hecho consumado de mi migración a mi nueva agenda y lugar de trabajo después, se suscitaron entre ellos una serie de reacciones que, debidamente analizadas, aparecen como extremadamente reveladoras.

18 Un resumen un tanto desprolijo de estos primeros pasos y hallazgos puede encontrarse en una entrevista realizada en el marco del *podcast* Una Idea, disponible en: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/nicolas-spagnuolo/episodes/5---Gabriel-D--Noel---Investigador-en-laboratorio-de-neuroingeniera-e2jdi-9p/a-ab8e6d9> (consultado el 31 de mayo de 2024).

Las menos interesantes fueron las de aquellas personas que comprendieron con mayor o menor clarividencia lo que estaba intentando hacer, en los términos en los que lo he venido reconstruyendo. Colegas que –casi siempre dándome más crédito del que merezco– coincidían conmigo en que me estaba encaminando hacia una *terra incognita* en el marco de un proceso imprevisible, incierto, experimental (en el sentido antes señalado) y potencialmente interesante, y que acompañaron mi quizás exagerado entusiasmo con palabras de aliento. Pero no constituyeron mayoría, ni mucho menos: por el contrario, las reacciones más habituales oscilaron entre la incredulidad y alguna forma más o menos radical de disonancia cognitiva (Festinger, 1975).

Comencemos por la incredulidad literal: no fueron pocas las personas que cuando les contaba mi nueva agenda pensaban que se trataba de alguna broma elaborada o de mal gusto, una especie de “cámara oculta” cuyos propósitos no terminaban de vislumbrar. Cuando respondía a su propia perplejidad con la mía y les preguntaba qué era lo que les parecía tan increíble, me respondían con certeza apodíctica que no tenía sentido tomar una decisión que implicaba a todos los efectos tirar por la borda una trayectoria que me había dado una posición, si no exitosa, al menos más o menos establecida y reconocible en un campo del que dominaba los criterios de permanencia, promoción y reconocimiento y que por lo tanto –y suponiéndome una persona mínimamente sensata– no podía estar hablando en serio. A medida que pasaba el tiempo y comenzaban a acumularse las evidencias en favor de la seriedad de mi propósito, estas personas se pasaban *volens volens* a las filas del siguiente grupo: las aquejadas por un caso agudo y visible de disonancia cognitiva.

Tenemos en primer lugar a quienes, luego de recibir una larga y entusiasta explicación de mi condición y propósitos, me respondían con un *non sequitur* digno de Homero Simpson, concluyendo que lo que iba a hacer era una etnografía del Laboratorio à la Latour (Latour & Woolgar, 1986; Latour, 1987). Más singular aún era el caso de quienes asentían a toda mi explicación, declaraban comprender, aceptar y acompañar mi entusiasmo y en nuestro siguiente encuentro, apenas unas semanas o un par de meses más tarde, se comportaban como si la conversación entera no hubiera tenido lugar, y me interpelaban en términos de mi anterior agenda etnográfica. Cuando les recordaba con consternación nuestro último diálogo, parpadeaban un par de veces y luego de un incómodo silencio cerraban el intercambio con un “ah, cierto” y una expresión civil de buenos deseos¹⁹.

Más cerca del blanco, encontramos a quienes rápidamente me interrumpían para clasificar mi proyecto como “*antropología biológica*”, permitiéndome y concediéndome la posibilidad de conservar la filiación identitaria más amplia en términos del ya mencionado *sacred bundle* boasiano. Pero aún esta sencilla y tranquilizante estrategia conciliadora parecía requerir una renuncia a la que buena parte de mis antiguos colegas no quería o no podía ceder. Cerradas todas las vías anteriores, solo quedaba la posibilidad de un fideísmo tozudo que el propio Tertuliano hubiese envidiado, y que se refugiaba en la convicción

19 Una vez más, no se trata de una epidemia de casos de amnesia anterógrada, sino de esas formas institucionales de la memoria y del olvido a las que ya hemos hecho referencia (Douglas, 1986).

inconmovible de que hiciera lo que hiciera no podría escapar a mi destino de antropólogo social y de etnógrafo, puesto que como “una vez antropólogo, siempre antropólogo”²⁰.

Como puede verse, la premisa básica subyacente a todas estas reacciones, con mayor o menor grado de explicitud y autoconsciencia, es siempre una y la misma: *nulla salus extra anthropologia*. Como ya hemos señalado, una vez descubierta la verdadera fe y consumada la conversión mediante un sacramento que imprime carácter, no hay ni puede haber vuelta atrás. *Ab impugnatione veritatis agnitæ, libera nos, Sancte Spiritus*. Todo ocurre como si se asumiera por defecto que una persona advenida, acogida y reconocida por la comunidad antropológica, no puede querer sino reclamar pertenencia perenne a ella, *toto corde et animo volenti*. Así, cuanto más protestaba yo que lo que estaba haciendo no era tanto “hacer antropología” como aplicar competencias adquiridas en el marco de una formación general en sede antropológica y reconducibles en parte a ella pero incompatibles con lo que la propia comunidad antropológica reconoce como tal, con mayor vehemencia insistían –en ocasiones al punto de la desesperación– en que lo que yo hacía, estaba haciendo y haría hoy y por siempre jamás sería antropología y ninguna otra cosa, y que negar este hecho irrecusable era simple estulticia de mi parte. Como bien saben quienes conocen a los antropólogos locales, las ubicuas advertencias respecto del carácter múltiple, contingente, situacional, construido, negociado y cambiante de las identidades y de la correlativa ingenuidad de cualquier esencialismo vale para todos los casos menos, claro, el de la propia identidad de antropólogo, la cual, según todo indica, solo puede predicarse de manera irredentista²¹.

6. El CONICET y la ilegibilidad de las trayectorias interdisciplinarias

Como quiera que sea, al cabo de seis u ocho meses esos comentarios fueron disipándose, no tanto por mi competencia retórica como por la fuerza aplastante e irrecusable de los hechos. Así, a medida que el tiempo pasaba, el otrora “soy antropólogo” se iba transformando pacíficamente en “vengo de la antropología y trabajo cuestiones de código neuronal con herramientas de la lingüística en un Laboratorio de Neuroingeniería” bajo la irresistible modalidad del hecho consumado. Las preocupaciones de mis antiguos colegas, sin embargo, no cesaron del todo; acalladas sus antiguas querellas identitarias, sin embargo, la inquietud y la curiosidad viraron en otra dirección, esta sí más pragmática, atendible y

20 Apenas hace falta aclarar que “antropólogo” está siendo utilizado aquí (al igual que en los párrafos inmediatamente siguientes) en clave de sinécdoque para “antropólogo social” o “sociocultural”, en el sentido ya mencionado.

21 Como nota de color, luego de la impotencia y el hastío suscitado por varios meses de oír una y otra vez los mismos parallogismos, decidí responder a ellos en bloque, mediante la escritura de una suerte de manifiesto deliberadamente condescendiente e irónico que llevó el kantiano título de “Sobre un cierto tono esencialista adoptado acríticamente en Antropología”. Si bien por razones obvias el texto permanece inédito, el mismo fue enviado a modo de respuesta automática ante todas aquellas interpelaciones que se resistían o me denegaban por principio la posibilidad de devenir otra cosa que lo que ellos pensaban que debía ser y seguir siendo.

sociológicamente sensata, y que involucraba la pregunta por las condiciones objetivas de mi subsistencia material, que a su vez referían a mi relación con quien en mi carácter de investigador funge como financiador de primera y última instancia: el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET).

El CONICET es la principal institución que sostiene, financia y evalúa la actividad científica profesional en la República Argentina. Trabajar como investigador en nuestro país implica, en la inmensa mayoría de los casos, acceder a la Carrera de Investigador Científico (CIC) y sortear con éxito evaluaciones anuales primero y bienales más tarde a los fines de conservar el cargo²². Asimismo y como su nombre lo indica, se trata de una carrera con escalafones que, a través de mecanismos selectivos de promoción, permite eventualmente acceder a categorías crecientemente más elevadas (con una módica mejora de ingresos a cambio una cantidad considerablemente mayor de nuevas responsabilidades laborales y administrativas). En este contexto, la pregunta acerca de mi relación con el CONICET podía leerse en varias claves, todas ellas transparentes para cualquier investigador mínimamente conocedor del oficio.

La primera de ellas tiene que ver con que todo el proceso da por supuesto una estrategia de acumulación, orientada y alimentada por el conocido principio de Mateo enunciado por Merton (1968). Si todo sale bien, se supone que a medida que los investigadores progresan en su carrera el costo relativo de seguir avanzando decrece, porque su posicionamiento en el campo se vuelve crecientemente central y se reciben, *ceteris paribus*, más citas, más invitaciones a colaborar y a publicar, más responsabilidades y cargos en el sistema científico y académico. Así las cosas, la estrategia más redituable suele implicar mantener un objeto o una agenda más o menos consistentes y reconocibles a lo largo de toda la trayectoria académica: en esas condiciones, el proceso de acumulación deviene más o menos lineal y relativamente más sencillo. Quienes por el contrario –como ya consigné a la hora de referirme a mi propio caso– reorientamos nuestros intereses con frecuencia periódica, lo hacemos bajo nuestra propia cuenta y riesgo, explícitamente advertidos de que una cantidad mayor o menor de capital académico (Bourdieu, 2008) se disipa irreparablemente en cada transición. Las invitaciones, ofrecimientos y citas decrecen de manera súbita, porque están dirigidas a otra persona, “experta” en la agenda precedente, y no a quien a todos los efectos es un recién llegado a un debate que en buena medida desconoce²³. Cambiar de agenda implica asimismo, como en parte he señalado, una puesta al día muchas veces costosa y demandante en tiempo y energía, que no suele materializarse (sobre todo en las primeras etapas) en las producciones que el sistema de evaluación solicita y reconoce –fundamentalmente publicaciones– a la vez que demanda la construcción de nuevas redes, nuevos vínculos y nuevos contactos que rara vez pueden capitalizar los beneficios obtenidos mediante las inversiones precedentes. Aquellas personas adictas como quien escribe al vértigo de “*empezar de nuevo*” y de “*remontar la curva de aprendizaje*”, dénse

22 Para más detalles, véase <https://evaluacion.conicet.gov.ar/procedimiento/> (consultado el 31 de mayo de 2024).

23 La condición de “recién llegado” a un nuevo tema, campo o subdisciplina, asimismo, suele despertar suspicacias e incluso resistencia activa por parte de los “establecidos” en él, quienes no suelen ver con buenos ojos la intromisión en un terreno que consideran suyo. Agradezco a Julieta Quirós el énfasis en este punto.

por advertidas. La curiosidad nos ofrece considerables premios en términos sustantivos, pero en lo que hace a las recompensas institucionales, los costos exceden con creces los beneficios.

La segunda clave de lectura tiene que ver con un rasgo de diseño de todo el ecosistema CONICET: prácticamente todo el dispositivo y sus procesos están diseñados sobre la base de una adscripción disciplinaria. No solo se ingresa a través de una Comisión Asesora Disciplinaria –incluida a su vez en una Gran Área que reúne disciplinas consideradas afines– sino que en lo sucesivo todos los procesos de evaluación y promoción pasan en primera instancia por la comisión pertinente. En mi caso particular ingresé a la CIC por mediación de la de Sociología y Demografía –temiendo, con razón o sin ella, que el estigma de mi manifiesta apostasía así como mi total ausencia de vínculos con las sedes por entonces hegemónicas de la formación y la práctica disciplinares causaran resquemores entre los evaluadores de la de Antropología e Historia– comprendida a su vez en la Gran Área de Ciencias Sociales y Humanidades²⁴.

La afirmación precedente, sin embargo, debe ser parcialmente cualificada. A la luz de la ya mencionada naturaleza colaborativa del trabajo en diversos campos, algunas Grandes Áreas han definido comisiones sobre una base más o menos temática. Así, encontramos la Comisión de Salud en la Gran Área de Ciencias Biológicas y de la Salud o la de Ambiente y Sustentabilidad en la de Ciencias Agrarias, de las Ingenierías y Materiales/Desarrollo Tecnológico y Social²⁵. Sin embargo, nada de esto aplica en principio a un investigador establecido de la Gran Área de Ciencias Sociales y Humanidades, sin vínculos dignos de mención con la problemática de la salud o la práctica de la ingeniería, pero que aún así aspira a realizar trabajo interdisciplinario en un espacio situado en la intersección de la una y de la otra. He aquí el punto preciso en que la lógica disciplinaria de la arquitectura de CONICET desconoce y desincentiva (cuando no penaliza) el trabajo interdisciplinario. Enfrentados a este marco fundamental, los perennes y recurrentes llamados, protestas, apologías y manifiestos en favor de la necesidad del trabajo interdisciplinario están condenados a permanecer en un estatuto meramente declamatorio, ya que cualquier agenda de estas características deberá enfrentarse al escollo formidable de una *real politik* que dificulta obtener retornos visibles, mensurables y retribuíbles en un sistema que no ha sido diseñado para volverla legible o siquiera reconocible.

Mi situación –proponer una agenda interdisciplinaria en el marco de una filiación reconociblemente disciplinar²⁶– era análoga, por consiguiente, a intentar encajar una pieza

24 El listado completo de Comisiones y Grandes Áreas puede encontrarse en <https://convocatorias.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/sites/3/GRANDES-AREAS-DEL-CONOCIMIENTO.pdf> (consultado el 31 de mayo de 2024).

25 Asimismo, y consciente de las limitaciones de esta base de adscripción disciplinar, el propio CONICET ha incorporado algunas estrategias híbridas, como la modalidad de convocatoria “Temas Estratégicos” (establecida a partir del año 2010), que articula el mecanismo de selección para el ingreso sobre la base de problemáticas específicas de naturaleza interdisciplinaria. Aún así, sigue siendo cierto que varias de estas líneas guardan afinidad electiva con disciplinas específicas, y que en cualquier caso la adscripción de los investigadores sigue siendo en último término disciplinaria (Sarhou, 2023).

26 A la hora de una postulación o una presentación en CONICET, el primer paso implica seleccionar una “disciplina científica” y, dentro de ella una “disciplina desagregada”, un “campo de aplicación” y una “especialidad”. Una de las soluciones a la que podemos recurrir quienes pertinazmente queremos desarrollar

cilíndrica en un orificio prismático. Tampoco contaba por entonces con el capital suficiente como para intentar coronar con alguna posibilidad de éxito un movimiento más audaz hacia alguna área más afín (como la ya mencionada comisión de Salud). Lo que sí me quedaba claro es que en el marco de la comisión en la que había permanecido desde mi ingreso –rebautizada como “Sociología, Comunicación Social y Demografía”– difícilmente pudiera justificar mi agenda. Necesitaba migrar a un área lo suficientemente próxima como para que el cambio resultara verosímil y practicable, pero en la que al mismo tiempo pudiera alojar y justificar mis nuevos intereses²⁷.

La solución, una vez más, llegó de manera imprevista, aunque retrospectivamente pueda parecer demasiado obvia. Como elípticamente he señalado en los párrafos precedentes, mi nueva agenda de investigación tenía que ver con complementar (y ampliar) en el marco de una empresa colaborativa los modelos matemáticos utilizados en el análisis del código neuronal con procedimientos inspirados en la lingüística. Al mismo tiempo y a poco de comenzar a movilizar estas herramientas, encontramos –por pura *serendipity*– que el tratamiento que habíamos utilizado para convertir los datos generados a partir del registro de los impulsos eléctricos de las membranas de las neuronas a un formato que los volviera susceptible de análisis lingüístico permitía también una conversión ulterior a una forma musical (Noel, Mugno & Andres, 2023). La yuxtaposición de análisis paralelos en términos matemáticos, lingüísticos y musicológicos de la actividad del sistema nervioso registra –como cualquier lector así sea mínimamente familiarizado con la historia de la antropología sin duda habrá ya anticipado– un precedente tan insigne como ilustre: la antropología estructural de Claude Lévi-Strauss. Cuanto más reflexionaba a partir de esta imprevista filiación, más atractiva y convincente me resultaba la idea de que en cierto sentido la agenda que nos ocupaba podía entenderse como una continuación de su proyecto, en posesión de recursos y herramientas tanto conceptuales como materiales de las que él no disponía, y cuya inexistencia fue la principal responsable de que muchas de sus propuestas permanecieran en estado conjetural y su programa, trunco (Noel y Andres, en prensa). Inesperada y retrospectivamente, mis antiguos colegas terminaron teniendo algo de razón: al igual que *Monsieur Jourdain*, “*je dis de l’anthropologie sans que j’en susse rien*”. En consecuencia, y en la primera ocasión que se me presentó –mi informe reglamentario del año 2023– me trasladé a la comisión de Ciencias Antropológicas²⁸ con un proyecto intitulado “*Le structu-*

actividades de naturaleza interdisciplinaria implica completar los últimos registros con categorías residuales como “*Antropología-Varias*”, “*varias ciencias*”, “*varios campos*” o – en el último caso en el que la opción es abierta – “*práctica interdisciplinaria de la disciplina*”. Quienes quieran disfrutar del efecto entre irónico y cómico de este procedimiento pueden consultar mi perfil en el buscador de CONICET, en https://www.conicet.gov.ar/new_scp/detalle.php?id=33291&keywords=noel%2Bgabriel%2Bdavid&datos_academicos=yes (consultado el 31 de mayo de 2024).

27 Los investigadores pueden especificar la Comisión Evaluadora disciplinar a la que quieren someter su informe reglamentario. Los cambios no son demasiado frecuentes, y suelen tener lugar en el ámbito de comisiones más o menos vecinas dentro de una misma Gran Área y entre las cuales puede suponerse que los estándares y criterios de publicación, evaluación y referencia son mayormente equivalentes y recíprocamente legibles.

28 Cabe aquí una aclaración: si bien originalmente la mencionada comisión llevaba por nombre “Antropología e Historia” y su primer componente abarcaba los cuatro campos repetidamente mencionados, eventualmente la especialización y la divergencia también señaladas impulsaron la necesidad del cisma. Por consiguiente, se creó una nueva comisión de Arqueología y Antropología Biológica y escindida de Historia (y

ralisme aujourd'hui: una actualización de la agenda estructuralista a partir de perspectivas contemporáneas en matemáticas, lingüística y neurofisiología”²⁹.

7. La ininteligibilidad relativa de los criterios de evaluación entre disciplinas

Resuelta la cuestión de la adscripción disciplinaria por la vía de lo que podríamos llamar “el retorno de lo reprimido”, mis problemas no han hecho más que comenzar. Y el cambio al pretérito perfecto anuncia el comienzo del fin de este relato a medida que nos aproximamos a mi coyuntura presente. He hecho referencia en numerosas ocasiones a la cuestión de la legibilidad y la visibilidad del trabajo de investigación objetivado en los instrumentos de registro y evaluación que CONICET moviliza a la hora de evaluar nuestra producción y trayectoria. Ahora bien: mi desplazamiento implica a todos los efectos que mi trabajo sucesivo será evaluado, en primera instancia, por colegas que han sido formados y que han desarrollado su actividad profesional en el ámbito de la antropología sociocultural, y cuyas prácticas de interpretación y reconocimiento de la actividad científica están, como es de esperar, ajustadas a las singularidades de ese campo. Mis prácticas contemporáneas, sin embargo, no responden a los mismos estándares y son ilegibles desde ellos, con lo cual el terreno está abonado para un desajuste weberiano de expectativas recíprocas no exento de consecuencias deletéreas y nada desdeñables para mi carrera y para mi futuro en ella. Tal presagio, por pesimista que pueda parecer, es cualquier cosa menos infundado, puesto que descansa en una extensión de mi propia experiencia reflexiva de aprendizaje en el seno de un nuevo espacio y de una nueva agenda, y en la enorme cantidad de supuestos, convenciones y hábitos irreflexivos que tuve que reconocer, dismantelar y reemplazar por sus correlatos respectivos.

Comencemos por las más obvias: en primer lugar, las indexaciones que utilizamos habitualmente para evaluar la calidad de los *journals* son reemplazadas por métricas que deben ser aprendidas y de las cuales las más conocidas son los *impact factors*. Más importante aún: como mencionamos al inicio de este texto, en el mundo de las ciencias sociales se valora la autoría individual por sobre la colectiva y las producciones con más de dos o tres autores se hacen acreedoras instantáneas a un manto de suspicacia. Como hemos también señalado, la situación es exactamente la contraria en mi nuevo campo, donde *papers* prestigiosos, de alto impacto y enormemente influyentes pueden superar con facilidad la decena de autores. La atribución de autoría, asimismo, transcribe y pone de manifiesto una compleja geometría de alianzas, colaboraciones, compromisos e historias institucionales que resulta tan transparente al interior del campo como ilegible para los *outsiders*. Incluso el aspecto aparentemente más evidente y visible de esta práctica –el orden de autores– se

transmigrando al plural adoptado de “*Filo*”) la comisión de Ciencias Antropológicas usufructuó la sinonimia habitual entre la denominación genérica y la antropología sociocultural.

29 La justificación y el plan de trabajo correspondientes pueden consultarse en https://www.academia.edu/105432662/_Le_structuralisme_aujourd'hui_Plan_de_Trabajo_CONICET_ (consultado el 31 de mayo de 2024).

pierde en la traducción: si en las ciencias sociales la sucesión de nombres debe ser leída como una jerarquía que va de mayor a menor en términos de contribuciones y responsabilidades³⁰, en mi nuevo campo las posibilidades de interpretación de la secuencia varían y requieren complejas competencias adicionales de lectura. Lo más habitual es que implique una estructura espejada y simétrica de dos mitades, donde primero van los contribuyentes *junior* en grado decreciente de importancia, seguidos de los *senior*, pero esta vez en grado creciente. Al mismo tiempo el orden expresa al menos en parte el rol jugado en el proceso y el producto: el primer autor del *paper* es quien ejecuta el experimento. Los autores intermedios son quienes han realizado contribuciones adicionales y necesarias. Lejos de representar una contribución mínima, nominal o negligible, el último autor ocupa el lugar de destaque: es el director y el responsable por la idea general (y en el extremo por el proyecto colectivo o la agenda temática más amplia de la que el texto forma parte y en el marco de la cual adquiere su sentido). Algo similar ocurre con el idioma: allí donde publicar en inglés, aunque ocasionalmente valorado, no es esencial en el mundo de las ciencias sociales³¹, no existe otra opción en mis nuevos dominios, salvo en el caso puntual de comunicaciones, como ponencias o *posters*, dirigidos a públicos estrictamente locales³².

Todo esto, por su parte, aún cuando puede resolverse con un *modicum* de esfuerzo por parte de los miembros de una putativa comisión evaluadora, refiere a una única dimensión de la práctica profesional –la producción individual en ciencia básica– que como hemos también sugerido no es necesariamente la principal ni la destinataria de los mayores esfuerzos. La naturaleza colaborativa del trabajo interdisciplinario en el marco del Laboratorio requiere no solo de sus investigadores una participación más o menos ubicua y constante en muchos de los proyectos en curso, ya sea directa o indirectamente sino, sobre todo, de un rol activo en la formación y coordinación de equipos. Aún cuando todos los proyectos sean siempre deudores del interés, iniciativa, curiosidad o habilidades específicas de un investigador formado o en formación, ninguno de ellos puede realizarse en

30 Salvo en el caso explícito y muy habitual de contribuciones comparables y responsabilidades compartidas en el que se utiliza el recurso al orden alfabético.

31 Lo cual, como se ha señalado más de una vez, tiene completo sentido en el marco de la peculiar geopolítica del conocimiento y en especial el efecto deletéreo de las formas de ignorancia asimétrica reconocidas por Dipesh Chakrabarty (2000), qvv. Ribeiro y Escobar (2008).

32 A exclusivos fines de exhaustividad, enumero *en passant* algunas otras cuestiones que tuve que aprender en mi transición a mi nuevo campo a otro. Los *papers* se leen (y se escriben) comenzando por las figuras y las tablas y sus pies (a partir de lo cual un lector competente debería ser capaz de entender el contenido completo sin necesidad de recurrir al texto). Las contribuciones a revistas tienen editores individuales y los referatos se prolongan indefinidamente hasta la plena satisfacción de todos los evaluadores (en lugar de la única ronda con revisita del evaluador o, más frecuentemente del editor que suele ser la norma en ciencias sociales). La evaluación es muchas veces anónima solo de un lado (los evaluadores saben quién escribió el texto que están evaluando) y solo temporalmente (al momento de la publicación la identidad de los evaluadores es revelada), se pagan cantidades siderales (estamos hablando literalmente de miles de dólares) para publicar en modo *open access*. A veces no existe otra opción, con lo cual toda la operación se transforma en una forma elaborada de chantaje. Aunque en ocasiones existe la alternativa de sepultar el *paper* detrás de un *paywall* que lo volverá ilegible para cualquier persona alojada fuera de una institución próspera del primer mundo, nadie escribe libros excepto un puñado de figuras legendarias, en muchos casos pertenecientes a una mítica Edad de Oro perdida en el pasado.

solitario: por el contrario, son el resultado mancomunado del trabajo de un equipo³³, que requiere de sus participantes más avezados una dedicación a la formación, la coordinación y la supervisión que excede el menguado puntaje que las comisiones evaluadoras suelen asignar al rubro “Formación de Recursos Humanos”, el cual está pensado y se expresa en términos de una suma de relaciones diádicas e individualizadas entre directores y sus tesistas o becarios.

Que la responsabilidad fundamental de los investigadores formados es coordinar y dirigir equipos es una proposición apodíctica en el mundo de las ciencias de laboratorio, pero mi ignorancia respecto de esta condición fue uno de los escollos que me dificultó durante mucho tiempo entender la naturaleza última de la “colaboración” que la Dra. Andrés me había propuesto desde un principio. Mi putativa presencia e inserción en el LabNIng excedían la demanda de llevar adelante una agenda interdisciplinaria de investigación básica o la posibilidad de sumar mi contribución personal a los proyectos nuevos o en curso. Lo más importante del proceso involucraba la expectativa y el firme compromiso de “*formar equipo*”, es decir reclutar, entrenar, acompañar, supervisar y producir en manera conjunta con otras personas provenientes de las ciencias sociales en general (y de la antropología en particular) interesadas en emprender una trayectoria análoga a la mía, contribuyendo en consecuencia a extender una red interdisciplinaria que ampliara el repertorio colectivo de competencias y habilidades disponibles.

La puesta en práctica efectiva de esta empresa comenzó a materializarse apenas un semestre después de mi desembarco efectivo, cuando en el marco de un dispositivo formativo de las Licenciaturas en Sociología y Antropología Sociocultural de la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales de la UNSAM –las Horas de Investigación³⁴– comenzamos a reclutar estudiantes de grado interesados en realizar prácticas en “*el Labo*”. La convocatoria terminó por incorporar en forma permanente a cuatro estudiantes que optaron por realizar su investigación de tesina en el marco de proyectos de diverso grado de avance y desarrollo, y en colaboración directa con estudiantes y graduados de Ingeniería Biomédica que se encuentran trabajando en los suyos, con el apoyo y supervisión de sus directores respectivos (lo cual, obviamente, me incluye)³⁵. Actualmente, la inmensa mayoría de los proyectos de desarrollo tecnológico en curso están articulados sobre la base de un equipo interdisciplinario cuyo núcleo fundamental combina principalmente estudiantes de ingeniería y de antropología, trabajando a la par en un proceso de co-diseño en el cual los insumos de una y otra disciplina revisten similar y crucial importancia. Todos

33 A los fines de ilustrar esta afirmación, se recomienda consultar la sección correspondiente a los Proyectos del propio Laboratorio: <http://www.labning.com.ar/#investigacion> (consultado el 31 de mayo de 2024).

34 Las Horas de Investigación forman parte del Programa de Formación por Créditos y tienen por objetivo ofrecer estancias breves en equipos/proyectos de trabajo, de un semestre de duración, a estudiantes promediando la carrera, con el fin último de ponerlos en contacto con potenciales directores para sus tesinas de grado.

35 Se trata de Cecilia Cruz Molina (proyecto “Enfermedad de Parkinson”), Emma Coso Kordon (proyecto “Ataxia”), María Sol Sayago (proyectos “Infarto Agudo de Miocardio” y “Cardiopatías Congénitas”) y Rodrigo Ruiz Menna (proyecto “Relleno Capilar”). Las tres primeras realizan su trabajo de tesina bajo mi dirección y el último bajo la de la Dra. María Soledad Córdoba. La descripción de los proyectos y los equipos completos puede consultarse en <http://www.labning.com.ar/#investigacion> (consultado el 31 de mayo de 2024).

ellos han empezado ya a materializarse en producciones académicas conjuntas (posters, presentaciones en congresos, premios) dirigidas al público de la Ingeniería Biomédica y las Neurociencias –y, más lentamente, también al de la Antropología y las ciencias sociales– en los cuales he participado (junto con otros investigadores formados del Laboratorio) en carácter de coautor y supervisor³⁶.

Una vez más, la pregunta acerca de qué, cómo y cuánto de esto pueda ser leído, ponderado y valorado por una comisión evaluadora de antropólogos sociales y culturales permanece abierta. Máxime cuando los proyectos del Laboratorio de Neuroingeniería se orientan no solo a la publicación de conocimiento bajo la modalidad habitual y reconocible de *papers* y presentaciones sino, fundamentalmente, a su traducción en dispositivos tecnológicos de diagnóstico que puedan ser incorporados a la práctica clínica de la medicina. Como bien se sabe, la distinción entre ciencia “básica” y “aplicada” –así como la jerarquización relativa de la primera sobre la segunda– permea grandes áreas del sistema científico³⁷, y el CONICET no es la excepción. En este sentido, hemos sido testigos a lo largo de los últimos años de diversos intentos para incorporar y jerarquizar la dimensión ‘aplicada’ de la práctica científica en el sistema, que incluyeron desde la creación de una quinta e incongruente Gran Área dedicada a Tecnología (posteriormente reabsorbida) a la ya mencionada incorporación de la modalidad “Temas Estratégicos” o la posibilidad de solicitar una vía de evaluación alternativa a la habitual sobre la base de los denominados PDTs (Proyectos de Desarrollo Tecnológico y Social), ambas aún vigentes. Todas estas soluciones y parches sin embargo, siguen presuponiendo una disyunción excluyente que implica una opción o bien por la ciencia básica (por *default*) o bien una adhesión explícita a la aplicada. Más recientemente esta situación claramente inadecuada ha sido abordada a través de una serie de directivas enfáticas (si bien estrictamente no vinculantes) a las Comisiones Evaluadoras, que las instan a mostrarse abiertas y sensibles a la pluralidad de trayectorias por fuera del monocultivo maximizador de *papers*³⁸. Todo esto se aplica con mayor intensidad, si cabe, en el mundo de las ciencias sociales y en especial en el de la antropología, en las cuales pese a una larga historia y tradición en contrario, sus practicantes suelen muchas veces

36 A los fines de no multiplicar las referencias baste con mencionar dos presentaciones colectivas (una de ellas publicada en un volumen colectivo por Springer) en ocasión del XXIV Congreso de Bioingeniería y XIII Jornadas de Ingeniería Clínica (SABI Estudiantil) del año 2023 y la obtención de varios premios en el Concurso IB50K para tecnoemprendedores del Instituto Balseiro en el mismo año.

37 Aún cuando en campos con un énfasis inherentemente aplicado como la Ingeniería o la Medicina, esta relación en ocasiones se invierte, existe amplia evidencia de que la jerarquización asimétrica está lejos de desaparecer. Como han señalado en entrevistas públicas varios de los responsables por muchas de las tecnologías desarrolladas durante la pandemia de COVID-19 de los años 2020 y 2021 (en especial el exitosísimo barbijo Atom Protect, desarrollado conjuntamente por la UBA, la UNSAM, CONICET y la empresa Kovi), sus informes reglamentarios con frecuencia le “*bajaban el precio*” a sus contribuciones sustantivas a tecnologías comercialmente disponibles que salvaron literalmente miles de vidas a la vez que reclamaban una mayor producción de *papers* (Córdoba et al, 2022).

38 Esta política de evaluación reconoce como hito fundamental la adhesión explícita de CONICET a la declaración de San Francisco sobre la Evaluación de la Investigación (DORA) en 2021 y su apoyo en el mismo sentido al Manifiesto de Leyden sobre indicadores de investigación. La declaración puede consultarse en <https://sfedora.org/read/read-the-declaration-espanol/>, el manifiesto en <http://www.leidenmanifesto.org/> y el documento de CONICET sobre criterios de evaluación en <https://convocatorias.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/sites/3/3-CRITERIOS-DE-EVALUACION.pdf> (consultado el 31 de mayo de 2024). Agradecemos a Melina Fischer las referencias.

minimizar o esconder sus contribuciones “aplicadas”, máxime si tienen algún tipo de relación con el sector privado, *fons et origo* de toda contaminación. Así las cosas la incertidumbre para alguien que, como quien escribe, ha optado por hacer ambas cosas a la vez no puede menos que verse multiplicada.

Como quiera que sea, mi peculiar experimento sigue su curso. Qué tan viable haya de resultar enfrentado a la *realpolitik* de la práctica profesional de la ciencia en la Argentina contemporánea y en la trayectoria concreta de un investigador proveniente de la antropología social que le ha dado la espalda a la corriente principal de su (sub)disciplina es una pregunta que solo podrá responderse en el futuro y en forma retrospectiva. Sean cuales fueren los desarrollos ulteriores, confiamos en que la presentación de estos resultados preliminares (con todas sus limitaciones) hayan contribuido y sigan contribuyendo a una reflexión informada acerca de los alcances y posibilidades de nuestras competencias de base antropológica fuera de sus cotos habituales, familiares y esperables de despliegue.

Agradecimientos

Además de las decenas de personas que acompañaron, orientaron, estimularon e hicieron posible el sinuoso proceso aquí reconstruido (y que son demasiado numerosas no solo para nombrarlas sino siquiera para evocarlas con alguna pretensión de exhaustividad) quiero agradecer muy particularmente su aliento, acompañamiento, lecturas, sugerencias y comentarios a Analía Menéndez, Carolina Álvarez Ávila, Cecilia Ferraudi Curto, Daniel Míguez, Daniela Andres, Gianfranco Bianchi, Gloria D'Alessio, José Garriga, Julieta Quirós, María Soledad Córdoba, Marina Moguillansky, Melina Fischer, Micaela Venezia, Oscar Filevich, Sergio Visacovsky, Silvina Merenson, Teresa Politi, Valeria Priotti y Yanina Faccio (enumerados por estricto orden alfabético para evitar la ambigüedad de las jerarquizaciones arriba mencionadas). Como de costumbre, ni mi reconocimiento ni mi mención de sus nombres implica que estén o hayan estado de acuerdo conmigo ni con los acontecimientos que resultaron en este *paper*: por más que muchos de éstos no hubieran tenido lugar de no mediar nuestro diálogo, la responsabilidad definitiva por su forma final es exclusiva responsabilidad mía (en muchos casos en oposición explícita a sus sensatos y prudentes consejos).

Recibido 26 de mayo de 2024. Aceptado el 2 de noviembre de 2024

* **Gabriel D. Noel** es Antropólogo (UNLP), Doctor en Ciencias Sociales (UNGS), e Investigador del CONICET en el Laboratorio de Neuroingeniería (LabNing) del Instituto de Tecnologías Emergentes y Ciencias Aplicadas de la Universidad Nacional de San Martín (ITECA/ECyT-UNSAM). Se desempeña asimismo como Profesor Titular de la Licenciatura en Antropología Social y Cultural en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de San Martín (EIDAES-UNSAM). Contacto: gnoel@unsam.edu.ar

Bibliografía

- Andres, Daniela S. (2015) "The language of neurons: theory and applications of a quantitative analysis of the neural code" en Costa, A. y E. Villalba, *Horizons in Neuroscience Research*, Nova Science Publishers.
- Andres, Daniela S., Daniel Cerquetti y Marcelo Merello (2015) Neural code alterations and abnormal time patterns in Parkinson's disease. *J. Neural Eng.*, 12, 026004.
- Andres, Daniela S., Daniel Cerquetti, Marcelo Merello y Ruedi Stoop (2014). Neuronal entropy depends on the level of alertness in the Parkinsonian globus pallidus in vivo. *Front. Neurol.* 5:96, disponible en doi:10.3389/fneur.2014.00096
- Bartolomé, Leopoldo (Coord.) (2007) "Argentina: la Enseñanza de la Antropología social en el Contexto de las Ciencias Antropológicas. Informe para la Investigación" en *A Distributed and Collective Ethnography of Academic Training in Latin American Anthropologies*, Latin American Working Group of the Wan Collective.
- Birdwhistell, Ray (1971) *Introduction to Kinesics*, Hassell Street Press.
- Birdwhistell, Ray (1971) *Kinesics and Context. Essays on Body Motion Communication*, University of Pennsylvania Press.
- Bloch, Maurice (2001) "A well-disposed social anthropologist's problems with memes", *Essays on Cultural Transmission*, Berg.
- Boas, Franz (1904) The History of Anthropology. *Science*, 20(512), 513–524.
- Bourdieu, Pierre (2008) [1984] *Homo Academicus*, Siglo XXI.
- Chakrabarty, Dipesh (2000) *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton University Press.
- Chomsky, Noam (1972) [1965] *Lingüística Cartesiana*, Gredos.
- Chomsky, Noam (1983) [1980] *Reglas y Representaciones*, FCE.
- Chomsky, Noam (1999a) [1957] *Estructuras Sintácticas*, Siglo XXI.
- Chomsky, Noam (1999b) [1965] *Aspectos de la Teoría de la Sintaxis*, Gedisa.
- Chomsky, Noam (1999c) [1995] *El Programa Minimalista*, Alianza.
- Córdoba, María Soledad, Luana Ferroni, María Sol Hurtado de Mendoza, Karen Azcurra Clara Smal, Pedro Munaretto, Gisele Andrea Bilański, Michay Diez y Mariana Smulski (2022) "Atravesar el "valle" entre el laboratorio y la sociedad. Experiencias de transferencia científico-tecnológica en Argentina durante la pandemia por COVID-19, *Ucronías*, 5, <https://doi.org/10.5281/zenodo.6727181>
- de Saussure, Ferdinand (2005) *Curso de Lingüística General*, Losada.
- Douglas, Mary (2007) [1966] Pureza y Peligro. Un Análisis de los conceptos de contaminación y tabú, Nueva Visión.
- Douglas, Mary (1986) *Cómo piensan las instituciones*, Alianza.
- Festinger, León (1975) [1957] *Teoría de la Disonancia Cognoscitiva*, Instituto de Estudios Políticos.
- Forrest-Blincoe, Badger y John Forrest (2022) Repacking the Sacred Bundle: suggestions for teaching Four-Field Anthropology, *Teaching and Learning Anthropology Journal*, 5(2), 38–56.
- Hockett, Charles (1971) *Curso de Lingüística Moderna*, EUDEBA.

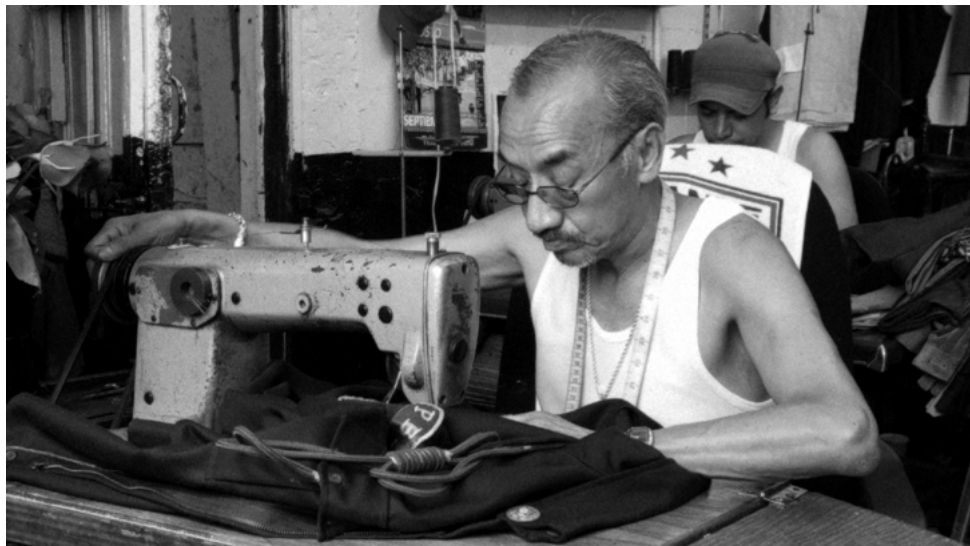
- Ingold, Tim (2015) Desde la complementariedad a la obviación: sobre la disolución de los límites entre la antropología social, biológica, arqueología y psicología. *Avá. Revista de Antropología*, 26, 12-51.
- Jackendoff, Ray (1974) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, MIT Press.
- Jakobson, Roman (1975) *Ensayos de Lingüística General*, Seix-Barral.
- Katz, Jerrold J. y Jerry A. Fodor (1963) "The structure of a semantic theory" en Katz, Jerrold J. & Jerry A. Fodor (Eds.) (1964) *The Structure of Language*, Prentice-Hall.
- Kuper, Adam (2001) "If memes are the answer... what is the question?", Aunger, Robert (ed) *Darwinizing Culture: The Status of Memetics as a Science*, Oxford University Press.
- Latour, Bruno (1987) *Science in Action: how to follow scientists and engineers through society*, Harvard University Press.
- Latour, Bruno & Steve Woolgar (1986) *Laboratory Life. The construction of scientific facts*, Princeton University Press.
- Lévi-Strauss, Claude (1987) [1954] "Lugar de la Antropología entre las Ciencias Sociales y Problemas Planteados por su Enseñanza", *Antropología Estructural*, EUDEBA.
- Lévi-Strauss, Claude (1992) [1955] *Tristes Trópicos*, Paidós.
- Lounsbury, Floyd G. (1964) "Análisis estructural de los términos de parentesco", en Todorov, Tzvetan (1966) *Investigaciones Semánticas*, Nueva Visión.
- Merton, Robert K. (1968). "The Matthew Effect in Science", *Science*, 159(3810), 56-63.
- Noel, Gabriel D. (2013) "De los códigos a los repertorios: algunos atavismos persistentes acerca de la cultura y una propuesta de reformulación", *RELMECS*, 3(2).
- Noel, Gabriel D. (2017) Ni lo uno ni lo otro, sino todo lo contrario. Las limitaciones del dualismo rural-urbano en el abordaje de la región costera del Río de la Plata y algunas propuestas de reconceptualización. *Tessituras*, 5, 129-170.
- Noel, Gabriel D. (2021a) "Contribuciones inalienables: algunas reflexiones sobre las condiciones de posibilidad para la reevaluación de la evidencia etnográfica". *Cuadernos de Diseño*, 21:23-36.
- Noel, Gabriel D. (2021b) "Lo Individual en lo Colectivo: Historia Natural de una Articulación Virtuosa entre un Programa de Investigación y una Tesis Doctoral". *Cuestiones Criminales*, 4(7/8), 698-722.
- Noel, Gabriel, Lionel Mugno y Daniela S. Andres (2023) "From signals to music: a bottom-up approach to the structure of neuronal activity", *Front. Syst. Neurosci.*, (17).
- Noel, Gabriel y Daniela S. Andres (en prensa) "La mirada alejada: reivindicaciones, reformulaciones y reactualizaciones de la obra de Claude Lévi-Strauss más allá de las Ciencias Sociales y Humanas", en Visacovsky, Sergio (Ed.) *El Pensamiento Salvaje, de Claude Lévi-Strauss: Vigencia y Legado para la Antropología*, Antropofagia.
- Ribeiro, Gustavo Lins y Arturo Escobar (2008) "Antropologías del Mundo: Transformaciones Disciplinarias dentro de Sistemas de Poder", en *Antropologías del Mundo. Transformaciones Disciplinarias dentro de Sistemas de Poder*, Enviñón Editores.
- Sapir, Edward (1991) [1921] *El Lenguaje. Introducción al estudio del habla*. FCE.
- Sarthou, Nerina (2023) "Las becas CONICET para Temas Estratégicos: balance y desafíos". *Ciencia, Tecnología y Política*, 6(10): 091.
- Shannon, Claude (1948) A Mathematical Theory of Communication. *The Bell System Technical Journal*, 27, 623-656.

Stocking, George (2002) “Delimitando la antropología: reflexiones históricas acerca de las fronteras de una disciplina sin fronteras” en *Revista de Antropología Social*, (11), 11-38

Tsing, Anna Lowenhaupt (2023) *Los hongos del fin del mundo. Sobre la posibilidad de vida en las ruinas capitalistas*. Caja Negra.

La once

Gerardo Barroso Alcalá y Lisa Tillinger



Sinopsis. *Calle López* mira con ojos etnográficos un radio de 100 metros sobre una de las calles más estruendosas y vivas del casco histórico de la Ciudad de México. Entre el documental microsocial y la sinfonía urbana, hilvana el relato de personajes que trabajan y viven en la calle López, moviéndose entre talleres, cocinas públicas y el ritmo callejero.

Ficha Técnica

Dirección, guión y fotografía: Gerardo Barroso Alcalá y Lisa Tillinger

Música: Galo Durán

Duración: 81 minutos

País: México

Disponible en Mubi



Firenze, 2024. El año en que se hicieron visibles las redes. Imagen Carlos Campos 2024.

El Atasco

Carlos Campos*

RESUMEN: El Atasco está escrito desde un futuro improbable, situado geográficamente en Florencia, Italia, y temporalmente en 2024, durante los días en los que en el mundo las redes se volvieron visibles al ojo humano. Como escribiera Ítalo Calvino, los protagonistas pueden percibir “intersecciones de campos de fuerza, diagramas vectoriales, haces de redes que convergen, divergen, se refractan”, que inmediatamente constituyen en el nuevo paisaje urbano. Frente a semejante transformación, un grupo de jóvenes, guiados por una informática llamada Jussi, colonizan virtualmente parte de las celdas visibles al atardecer, estableciendo un nuevo espacio en disputa en el seno mismo de la ciudad. El Atasco desde su planteo ficcional habla del poder y la dominación de las grandes fuerzas económicas y políticas, del poder de su pisada, de la relación de los habitantes de la ciudad con el espacio público, y de la necesidad de actualizar constantemente esta tensión como un verdadero territorio en disputa.

El Señor Palomar está inmerso en un mundo descorporizado, intersecciones de campos de fuerza, diagramas vectoriales, haces de redes que convergen, divergen, se refractan. Pero dentro de él sigue habiendo un punto en el que todo existe de otra manera, como una

maraña, como un grumo, como un atasco: la sensación de que estás aquí pero podrías no estar, en un mundo que podría no estar pero está.

Ítalo Calvino. La espada del sol. Palomar.

Desde hace ya algunas semanas la ciudad está hecha un hervidero. Al principio todos salían a la calle al atardecer, como tratando de ver sin saber qué ver. Y de vez en cuando, como quien asiste al momento en el que cae el primer copo de nieve del invierno, escuchábamos algún grito de sorpresa. ¡Ahí está! ¡Lo vi! ¿Dónde? ¡Ahí, ahí adelante! ¿Cómo es? Y lentamente el proceso se fue haciendo más y más visible. Comenzaba como unas pequeñas variaciones geométricas del color del cielo. Una especie de malla triortogonal imperceptible parecía escandir el espacio en nuevos tonos de turquesa, de índigo, más tarde de magenta. Parecían píxeles enormes, que iban subdividiéndose a medida que pasaba el tiempo del atardecer con una cadencia líquida, al ritmo de una verdadera mitosis celeste. Estos píxeles (los llamamos así por no encontrar otro término mejor), se fundían con un cielo más oscuro en el cenit y más rojo en el horizonte a través de una especie de grilla despareja, que vibraba ligeramente si girábamos la mirada. Pero no todos veíamos los mismos píxeles, ni las mismas grillas. De manera que las discusiones acerca de la forma, el carácter y el tamaño de estos acontecimientos se convirtieron en moneda corriente. Y sin embargo, todos asistíamos a esta transformación del *tramonto fiorentino*, aunque estuviéramos mirando en distintas direcciones. Durante las primeras semanas, las más visibles estaban justo sobre el Arno, a la altura del *Ponte alla Carraia*. Más tarde se fue conformando una muy importante justo frente a la *torre de Arnolfo de Cambio*. Es relevante resaltar que durante las primeras cuatro o cinco semanas las transformaciones eran casi imperceptibles. De hecho sólo los más jóvenes las podíamos ver. Esto hizo que los ancianos no creyeran en lo que les contábamos exaltados, sino hasta que los patrones se hicieron elocuentes y permanentes. Para ese momento yo ya me había construido una pequeña celda, y podía verla titilar fácilmente desde la calle. Todos podíamos verla.

Fui uno de los primeros en construir en las nuevas conformaciones. Hice mi celda lo más grande y luminosa que pude de acuerdo a mi capacidad de cálculo. Más tarde se trató únicamente de expandirla poco a poco, volviendo a generar iteraciones cada vez más complejas, con textos y subtextos que componían *prompts* cada vez más específicos. No se trataba de textos exclusivamente técnicos, y acaso esta sea la característica más desconcertante. Los espacios que gestionábamos y obteníamos, pero sobre todo su crecimiento y expansión estaban ligados a un manejo poético y algo contradictorio de los algoritmos. Fue Jussi la primera en darse cuenta de que podíamos interactuar con los píxeles azules desde su aparición, durante los primeros días de abril. El cielo estaba componiendo sus nuevos fragmentos, como si se tratara de una especie de loteo de un espacio virgen, hasta ahora desapercibido, o simplemente pasado por alto por las corporaciones inmobiliarias. Una mañana Jussi vino a confirmarnos lo que finalmente había pasado, poniendo fin al misterio: estábamos viviendo en el año en que las redes finalmente se habían hecho visibles al ojo humano. El fenómeno se denominaba *El Atasco*, y técnicamente era la

primera consecuencia tangible de la digitalización del mundo. Comenzaba al atardecer, y se prolongaba hasta el alba. Las celdas se apilaban, se estiraban, se amontonaban en codos, tuberías, mallas casi imperceptibles y placas reflejantes. Estas conformaciones se debían a la ocupación de los espacios remanentes entre los edificios de la ciudad, como si estuvieran hechas para competir con su presencia monumental. Imaginen nuestra euforia cuando nos dimos cuenta de que podíamos colonizar el espacio entre las cosas, que nadie nos lo podía impedir, ya que el proceso se encontraba fuera de todo control.

No dudamos ni un instante. Luego de dos días y sus noches de ininterrumpido trabajo en red, y mientras los píxeles en el cielo seguían alternándose en una nueva paleta gelatinosa de colores a la vista de toda la ciudad, aparecieron nuestras primeras celdas. Se encendieron como si fueran pequeños *glitches*, errores, faltantes diminutos o fallas de registro de impresión en una fotografía. Pronto nos enteramos que el procedimiento que usábamos era muy popular en varias ciudades del mundo, que las celdas se reproducían a una velocidad vertiginosa, y que no paraban de expandirse dado que no éramos los únicos que intentábamos habitar la estructura. Me resulta imposible describir con palabras la emoción que sentí al pasar la primera noche en mi celda. Todavía éramos pocos los que ocupábamos la nueva estructura, y yo había conseguido establecerme, un poco a los empujones, justo frente a la Biblioteca Nacional, de espaldas a la antigua muralla. Esto me daba una perspectiva maravillosa del centro histórico y de parte del río. Sin embargo al poco tiempo comprendí que este espacio estaba muy lejos de ser permanente. El algoritmo garantizaba la ocupación en una grilla aleatoria, pero de ninguna manera la posesión definitiva de un espacio particular. Así, noche tras noche, vivíamos a distintas alturas y con distintos vecinos: el duomo, el palazzo Pitti, Santo Spirito, Santa Maria Novella o Santa Croce.

Los propietarios y habitantes de los palacios históricos estaban fuera de sí. También la Iglesia. Debido a esta ocupación virtual hubo protestas en todos los Congresos del mundo. Y en todas las cámaras inmobiliarias, sociedades de arquitectos, cámaras de turismo y consejos profesionales de urbanismo. Pero no pudieron detenernos. Como decía Jussi, habíamos dado con un raro fenómeno, similar al abandono de las propiedades de Berlín Oriental luego de la caída del muro. Allí ocurrió que al caer el muro, mientras todos huían hacia Berlín Occidental, el espacio abandonado de las viviendas se volvía público, vacío y disponible. Y cientos, miles de viviendas sobre las que no había título de propiedad en el estado socialista, fueron ocupadas por artistas, bohemios, artesanos, vagabundos, desclasados, oportunistas...

Ahora volvía a pasar, pero esta vez era un fenómeno global, extendido a todas las metrópolis. La hiperredundancia había vuelto a las redes de comunicación más y más accesibles, más y más hackeables, fractales, factoreables, y como consecuencia de esta exuberante saturación, su materialidad metálica y mineral se había condensado al punto de hacerse visible en la penumbra del atardecer. El espacio entre las cosas ya no estaba vacío. Podía verse, podía lotearse, ocuparse, habitarse, y los poderosos no podía hacer nada para impedirlo, ni siquiera acumular espacios para sí: al parecer era demasiado tarde.

Ahora estamos esperando la contraofensiva. *El Atasco* es un bien demasiado valioso para que el establishment permita que quede tan fácilmente en nuestras manos. Intentarán comprarlo para luego gentrificarlo por todos los medios a su alcance, como lograron hacer

en Berlín Oriental. En nuestro favor está el Gran Otro. La sólida preexistencia de las favelas, los barrios informales, los asentamientos ilegales, las intervenciones de Santiago Cirugeda, los cacerolazos de Santiago de Chile, el Parque Indoamericano. Por ahora sólo podemos ir allí desde el atardecer. Pero nos movemos rápido. Hemos contactado a un grupo de científicos refugiados que aseguran que la bioluminiscencia es el futuro de nuestras celdas diurnas. Ojalá. Mientras tanto ya estamos subiendo los primeros monumentos, nuestras plazas contarán pronto con sus borgianos guarangos de bronce, y comenzamos a pertrecharnos para la defensa.

* Carlos Campos es Arquitecto y Doctor en Arquitectura por la UBA. Profesor Titular en FADU y Profesor visitante en Europa y Estados Unidos. Posee numerosas publicaciones en Italia, Alemania, Portugal, USA y Argentina, donde publicó dos libros: “Antes de la Idea” y “La performance arquitectónica” (Bisman Ediciones)

Performance, teatralidade e jogo como operadores analíticos das dramaturgias de “surtos midiáticos” em carreiras artísticas

Lívia Maria Pereira*

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a dramaturgia de "surtos midiáticos", episódios de sofrimento que se tornam ativo na gestão da imagem pública de um artista. Aposta-se na conceitualização destes como fatos de ordem privada que emergem para o público e criam narrativas midiáticas em intenso processo de espetacularização, instaurando dramas sociais (Turner, 1982) que impactam a percepção pública sobre os sujeitos. Apropria-se da noção de teatralidade como lente metodológica para análise de fenômenos e objetos em contextos midiáticos (Soares, 2021), propondo pensar a gestão de uma carreira artística como um Jogo (Huizinga, 2000; Caillois, 2017) para compreender como a erupção do inusitado (re)organiza as regras da indústria fonográfica, na qual a “vida real” é, atualmente, um dos principais *commodities* de artistas e celebridades na construção de suas carreiras e os enlaces autobiográficos dispostos na obra fio condutor na produção de sentido de produtos artísticos, como músicas e videoclipes (Soares, 2022).

Palavras-chave: Performance. Teatralidade. Jogo. Drama Social. Surto Midiático.

ABSTRACT: This article analyzes the dramaturgy of “mediatic outbreaks”, episodes of suffering that become active in the management of an artist’s public image. The focus is on conceptualizing these as private facts that emerge to the public and create media narratives in an intense process of spectacularization, creating social dramas (Turner, 1982) that impact public perception of the subjects. We approach the notion of theatricality for analyzing objects in media contexts (Soares, 2021), proposing to think of the management of an artistic career as Play (Huizinga, 2000; Caillois, 2017) to understand how the eruption of the unusual (re)organizes the rules of the music industry, in which “real life” is currently one of the main commodities for artists and celebrities in building their careers and the autobiographical links are a common thread in the production of sense of artistic products, such as songs and music videos (Soares, 2022).

Keywords: Performance. Theatricality. Play. Social Drama. Mediatic Outbreak.

1. Introdução

Estamos em 2024 e o ano de 2007 continua a ser lembrado como o “ano de Britney Spears” – ou melhor: o ano do surto de Britney Spears¹. Há 16 anos, a *popstar* marcou aquele ano na memória da cultura pop ao vivenciar uma turbulenta fase na sua vida. Porém, a história a ser contada sobre esses episódios que marcaram a vida de Britney, assim como sua carreira, tem início em 2006², quando foi flagrada dirigindo com seu filho de apenas 4 meses no colo. Essas fotos são frequentemente citadas como o ponto inicial para uma série de eventos que se sucederam e que, eventualmente, levaram a cantora ao ‘colapso mental’ em 2007. No período de um ano que decorreu entre a publicação de fotos em que aparece dirigindo com o filho de 4 meses de idade no colo e o seu “colapso público” mais famoso, no qual atacou o carro de *paparazzi* após ser fotografada raspando o cabelo em um salão de beleza em fevereiro de 2007 (Souza, 2023), cada passo de Britney foi minuciosamente documentado e amplamente disseminado, transformando sua vida pessoal em um espetáculo público que movimentou um mercado milionário, como pode ser visto a partir de alguns números divulgados:

A agência de fotos *X17* estima que Britney corresponde a 30% de seus lucros. Apenas em 2007, a *X17* vendeu o equivalente a US\$ 2.5 milhões em fotos de Britney, incluindo os US\$500 mil pelas fotos exclusivas do incidente da cantora raspando a cabeça. [...] Entre janeiro de 2006 e julho de 2007, *Porfolio* reportou que Britney foi o assunto de capa da *People*, *Us Weekly*, *In Touch*, *Life & Style*, *OK!* e *Star* 175 vezes em apenas 78 semanas, sendo responsável por US\$ 360 milhões em vendas. (Kaufman, 2008)

Portanto, em 2007, Britney já estava há mais de 10 anos trabalhando na indústria do entretenimento como um grande nome da música pop. Tendo iniciado sua carreira em 1992 no canal *Disney Channel*, a artista assinou em 1997, aos 15 anos, com a gravadora *Jive Records* e emplacou na sequência seus dois primeiros álbuns *...Baby One More Time* (1999) e *Oops!... I Did It Again* (2000). Ambas as gravações quebraram recordes de vendas, acumularam números superlativos e receberam aclamação da crítica, rendendo à Britney a alcunha de “princesa do pop”, além de suas primeiras indicações ao Grammy. Nos anos seguintes, lançou outros dois álbuns de estúdio *Britney* (2001) e *In The Zone* (2003), que ajudaram a consolidar seu legado na cultura e na música pop.

1 O uso de “surto” é amparado pela percepção pública sobre os acontecimentos, já que “surto” e “colapso” são utilizados na mídia para enquadrar as ações de Britney. (Cf. Arraes, 2021; Bonin, 2023; Lincolins, 2021)

2 Para entender a cronologia dos eventos envolvendo os anos de 2006, 2007 e 2008 de Britney recorreremos às “linhas do tempo” do período. Para esta pesquisa, seguimos àquela do site da rede de notícias *CBS News*, disponível em: <<https://bit.ly/45BUp9p>>.

Com o sucesso comercial da artista estabelecido, sua vida pessoal também sempre passou a ser alvo de interesse, escrutínio e especulações na mídia, especialmente sobre sua sexualidade, sua capacidade como mãe e, por fim, uma categoria que aparece como um guarda-chuva sob o qual todas as “preocupações” sobre Britney são ancoradas, sua saúde e estado mental. Neste sentido, é entre 2006 e 2008 que se desenrolam acontecimentos que criaram e definiram narrativas que ecoam até os dias atuais, enredando a cantora em discursos que tanto versam sobre sua vida privada quanto sobre seu trabalho, tendo em vista que traços biográficos podem aparecer com frequência em músicas, videocliques, apresentações musicais, documentários e outras produções artísticas (Soares, 2022). Os relatos dos eventos trazidos neste trabalho foram amplamente explorados pela mídia ao longo dos anos, muito depois de acontecidos, contribuindo para uma série de narrativas especulativas sobre Britney e sua reputação na esfera pública que continuam a reverberar e ingerir pressupostos sobre a imagem da artista. Passadas quase duas décadas, as narrativas em torno do colapso de Britney e, especialmente, sua saúde mental, ainda são disputadas por ela, pela mídia e pela indústria fonográfica. Vale observar que os pressupostos que incidiram sobre Britney se fundamentam em uma cultura misógina que continua a objetificar e patologizar a imagem de mulheres que apresentam comportamentos “desviantes” do socialmente esperado, em especial no que concerne à suas atitudes em relação à sexualidade, casamento, família e maternidade. Essas mulheres continuam sendo frequentemente submetidas a padrões rígidos de comportamento e expectativas sociais, julgadas publicamente por não conformar a esses ideais, resultando em um tratamento cruel que não apenas as desumanizam, mas também as colocam em um ciclo de exploração midiática constante que intensifica o seu sofrimento e adoecimento diante da exploração da vulnerabilidade psíquica especulada para entretenimento.

É sobre esse período que este trabalho se debruça para analisar as dramaturgias do que chamamos de “surto midiático”: episódios em que fatos de ordem privada emergem para a esfera pública, seja de forma espontânea ou intencional, e são capazes de criar narrativas midiáticas que geram intenso processo de espetacularização, instaurando dramas sociais (Turner, 1982) que impactam a percepção pública sobre os sujeitos e se tornam parte indissociáveis de sua biografia e trajetória artística. Destacamos que essa pesquisa tem como objeto de análise os “surtos midiáticos” oriundos do transbordamento de informações privadas para o público referentes a doenças e o sofrimento psíquico. Portanto, se delineia um ponto de partida para entender o “surto midiático”: esses episódios parecem estar inscritos em um contexto de ficcionalização e estetização da vida real cotidiana, no qual as fronteiras entre o real e a ficção se tornam permeáveis, se alinhando a um *ethos* autorreferente de “espetacularização do eu” (Sibilia, 2016) de forma que as informações de ordem privada se tornam, também, passíveis de espetacularização, estetização e comercialização.

Ora, se pensamos na emergência do “surto midiático” em um contexto de consumo da vida privada, é imprescindível demarcar a compreensão do artista como um produto. O que parece vir à tona é um debate sobre as engrenagens do negócio da indústria da música pop, pois o endereçamento mercadológico em produtos da música pop parece ser fundamental para compreender suas estratégias de fruição e produção de sentido, considerando que a associação entre a lógica mercadológica é parte fundacional do que entendemos enquanto

música pop (Soares, 2021a: 46): “um conjunto de produções sonoras e imagéticas feitas “dentro dos padrões das indústrias da música, do audiovisual e da mídia; [...] a partir de orientações econômicas fortemente marcadas pela lógica do capital”.

O reconhecimento da relação entre a música e o capital tangencia as teorias que formam a base do pensamento da Escola de Frankfurt, reconhecidamente críticas a esse imbricamento. Entretanto, esse trabalho se contextualiza a partir dos estudos em Cultura Pop, no qual a identificação das relações mercantis na cultura não inviabiliza a percepção de que os objetos produzidos dentro de padrões da indústria cultural sejam reconhecidos como experiências válidas de investigação, buscando fugir das apreensões demasiadas apocalípticas advindas das teorias frankfurtianas. Neste sentido, também nos alinhamos à uma das retrancas previstas por Turner (2010) para os estudos de celebridades ao buscar aproximação com o objeto com foco para além da elaboração que miram apenas a ideia de representação dessas figuras na mídia, mas, no tratamento da celebridade como “uma indústria e uma formação cultural que possui uma função social” (Turner, 2010: 14).

O debate é amplo, mas, acompanhamos Soares (2021a: 53) em um esforço para “reconhecer brechas na lógica de produção das indústrias da cultura e na cibercultura que permitam o questionamento de ordem estética e cultural destes produtos”. O objetivo em tornar transparente a camada que trata das relações mercantis sobre os produtos tem o intuito de tornar as considerações menos opacas ou essencializantes, reconhecendo que as produções de sentido e subjetividades na música pop também passam pela esfera da publicidade, da criação e do gerenciamento de marcas. Assim, coloca-se em evidência um aspecto fundamental para o entendimento de que, a música pop, é “o lugar dos artistas ‘fabricados’ [...] e de, deliberadamente, entender que estamos diante de performances” (Soares, 2021a: 55).

A partir dessa perspectiva, questiona-se: como analisar o “surto midiático”? Considerando os interesses mercadológicos em torno dos produtos na música pop, incluindo o artista, um primeiro movimento diz respeito ao falseamento das ações: a ambiguidade se torna norte para investigar possibilidades de enquadramento dos atos. Assim, o trabalho se encaminha para uma discussão metodológica em torno da Performance na música pop, ideia compreendida tanto como objeto, quanto como uma lente analítica, se referindo a eventos “que envolvem comportamentos teatrais, ensaiados ou convencionais/apropriados para a ocasião” (Taylor, 2013: 27). Considerando que os estudos de Performance se constroem a partir de uma ampla gama de disciplinas, como o Teatro, as Artes Visuais, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e os Estudos Culturais, reflexões em torno do conceito centralizador e das ideias afins abrangem um largo espectro das Ciências Sociais e das Artes, considerando não apenas as artes performáticas tradicionais, mas também as performances cotidianas, rituais e outras formas de comportamento humano que podem ser interpretadas como performance.

Na Comunicação, as reflexões sobre Performance ganham uma nuance midiática e debates já são desenvolvidos buscando dar conta das complexas interseções entre mídia, cultura e sociedade (Amaral, Polivanov e Soares, 2018; Soares 2021b). Nesse contexto, os estudos de Paula Sibilia (2015; 2016) se destacam na mirada deste artigo ao fornecer importante análise contextual sobre como profundas transformações nas práticas de auto

exposição e autoconstrução de identidade constituem uma mudança nos modos de subjetivação na contemporaneidade. Para a autora, as fronteiras entre o público e o privado estão cada vez mais indiscerníveis, levando a uma constante encenação de si mesmo e da intimidade em uma espécie de “regime da performance”, no qual “muitas ações parecem coreografadas para afetar os outros” (Sibilia, 2015: 357).

A partir desse entendimento inicial, aciona-se um leque de conceitos para análise de ações enquanto performance (Schechner, 2013) no âmbito midiático, a partir do que Soares (2021b) sistematiza em dois protocolos: 1) o estudo de roteiros performáticos, ou seja, o reconhecimento de enquadramentos que organizam ações e produtos midiáticos; e b) o estudo das dramaturgias, que parte do reconhecimento da teatralidade no cotidiano (Féral, 2009) para adotar uma perspectiva dramática na análise de dramas sociais (Turner, 1982), em que atores emergem e são passíveis de interpretação e atuação. Essas retrancas, entretanto, não são estanques, apartadas uma da outra. Ao contrário, se retroalimentam e informam as análises, já que é a partir das clivagens de enquadramentos que podemos compreender as dramaturgias que emergem, assim como é a partir da dramaturgia que acessamos os roteiros performáticos que estão em ação.

Neste artigo, reivindica-se a possibilidade de discutir o tratamento da carreira artística como um Jogo (Huizinga, 2012; Schechner, 2012; Caillois, 2017), para compreender como a erupção do inusitado se organiza nas dinâmicas que permeiam a indústria do entretenimento. Ao analisar eventos enquanto performance, ressaltamos a dimensão dialógica, na qual o performer e a audiência se engajam em um processo de troca simbólica fundamental para a construção de sentidos e para a negociação de valores culturais. Assim, sugiro que as disposições da cena instauram determinadas relações entre os sujeitos de aproximação ou de afastamento, de rompimento ou de afirmação de laços, de forma que o “surto midiático” pode se tornar uma ferramenta performativa na construção de narrativas que agem em função do gerenciamento da imagem pública de um artista.

2. A celebridade entre a imagem pública e a vida privada, ou o “eu midiático” e o “eu real”

Retomemos o fio condutor dessa pesquisa: o caso de Britney Spears. Em 1999, a artista revelou estar namorando o também cantor Justin Timberlake e a dupla se converteu em um dos mais casais mais adorados pela mídia e pelos fãs, chamados de “rei e rainha do *pop teen*” (Bickerdike, 2021). O término do casal em 2002, marcado por versões desencontradas, indiretas sobre uma possível traição e músicas de vingança (*Cry Me A River*, canção lançada por Justin Timberlake no mesmo ano, seria sobre a relação do casal), parece ter alimentado ainda mais o fascínio pelo relacionamento. Especialmente quando Timberlake revelou que havia mantido relações sexuais com Britney (Wilson, 2023), contrariando as inúmeras declarações pública da cantora de que nunca havia feito sexo. Neste ponto é preciso entender o direcionamento que a indústria dava para a carreira de Britney, ou seja, qual era a imagem da cantora que estava sendo vendida ao público, para compreender o início do que

identificamos como uma fissura: o processo de aparição de contradições entre as personas pública e privada de Britney.

A imagem pública de um artista é, na grande maioria das vezes, criada por departamentos comerciais, empresários e demais executivos responsáveis pela gestão da carreira como um negócio e não precisa coincidir ou corroborar com a visão que este tem de si mesmo, ou seja, do seu “eu real”³, pois responde à ideia do artista como produto de consumo. Na verdade, essa imagem é, em geral, construída a partir de um processo de diferenciação entre o “eu real” e o “eu midiático”, ainda que essa separação seja imprecisa, já que elementos biográficos também informam e criam ganchos para a narrativa da persona pública.

No caso de Britney, a artista foi dirigida desde o início da carreira por “agentes comerciais com o objetivo de construir uma imagem ambígua de *Miss Americana Dream*, entre ‘inocência rural’ e [menina] ‘branca safadinha’” (Daros, 2021: 382), o que produziu reações na audiência de “amor e ódio, fascinação e choque”, especialmente no seu público principal composto por meninas pré-adolescentes. A historiadora cultural e biógrafa Jennifer Otter Bickerdike, aponta que “a campanha publicitária” em torno de Britney, nos anos iniciais de sua carreira, estava estruturada em princípios antiquados de bons costumes e modesta, já que a “o foco demográfico inicial que Britney precisava conquistar era o de jovens/pré-adolescentes, então a imagem impecável de um ídolo intocado, com o hímen intacto, era crucial” (Bickerdike, 2021, p. 56), do ponto de vista do marketing.

Considerando que a construção dessa persona midiática é central para a gestão da imagem de uma celebridade, vemos que se operacionaliza uma série de mecanismos de cobrança e vigilância sobre seus corpos e ações. A criação e manutenção de uma face pública cria demandas, muitas vezes desgastantes à nível pessoal. Para Britney, esses rigores apareceram nos questionamentos sobre assuntos que seriam, em primeira instância, da ordem íntima. Bickerdike (2021) diagnostica que a estratégia de construção da imagem pública de Britney, que se iniciou como “uma parte do ciclo previsível para promover uma artista emergente”, logo se converteu em questionamentos sobre como ela poderia “cantar, olhar e dançar provocativamente” e ainda assim dizer que não fazia sexo. Ainda que essa imagem estivesse em consonância com questões ideológicas da época, já que “a virgindade de Britney era especialmente interessante porque sua chegada no cenário da cultura pop se deu no final de quase duas décadas de devastação causada pelo HIV, vírus transmitido sexualmente”, se tornou “aceitável, esperado e desejável questionar implacavelmente Spears sobre o estado de sua castidade” (Bickerdike, 2021: 56-57).

Debates sobre a oposição entre um “eu real” e um “eu midiático” em celebridades já são empreendidos nos estudos de celebridades: citamos os investimentos de P. David Marshall, que, ao longo dos anos tem se dedicado para compreender diferentes aspectos da ideia de “persona”; e de Chris Rojek, que busca entender a relação da celebridade com o tecido social. Em “Celebrity” (2001), Rojek estabelece sua concepção sobre celebridades a partir

3 A expressão “eu real” aparece entre aspas porque este trabalho se insere em uma perspectiva que parte do entendimento de que não existe um “eu” mais autêntico ou real que outro. Porém, é preciso reconhecer também que, ao relatar a si mesmo, o sujeito sempre irá atuar em uma tentativa de imprimir determinado grau de autenticidade sobre sua sobre seus atos. Quer dizer, estaria o sujeito sempre tentando demarcar quem é *verdadeiramente* em detrimento daquilo que seria apenas uma fachada. (Cf. Goffman, 2002)

de alguns pontos que também balizam as inferências que aparecerão mais à frente neste trabalho. Dentre os pressupostos, dois se destacam: a) a celebridade é uma fabricação cultural cuidadosamente construída por intermediários que trabalham no gerenciamento da imagem da celebridade aos olhos do público; b) o status de celebridade implica na divisão entre um eu privado e um eu público. Sobre o segundo ponto, o autor elabora que o sujeito confere à sua representação pública um caráter de encenação que é sempre “uma atividade encenada, na qual o ator humano apresenta uma ‘frente’ ou ‘rostro’ para os outros, mantendo uma parcela significativa do eu em reserva. Para a celebridade, a divisão entre o eu e o mim social⁴ costuma ser perturbadora” (Rojek, 2004: 11).

Essa perspectiva dialoga com o que postula Erving Goffman em “A representação do eu na vida cotidiana” (2002) a partir da abordagem dramática para compreender a maneira pela qual o indivíduo se apresenta em situações cotidianas às outras pessoas, regulando “a impressão que formam a seu respeito e coisas que pode ou não fazer” (Goffman, 2002: 9). Goffman desenvolve a ideia de que a vida social é, em essência, uma série de performances que se desvelam em um “palco social”, ou seja, na vida cotidiana, em que cada indivíduo desempenha papéis específicos diante de diferentes audiências. O teórico divide essas interações em duas regiões: a fachada e os bastidores. Na fachada, os indivíduos performam para os outros, apresentando-se de uma maneira que consideram apropriada para a situação, buscando influenciar a percepção dos outros sobre seu caráter, competências e intenções. Já nos bastidores, eles podem deixar de lado determinadas ingerências que são requeridas pelos papéis que assumem em público, revelando aspectos de seu “eu” que, presumivelmente, não são apresentados publicamente, sendo também onde o indivíduo ajusta e refina sua performance, planeja futuras interações e recupera-se das exigências da fachada.

Parece incontornável que indiquemos a conceitualização do termo “performance”. Em “What Is Performance?”, do livro “Performance Studies: an introduction”, Richard Schechner, tenta responder à pergunta que soa ambiciosa à medida que se compreende o caráter multifacetado do termo. O exercício para tentar estabelecer bases conceituais para “performance” apresenta-se como um desafio para evitar generalizações, ao mesmo tempo que tenta furtar-se de acepções que cristalizariam a performance como uma característica exclusivo de determinados objetos e eventos. O autor adiciona ao longo do texto diversas modulações ao termo, mas, por hora, nos interessa compreender a performance principalmente a partir da sua indicação inicial de que “na vida cotidiana, performar é exhibir-se ao extremo, sublinhando uma ação para aqueles que assistem” (Schechner, 2013: 28). Essa perspectiva se coaduna ao que também propõe Goffman (2002: 23): “uma performance pode ser definida como toda e qualquer atividade de um determinado participante em uma certa ocasião, e que serve para influenciar de qualquer maneira qualquer dos participantes”. A partir destas ideias, pensar a dinâmica de fachada e bastidores é entender

4 No original, o autor apresenta a distinção entre a pessoa pública e a privada da celebridade usando os dois pronomes ‘I’ e ‘me’ a partir do que postula George Mead. Rojek foi traduzida para o português, mas não foi possível ter acesso ao texto. Portanto, ao citar o autor, seguimos a tradução brasileira de Mead, que adota a distinção no português como ‘eu’ e ‘mim social’, observada na publicação “Mente, self e sociedade” (2010).

que a divisão entre as regiões não é apenas uma questão de onde e como os indivíduos se apresentam, mas também de como modulam suas performances de acordo com o público e o contexto.

A dicotomia entre o “eu real” e o “eu midiático” em celebridades pode ser entendida à luz dessas regiões, apesar da distinção entre fachada e bastidores poder se apresentar como nebulosa, uma vez que para sujeitos célebres a vigilância pública se estende aos espaços considerados privados. Ao parecem estar constantemente na região da fachada, ou seja, sob os olhos do público, estes precisariam manter uma performance contínua, uma “imagem” cuidadosamente gerida para atender às expectativas que lhes são impostas por uma série de estatutos que são tanto acordados entre as partes de forma explícito, quanto implícitos. As celebridades, então, viveriam em constante negociação entre o seu “eu real” (bastidores) e o “eu midiático” (fachada), na qual a fronteira entre esses dois espaços pode ser difícil de gerir e manter, podendo levar a uma sensação de alienação do “eu real” e uma espécie de sofrimento (Rojek, 2001). Goffman (2002), ao sugerir que a sociedade, em grande parte, funciona através dessas apresentações dramatúrgicas, onde todos desempenham papéis e ajustam suas ações conforme os diferentes contextos sociais, sendo a intensidade e a extensão dessa performance a diferença crucial quando olhamos para as celebridades, que se torna uma parte central de suas identidades e vidas, o autor permite que façamos leituras sobre como a performance na região da fachada pode ser “manipulada e mitificada por forças econômicas e culturais para fabricar impacto social” (Goffman, 2002: 42).

A revelação de Timberlake foi na direção oposta à sua imagem pública altamente rentável ao negócio da carreira de Britney, mas expôs a primeira, e talvez fundamental, fissura entre a imagem pública de Britney e sua “eu real”, sob a qual se organizou uma série de pressupostos e ordenamentos sobre a artista. Anos após o ocorrido, Britney revelou que gostou de ter sido “exposta”, pois isso a eximiu de continuar a manter sua persona virgem em público (Mazzeo, 2023). Mas, se por um lado a artista se viu “livre” de determinado aspecto de sua face pública, por outro, parece não ter escapado da necessidade constante em manter a performance, fardo que acompanha o fato de simplesmente ser uma celebridade. Ou, pelo menos, uma versão adaptada dessa performance. Para Britney, a exposição de que parte de sua imagem pública se tratava de uma encenação, não fez com que a pressão para manter essa imagem diminuísse, como veremos a seguir; essa imagem apenas foi reconfigurada e ajustada para continuar a atender às expectativas e aos interesses econômicos e culturais, assim como as cobranças sobre ela, diante de um evento que redefiniu as regras do jogo.

3. A gestão da carreira artística *enquanto* performance

Até então argumentamos para estabelecer a centralidade da gestão da imagem pública de uma celebridade como forma de viabilizar uma carreira bem-sucedida enquanto produto economicamente rentável na música pop. Nesta segunda etapa, enveredamos a discussão para entender como a indústria fonográfica, representada por empresários e a gravadora da artista, opera o controle que incide na imagem pública do artista de uma maneira

performática, estabelecendo diálogos com instâncias e eventos que estão fora do controle imediato e que, algumas vezes, podem ser da ordem da imprevisibilidade. Reivindicamos a possibilidade de analisar os eventos *enquanto* performance, perspectiva estabelecida por Schechner (2013: 38): alguns eventos *são* performance, mas quase tudo que existe pode ser estudado *enquanto* performance. O *enquanto* sinaliza um modo de interrogar o objeto a partir de determinado olhar, ou seja, a performance se converte em uma lente epistemológica que organiza a totalidade do evento. A partir de Schechner, essa também é a mirada adotada por Diana Taylor (2013: 28) salientando que “o *él como* [*enquanto*] realça a compreensão da performance como simultaneamente ‘real’ e ‘construída’”.

Avançando na compreensão, Schechner (2013) postula que a performance é composta por “comportamentos restaurados”, mesmo que seja parte de um evento da vida cotidiana. Apesar disso, a performance não pode ser replicada, já que “porções do comportamento podem ser recombinadas em um número sem fim de variações” (Schechner, 2013: 30), mas também porque o contexto em que a performance acontece é vital para sua compreensão, pois seu ineditismo não reside apenas em sua materialidade, mas na sua interatividade em fluxo contextual. Assim, é possível entender a performance como um “entre”: ações, interações e relações *entre* os objetos e seres envolvidos em determinado evento. É neste entre, ou seja, no âmbito performático, que inscrevemos as dinâmicas de gestão da carreira de uma artista – em específico, neste caso, uma artista da música pop.

Inferimos que, à princípio, gerir uma carreira constitui-se a partir de ações estratégicas e interações contínuas que buscam produzir a faceta pública de um artista, negociando com, entre outras coisas, demandas do sujeito que encarna o papel, do mercado e expectativas do público. Nesse sentido, a criação da imagem pública de um artista é um processo dinâmico que se adapta aos contextos culturais, sociais e econômicos, se desdobrando ao longo do tempo em uma série de performances cujo objetivo parece ser imprimir ao público uma certa qualidade de autenticidade por parte do artista. No entanto, é crucial reconhecer que essa imagem não é puramente ficção, já que a performance é simultaneamente “real” e “construída” (Taylor, 2013), ou seja: a autenticidade da artista emerge dessa interseção entre a realidade e o estrategicamente elaborado. A gestão da carreira de uma artista, portanto, se apresenta como um exercício de equilíbrio para manter a relevância no mercado, preservando uma identidade que seja percebida como autêntica. Cada decisão tomada é uma peça desse quebra-cabeça performático, onde o sucesso depende de uma orquestração harmoniosa entre os diversos elementos envolvidos entre o “eu real” e o “eu midiático”. Equilibrar essa dualidade permite que a artista mantenha uma conexão com seu público, enquanto navega pelas exigências comerciais.

Para contextualizar essas considerações em direção ao caso de Britney Spears, destacamos ainda que, na música, a imagem de um artista também é projetada a partir de regras de comportamento definidas a partir dos gêneros musicais, tendo em vista que estes também incluem “convenções de performance (regras formais e ritualizações partilhadas por músicos e audiência) [...] e convenções de sociabilidade (quais valores e gostos são ‘incorporados’ e ‘excorporados’ em determinadas expressões musicais)” (Janotti Jr., 2006: 9). Quer dizer, ao se posicionar como um artista de deliberado gênero musical, o artista se submete à um conjunto de regras que incidem sobre sua vida e obra, regulando o que se

pode fazer, mas, mais importante, o que não se pode fazer. Retomando Goffman, encontramos uma perspectiva valiosa para entender essa dinâmica, quando o autor afirma que “o indivíduo influencia o modo que os outros o verão pelas suas ações, [mas], muitas vezes não será ele que moldará seu comportamento, e sim seu grupo social ou tradição na qual pertença” Goffman (2002: 67). Entretanto, as regras da performance podem ser quebradas, ponderadas ou subvertidas, como sinaliza Taylor (2023: 34), ao incluir a possibilidade “de mudança, de crítica e de criatividade no âmbito dos enquadramentos de repetição” dos comportamentos de uma performance.

Em dezembro de 2004, Britney, afastada dos palcos devido a uma lesão no joelho, demitiu o empresário Larry Rudolph e vazou uma música não-finalizada sem autorização da sua gravadora, e revelou à uma rádio que estava trabalhando em um novo álbum, a ser chamado *Original Doll*, que seria lançado em breve chamado (Schwarz, 2014). Esse foi o início de um comportamento da artista visto como errático em relação à sua carreira. Na música vazada, Britney “ironiza o início de sua própria fase de decadência, que, em sua visão, era muito aguardada pela mídia e seus rivais no showbiz” (Daros, 2021: 383) ao cantar “*Now see everyone’s watching, as she starts to fall/They want her to break down/And be a legend of a fall*”. Posteriormente, a gravadora negou a existência do álbum, que virou apenas uma promessa do que seria, segundo Britney, seu trabalho mais pessoal e honesto. Vale notar, entretanto, que uma segunda parte da letra da música vazada repetia a frase “*She’s been gone*”, mas foi alterada quando a faixa *Mona Lisa* foi oficialmente lançada no EP *Britney & Kevin: Chaotic* (2005), para “*she’s been cloned*”.

Se até então era a carreira musical que estava em primeiro plano, a partir de 2004, com um comportamento “bizarro” e dois casamentos no mesmo ano, “o amplo interesse do público em seus assuntos particulares começou a superar em muito o interesse por seu trabalho – ou seja, a música não era mais a grande coisa que a indústria poderia extrair dela” (Daros, 2021: 384). Hunter Schwarz (2017) contextualiza o caso a partir de uma mudança paradigmática no processo de “fabricação” de estrelas da música pop, ressaltando que, quando Britney levou a música à rádio, não havia as redes sociais como espaço onde a cantora poderia mostrar sua “eu real” ao mundo: “*Original Doll* e o que Spears esperava que ele se tornasse representaram uma mudança no cenário da música pop, afastando-se do astro pop do início do século moldado pela Disney em direção a algo mais honesto e cru como vemos hoje” (Schwarz, 2017).

Segundo Daros (2021), as modificações na letra de *Mona Lisa* trouxeram diferentes interpretações dos fãs e da crítica para a música, mas, de forma geral, foi vista como uma demonstração de poder da gravadora sobre Britney, uma “indicação” de que ninguém seria insubstituível, já que a prática de “eliminação e renovação” seria uma constante na indústria do entretenimento como parte das tentativas para “encontrar uma garota branca loira sexy que cantasse, dançasse e, acima de tudo: vendesse tanto quanto ela fez em seu início de carreira” (Daros, 2021: 383). Essa exposição ressoa a partir do que postula Soares (2021a) sobre o reconhecimento da música pop como um lugar de “artistas fabricados”. Esse processo performático tem como papéis cruciais os empresários e gravadoras, que agem como mediadores entre o artista e o público, a mídia e os investidores. Essa mediação ocorre através de um conjunto de práticas que incluem a escolha de elementos visuais,

comportamentais e discursivos para compor a identidade da marca do artista, como a escolha de figurinos, a coreografia dos videocliques e a gestão de suas redes sociais. Como resultado, a imagem pública do artista é constantemente negociada e renegociada em resposta às reações do público e às tendências do mercado, entre outras variáveis, mas, também, aos eventos imprevistos que podem afetar sua percepção pública.

4. Teatralidade e Jogo na carreira musical

Ao reconhecer que existe uma dinâmica de fabricação na criação de um artista, uma camada performática, nos provoca a pensar o social a partir de uma metáfora de teatro, levando em consideração disposições, ações e intenções tanto dos atores, quanto da plateia, ou, para colocarmos em outras palavras, de quem performa e de quem observa. Ou seja, olhar para o objeto a partir da lente da performance impele analisar a execução de ações, seja em um palco, em espaços públicos ou em contextos cotidianos, além de implicar, especialmente no âmbito midiático, pensar nos aspectos dramáticos, enquadramentos, cenas e as convenções que compõe a performance. Esse exercício passa pela observação do campo simbólico, mas também das “materialidades dos corpos e objetos que se afetam e produzem presença” (Soares, 2021b: 222).

Essa proposta encontra eco nos argumentos que aparecem em menor ou maior grau nos autores convocados até então, especialmente a partir do pensamento de Goffman (2002), mas ganha novos contornos a partir de um investimento mais detido no conceito de teatralidade. Segundo Soares (2021b: 215), o debate sobre teatralidade incide metodologicamente na discussão sobre performance ao colocar em evidência “aspectos dramáticos das performances em ambientes midiáticos”, permitindo a visualização da “dimensão dramatúrgica das performances, seus roteiros e experiências possíveis”. Com este movimento, queremos fazer ressaltar aspectos cênicos das performances, destacando o caráter de espetacularização de eventos e fatos da vida cotidiana no âmbito da esfera pública, ou na expressão/concepção do “eu midiático” no âmbito da carreira artística.

Para tanto, recorremos à dramaturga Josette Féral (2009), que investe em um debate sobre teatralidade para deliberar sobre o que seria o caráter distintivo do teatro perante outros gêneros e artes do espetáculo. Recuperando uma perspectiva histórica para o termo, Féral retoma os primeiros textos do dramaturgo e historiador do teatro Nicolai Evréinov, nos quais o autor argumenta em favor de um entendimento sobre teatralidade como uma “vontade de teatro”, um “impulso irresistível encontrado em todos os homens” que causa uma “transformação na natureza” (Féral, 2009: 88). Féral desloca a noção de teatralidade do objeto para a ação: é no ator de *olhar* que reside a capacidade de *identificação* da teatralidade, assim como é ao *informar* determinada “intenção de teatro” que se *cria* a teatralidade. Em outras palavras, a teatralidade não é compreendida como uma propriedade de um objeto, mas uma “dinâmica receptiva que une algo que é olhado (sujeito ou objeto) e aquele que olha” (Féral, 2009: 108).

Dessa forma, a noção de teatralidade se desconecta da essência do objeto sem se limitar à fabulação ou à ilusão, uma vez que está inscrita no tecido social. Em vez de possuir

particularidades que podem ser aferidas, a teatralidade é um *processo*, uma criação relacionada ao olhar que, ao enquadrar o objeto, cria *outro espaço* que permite a emergência da ficção, um “espaço diferente do cotidiano, criado pelo olhar do espectador que se mantém fora dele” (Féral, 2009: 86). Nesse processo, faz surgir a “alteridade da teatralidade”, cuja mudança qualitativa nas relações entre os sujeitos define os papéis para eles: atores e espectadores, investidos em suas definições a partir da emergência da teatralidade. A teatralidade aparece, assim, “como um processo que indica ‘sujeitos em processo’.

Reconhecendo que a perspectiva de Evréinov não trata especificamente do teatro, a autora parte da exploração da teatralidade no cotidiano para demarcar uma capacidade de “transcendência da teatralidade”, através da qual a teatralidade poderia “investir em todas as formas do real”, sendo elas o artístico, o cultural, o político, entre outras instâncias. Essa condição é fundamental para demarcar a existência de uma “teatralidade cênica”, uma dinâmica que apenas as práticas teatrais conseguiriam produzir, pois a teatralidade enquanto “estrutura transcendental” seria uma propriedade à qual o teatro pode recorrer para existir e, uma vez convocada, “passaria adquirir características propriamente teatrais” (Féral, 2009: 90). Assim, a teatralidade cênica se refere especificamente aos mecanismos utilizados dentro do contexto de uma performance teatral e repousa, essencialmente, sobre do ator, que “teatraliza tudo aquilo que o rodeia: o eu e o real” (Féral, 2009: 90). É a partir das relações estabelecidas entre esses dois polos que se define a teatralidade no teatro. Essas relações são dadas pelo *jogo*, conceito fundamental na compreensão da teatralidade. Segundo Féral, o jogo é uma atividade que envolve tanto os atores quanto os espectadores em um processo de compartilhamento de experiências. No contexto teatral, o jogo se manifesta através da interação entre os atores que desempenham seus papéis e o público que, ao assistir, se engaja ativamente na construção do sentido da performance. Este jogo estabelece uma relação dinâmica onde ambos os lados influenciam e são influenciados, criando um espaço de comunicação e troca simbólica.

O entendimento da teatralidade como parte do tecido social poderia bastar para sustentar algumas hipóteses dessa pesquisa. Entretanto, reafirmando que nosso olhar busca enxergar o teatral no social, se torna importante demarcar a teatralidade cênica e suas especificações. A perspectiva de reconhecer a teatralidade no cotidiano e, ainda, que ela possa ser convocada pelo espectador é profícua, pois investe o sujeito que olha de agência para criar enquadramentos e reconhecer certa dramaturgia diante das performances. Todavia, o debate sobre a teatralidade na gestão de uma carreira artística parece se encaminhar para uma investigação da *intencionalidade* nas ações dos atores, pois estes, ao se manterem na região da fachada, parecem *intencionalmente* requererem o espetacular, convocando a teatralidade em suas performances midiáticas. Deste ângulo, a diferença entre práticas cotidianas e práticas da cena parecem estar sempre à espreita, ou, como Féral (2009: 89) indica, parece que “o limite entre teatro e cotidiano é mínimo”. Assim, essas distinções se tornam pormenores, afinal, as ideias pensadas para a teatralidade cênica poderiam ser enxergadas também no palco social de Goffman (2002). Por isso, investimos na ideia de que a carreira artística pode ser encarada como um espaço que se estrutura pela dinâmica do jogo, acomodando performances a partir do ordenamento das regras sociais, culturais, econômicas, estéticas e subjetivas.

A ideia de jogo adentra os estudos do teatro a partir da perspectiva de Johan Huizinga (2012: 16), para quem o jogo seria um elemento fundamental da cultura e o jogar, uma “ação livre, sentida como ‘fictícia’ e situada fora da vida corrente” que possui “ordem e regras dadas”. A partir dessa conceituação, Féral adensa o entendimento ao notar que as regras podem ser do jogo em geral, como as convenções formais do teatro, ou específicas, como as expectativas culturais e sociais que moldam o comportamento dos indivíduos no cotidiano. Féral argumenta que a compreensão dessas regras é crucial para apreciar a profundidade da teatralidade, pois é através delas que se define o campo de ação dos participantes na performance. Em outras palavras, é a partir das regras do jogo que se criam enquadramentos que estabelecem em seu interior disposições das quais “o ator pode tomar certas liberdades em relação ao cotidiano” (Féral, 2009: 94). Em nossa perspectiva, propomos a carreira artística como um jogo justamente por entender que ela aparece como um processo performático que se dá a partir de regras gerais da indústria, mas também das regras mais específicas do cotidiano que se referem ao espaço-tempo no qual se desenrola, à medida que vão se atualizando ou modificando as normas sociais e morais do público que assiste.

Retomando o caso Britney.

A Britney que chega à 2006 é uma mulher acostumada a viver sob os holofotes e o escrutínio de uma cultura midiática que acompanha o seu status de celebridade. Os *paparazzi*, que seguiam a artista dia e noite, registravam seus momentos mais vulneráveis e, à princípio, íntimos, como idas ao salão de beleza, e essas fotografias foram, muitas vezes, usadas contra ela em capas de revista, mostrando a artista em situações “vexatórias” e fabricadas⁵. É possível inferir que a pressão da fama, a crise no casamento e os embates judiciais pela guarda dos filhos levaram a artista a uma série de comportamentos, que, em 2006, levantaram questionamentos sobre sua capacidade de cuidar dos filhos “apropriadamente”, transformando-a em alvo constante de especulações públicas.

Em uma análise das capas da revista *Us Weekly* publicadas entre 2006 e 2008, Tuomi (2020) demonstra que no início de 2006 Britney era vista como “a chefe da família” e “no controle das finanças”, ao mesmo tempo que era uma “figura materna calorosa e protetora” (Tuomi, 2020: 26). Entretanto, ao final daquele ano, essa não era mais a imagem que estava sendo vendida nas capas da *Us Weekly*, mudando a atenção da maternidade para as festas e “noitadas” em que Britney estava sendo frequentemente fotografada ao lado de outras celebridades, tais como Paris Hilton. A partir das análises, observamos que diversos elementos que contribuíram para a construção na mídia da imagem de Britney como uma “*party girl*” que, invariavelmente, também era uma “mãe ruim”: o uso de “roupas indecentes”, seus supostos “muitos namorados” e os relatos das festas em que esteve, os quais sempre eram trazidos em detalhes por fontes anônimas que retratavam uma Britney bêbada, “fora de controle” e supostamente sob efeito de medicamentos e drogas. Poucas das alegações

5 Algumas revistas estampavam fotografias manipuladas da cantora de forma frequente. Na capa da revista *Us Weekly* de 11/12/2006 uma foto de Britney com seu filho nos braços foi colocada ao lado de uma imagem da *socialite* Paris Hilton, com quem a cantora era vista com frequência em festas noturnas. A imagem, junto com a manchete “O novo problema de Brit” e o texto “Festas do pijama selvagens & festanças a noite toda: como Paris se tornou a nova melhor amiga perigosa de Britney e o que isso significa para os seus filhos” dava a entender que Britney estava levando seu bebê para citadas festas com Paris Hilton (Tuomi, 2020).

publicadas sobre Britney na época possuem comprovações, mas foram suficientes para levantar dúvidas sobre o estado da sua saúde mental e sobre sua capacidade como mãe. Essas especulações, combinadas com outros eventos que de fato possuíam provas, como as fotografias da cantora dirigindo com o filho no colo, foram tomadas como verdade e pintaram uma imagem vívida de Britney como uma mulher “instável e imprevisível” que precisava de ajuda.

Esse discurso está alinhado à uma perspectiva que, historicamente, enquadra as mulheres como um ser insano, enquanto os homens são identificados à racionalidade (Zanello, 2018), em um movimento que as colocam em uma situação de vulnerabilidade sempre necessitando de intervenção. Essa representação distorcida é um reflexo de um sistema que marginaliza a saúde mental das mulheres, reforçando os estigmas que patologizam suas ações, já que essa narrativa perpetua a ideia de que comportamentos fora do esperado para mulheres, especialmente mães, são automaticamente associados a desequilíbrios mentais ou morais. No caso de Britney, a transição de uma imagem de “mãe perfeita” para a de uma “*party girl*” foi rapidamente utilizada para desacreditá-la publicamente e justificar ações de controle sobre sua vida.

Logo no início de 2007, uma crise, que veio a redefinir por vez as narrativas sobre Britney na mídia, se instaura: a cantora é perseguida e flagrada por fotógrafos enquanto raspava o cabelo, depois em um estúdio de tatuagem e, em seguida, atacando o carro dos *paparazzi*. As imagens, veiculadas e replicadas à exaustão, parecem confirmar as especulações que circulavam sobre o seu estado mental, levando a uma intervenção conjunta de sua família, representada principalmente pela figura do pai Jamie Spears, e dos seus empresários e da gravadora. Quatro dias depois, Britney entrou em uma clínica de reabilitação, de onde saiu em menos de 24 horas, apenas para retornar no dia seguinte. À medida que Britney entrava e saía de internações nos dias que se seguiram ao seu “surto”, o colapso já havia sido transformado em lucro para os administradores da sua carreira. Quando a cantora reapareceu, após um mês internada, retomou a “normalidade” e seguiu com um plano de aparições em público que parecem fazer parte de uma narrativa de “volta por cima”, que deveria culminar em sua apresentação no *MTV Video Music Awards*, em setembro daquele ano. A apresentação aconteceu, mas o resultado foram críticas ao corpo de Britney e à sua performance artística, considerada em uníssono pela imprensa como “desastrosa” (G1, 2007).

Seguindo a apresentação, Britney perdeu a batalha judicial contra Federline, que ganhou a guarda unilateral temporária dos filhos. O comportamento “louco” foi acentuado e o fim do ano foi atribulado: mais uma vez, em uma sequência de comportamentos erráticos a partir de outubro, Britney reafirma sua imagem “descontrolada” para o público, afinal, não eram mais especulações, mas fatos, como quando foi autuada por dirigir sem carteira de motorista. Como questionar a veracidade da narrativa do sofrimento se estávamos *ven-do*? Ao mesmo tempo que Britney é retratada como fora de controle em relação à sua vida pessoal e saúde mental, é lançado seu quinto álbum de estúdio *Blackout* (2007), que parece comunicar: apesar de tudo, ela pode continuar a trabalhar. O jogo da carreira artística impõe suas regras, mas diante da irrupção do inesperado, será possível dar continuidade à performance do “eu midiático”?

5. Considerações finais: como reorganizar o Jogo?

Abrindo frentes para estabelecer interfaces entre jogo e performance, Schechner se apropria do jogo como o cerne da performance a partir do entendimento de que o jogo se mostra como uma dinâmica mais flexível, conectando com a perspectiva de que a unidade básica da performance, o comportamento restaurado, não possui a intenção de ser real ou totalmente sério. Dessa forma, o autor indica que a “performance pode ser definida enquanto comportamento ritualizado condicionado/permeado pelo jogo” (Schechner, 2013: 89). Jogar, assim, seria brincar com suas próprias realidades, criar mundos, ilusão e realidade, sinceridade e engano.

Apresentando um sistema de “sete conceitos sobre o jogo”, Schechner complexifica a questão do jogo propondo um modelo de análise com base em estrutura, processo, experiência, função, desenvolvimento coletivo e individual, ideologia e enquadramento. Nesse sistema, o processo se destaca como um conceito-chave para entender o jogo, pois é nele que são definidas as regras. O autor questiona sobre como foram pensadas as estratégias de jogo, quais foram seus resultados e ainda: “como outros fatores afetam o surgimento de novas estratégias de jogo?” (Schechner, 2013: 93). Com esse questionamento, Schechner tangencia outro importante teórico, Roger Caillois (2017), que propõe o jogo a partir de duas classificações polarizadas: o jogo de regras fixas (*ludus*) e o jogo de livre improvisação (*paidia*). Nessa perspectiva, a ficção seria um jogo de livre improvisação, entretanto, Schechner argumenta que essa seria uma visão do jogo ingênua, baseada em uma suposta liberdade ou livre consentimento que são, tanto para Caillois quanto para Huizinga, pré-requisitos do jogo, mas que, atualmente, o jogar se assemelharia mais a uma combinação dessas categorias do que à oposição.

Então, pensamos: quando o inusitado irrompe, ele também rompe algo – uma narrativa, uma estratégia, uma performance. Nesse sentido, a perspectiva tangencia, em certa medida a ideia de “rupturas performáticas” (Polivanov & Carrera, 2019), ainda que essas reflexões estejam voltadas às performances em redes sociais digitais, já que se também trata da irrupção de um evento adverso que desorganiza a intencionalidade da performance e suas regras. Porém, ao tratar como ruptura, Polivanov e Carrera apontam para uma interdição da performance: a impossibilidade da continuidade. Seguindo por outro caminho, nossa perspectiva, ao enxergar a organização da performance pela sobreposição das regras fixas e regras de livre improvisação do jogo, permite entender a possibilidade da carreira artística se (re)organizar diante da emergência de um evento inusitado que desestabiliza as regras. Na visão de Schechner, o inusitado não apenas desafia as normas preexistentes, mas também abre espaço para a criação de novas estratégias e formas de atuação, já que quando um evento inesperado ocorre, ele pode subverter as regras do jogo de maneira abrupta, forçando os participantes a improvisarem e adaptarem suas respostas. O evento inusitado pode, por exemplo, transformar um jogo rigorosamente estruturado em um de improvisação, exigindo que os atores reavaliem suas performances. Neste contexto, a emergência do inusitado se torna a possibilidade de redefinição das regras sob as quais os atores jogam, em uma oportunidade para testar limites, redefinir as fronteiras da performance e propor novas narrativas. Schechner sugere que essa interseção entre ordem e caos,

entre estrutura e espontaneidade, é onde a verdadeira essência do jogo e da performance se revela.

Ao propor esse entendimento para as carreiras, vemos que a capacidade de navegar entre as regras fixas e a improvisação livre é crucial para a manutenção da performance. A habilidade de jogar com as realidades e responder ao inusitado é o que permite que a performance continue a se renovar. Entretanto, um último ponto vale ser discutido: a ideia de que o “surto midiático” está profundamente conectada ao “eu real” que está à espreita do “eu midiático”. Esse fator constituiria o que Féral (2009: 98) convoca como uma das proibições do jogo: a abertura para a vida, que ameaçaria o enquadramento. Ao se associar ao real, o ator romperia com a ilusão, com o jogo, interrompendo as condições da teatralidade e, de fato, impossibilitando a continuidade da performance. Todavia, o jogo que condiciona a gestão da carreira artística está implicado em questões que forçam a permanência da performance – do artista, do produto. As demandas mercantis que incidem sobre os artistas da música pop parecem segurar as emendas da moldura que enquadra a performance, em uma força que age de fora para dentro, para que o espetáculo não cesse, continue maior e melhor, mesmo diante de extremos.

No caso Britney, o inusitado que causou uma crise em sua carreira foi ano de 2007, especialmente o episódio em que é flagrada raspando o cabelo e, posteriormente, atacando o carro dos *paparazzi*. Esse evento desencadeou uma amplificação da crise, para usar o vocabulário proposto por Victor Turner (1982) na compreensão de dramas sociais, em que os conflitos do social são passíveis de análise a partir da observação de uma sequência de ações sistematizadas em fases: 1. fissura; 2. crise; 3. ação reparadora; e 4. reintegração ou separação. Dentro dessa perspectiva, apontamos as três primeiras fases até então, mas é na última, que podemos observar toda a potência de reorganização do jogo em ação. Quando a crise, amplificada (durante o ano de 2007) e contida (por meio de tentativas de apaziguamento e ‘retornos’ da artista ao trabalho), é integrada e redefine a narrativa da artista, que passa a comportar aquele evento com uma certa naturalidade.

O início de 2008 continuou a ecoar os acontecimentos dos meses anteriores e a vida pessoal de Britney continuou a ser estampada nas capas das revistas. Nas primeiras semanas, Britney entrou e saiu de clínicas, prestou depoimentos à polícia e travou novas batalhas legais pela guarda dos filhos até ser internada contra sua vontade em um hospital psiquiátrico, segundo sua autobiografia *A Mulher Em Mim* (2023). No dia seguinte, uma decisão judicial apontou que ela não era capaz de cuidar de si mesma, Britney e todo seu patrimônio foram colocados sob curatela temporária do seu pai e do advogado. Britney saiu do hospital cinco dias depois, mas a curatela se tornou permanente, operando até 2021 (Santiago, 2023).

Nesse contexto, Britney passou a viver sob os cuidados permanentes do pai e dos advogados e retomou sua vida profissional, voltando aos estúdios para gravar um novo álbum. Antes do lançamento, o documentário *Britney: For the Record* (2008), encomendado pela gravadora, foi divulgado sob a premissa que Britney contaria “a verdade” sobre os seus momentos mais turbulentos. “O filme acompanha seu retorno à indústria fonográfica após suas altamente divulgadas lutas pessoais”, anunciava. O documentário acompanhou Britney antes de uma nova apresentação, além dos ensaios para a nova turnê. Nele, Britney

fala sobre a possibilidade de não estar sob a curatela: “Eu me sentiria livre, eu me sentiria como eu mesma. Eu meio que estou presa nesse lugar e é tipo, como lidar com isso? Você aguenta, é o que eu faço. Eu aguento, todo dia” (Griffin, 2008). O documentário estreou dois dias antes do lançamento do álbum *Circus*, para o qual serviu como ferramenta de promoção, lançado em dezembro. Em 2009 a artista saiu em turnê pelo mundo, rendendo mais de US\$ 130 milhões aos administradores da sua carreira (Daros, 2021: 387).

Após a crise, observamos que Britney passou por uma drástica transformação. Daros (2021: 389) nota que ela “adquiriu características como timidez e insegurança que antes pertenciam ao seu eu verídico” e sua postura diante das câmeras se tornou mais reservada, mostrando a sagacidade do jogo em incorporar e negociar com os elementos do “eu real” para produzir uma imagem pública baseada na impressão de autenticidade, já que diante da radicalidade do “surto midiático”, das profundas mudanças promovidas por ele, seria impossível retomar a performance anterior como autêntica.

Recibido el 10 de julio de 2024. Aceptado el 29 de octubre de 2024.

* Mestre e doutoranda em Comunicação no Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Parte integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Música Pop (GruPop). E-mail: liviamariadp@gmail.com.

Referências

- Amaral, A., Soares, T. & Polivanov, B. (2018). Disputas sobre performance nos estudos de Comunicação: desafios teóricos, derivas metodológicas. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 41(1). <https://bit.ly/3XB8m5z>.
- Arraes, J. (2021, July 16). Nós, Britney e um furacão de colapso mental. *Elle Brasil*. <https://bit.ly/3KPGLGm>.
- Bickerdike, J. O. (2021). *Being Britney: Pieces of a Modern Icon*. Nine Eight Books.
- Bonin, J. (2023, October, 23). Britney Spears descreve bastidores do ‘surto’ que a fez raspar a cabeça: ‘Sem chão’. O Fuxico. <https://bit.ly/3Rynqoc>.
- Caillois, R. (2017). *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Editora Vozes.
- Daros, O. (2021). Deconstructing Britney Spears: stardom, meltdown and conservatorship. *Journal for Cultural Research*, 25(4), 377–392. <https://doi.org/10.1080/14797585.2021.2018663>.
- É justo criticar Britney? Especialistas respondem. (2007, September, 10). G1. <https://bit.ly/3xhOSs9>.
- Féral, J. (2009). *Além dos Limites: Teoria e Prática do Teatro*. Perspectiva.
- Goffman, E. (2002). *Representação do eu na vida cotidiana*. (10. ed.). Vozes.
- Griffin, P. (Director). (2008). *Britney: For the Record* [Film]. MTV.
- Huizinga, J. (2012). *Homo Ludens: O Jogo Como Elemento da Cultura*. (7. ed.). Perspectiva.
- Junior, J. J. (2006). Por uma análise midiática da música popular massiva. Uma proposição metodológica para a compreensão do entorno comunicacional, das condições de pro-

- dução e reconhecimento dos gêneros musicais. *E-Compós*, 6. <https://doi.org/10.30962/ec.84>.
- Kaufman, G. (2008, January 24). 'Britney Spears Economy' brings in millions for magazines, label, paparazzi. MTV News. <https://bit.ly/3KTCxgJ>.
- Lincolins, T. (2021, July 08). *Assédio da mídia e 'colapso' público: o caos que precedeu o declínio de Britney Spears*. Aventuras na História, 2021. <https://bit.ly/4cuBjnZ>.
- Mazzeo, E. (2023, October, 25). Britney Spears says she was 'never bothered' that Justin Timberlake talked about their sex life because it allowed her to stop pretending she was a virgin. *Business Insider*. <https://bit.ly/3xfEFMU>.
- Polivanov, B. B., & Silva Carrera, F. A. (2019). Rupturas performáticas em sites de redes sociais: um olhar sobre fissuras no processo de apresentação de si a partir de e para além de Goffman. *Intexto*, (44), 74–98. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201944.74-98>.
- Rojek, C. (2001). *Celebrity*. Reaktion Books.
- Santiago, L. (2023, June 09). Britney Spears: entenda como foi o drama da tutela até seu sumiço dos palcos. *CNN Brasil*. <https://bit.ly/4g8pZ34>.
- Schechner, R. (2013). *Performance Studies: An Introduction*. (3. ed.). Routledge.
- Sibilia, P. (2015). Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 17(3).
- Sibilia, P. (2016). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. (2. ed.). Contraponto.
- Soares, T. (2021a). *Modos de experienciar música pop em Cuba*. Editora UFPE.
- Soares, T. (2021b). Abordagens Teóricas para Estudo da Teatralidade em Performances Midiáticas: Dramas, roteiros, ações. *Revista ALCEU*, 21(43), 210–227. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v21.ed43.2021.225>.
- Soares, T. (2022). Performance e capital especulativo na música pop. *Logos*, 29(1). <https://e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/70919>.
- Souza, L. (2023, October 17). Britney Spears explica por que raspou a cabeça e ficou careca durante surto em 2007. *Revista Quem*. <https://bit.ly/4ezbvvg>.
- Spears, B. (2003, July 9). *Britney's boast busts virgin myth*. BBC News. <https://bit.ly/4bccegD>.
- Spears, B. (2023). *A Mulher em Mim*. Buzz Editora.
- Schwarz, H. (2017, April 27). *The Secret History Of Britney Spears' Lost Album*. BuzzFeed. <https://bit.ly/4cddZLY>.
- Taylor, D. (2013). *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Editora da UFMG.
- Taylor, D. (2023). *Performance*. Perspectiva.
- Tuomi, I. (2020). *Saving Britney: an analysis of Britney Spears's Us Weekly covers from years 2006–2008*. 2020. [Bachelor's Thesis, University of Oulu]. University of Oulu Repository. <https://bit.ly/3xkxfYJ>.
- Turner, G. (2010). Approaching celebrity studies. *Celebrity Studies*, 1(1).
- Turner, V. (1982). *From Ritual to Theater: The Human Seriousness of Play*. Performing Arts Journal Publications.
- Zanello, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris, 2018.

ensambles

en sociedad, política y cultura

Año XI | N° 20 | Otoño 2024



Dossier: Repensar el trabajo humano